

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**LUTA DE CLASSES E ESTRATÉGIA:
SUJEITOS DE MARX E FOUCAULT DIANTE DO
CONFRONTO**

Jorge Luiz Candido de Batista

**CURITIBA
2015**

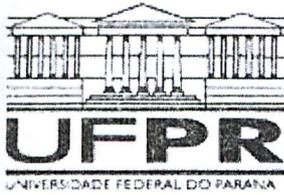
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

Jorge Luiz Candido de Batista

**LUTA DE CLASSES E ESTRATÉGIA:
SUJEITOS DE MARX E FOUCAULT DIANTE DO
CONFRONTO**

Dissertação apresentada como requisito à
obtenção do grau de Mestre do Curso de
Mestrado em Filosofia do Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.
Professor Doutor Luiz Damon Santos
Moutinho.

**CURITIBA
2015**



Universidade Federal do Paraná
Setor de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em FILOSOFIA

ATA DA SESSÃO DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Defesa nº 141 de 2015

Ata da Sessão Pública de Exame de Dissertação para
Obtenção do Grau de MESTRE em FILOSOFIA, área de
concentração: **FILOSOFIA**.

Ao trigésimo dia do mês de julho do ano de dois mil e quinze, as quatorze horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, do Setor de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Filosofia, composta pelos Professores: Prof. Dr. Rodney Antonio do Nascimento (UNIFESP), Prof. Dr. Paulo Vieira Neto (UFPR), sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho, com a finalidade de julgar a dissertação do candidato Jorge Luiz Cândido Batista "**Luta de classes e estratégia: sujeitos de Marx e Foucault diante de confronto.**", para obtenção do grau de mestre em Filosofia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feita pelo Professor Dr. Luiz Damon Santos Moutinho. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros da banca examinadora deliberaram pela "Aprovado" da mesma HABILITANDO-O ao título de Mestre em FILOSOFIA, na área de concentração FILOSOFIA, desde que apresente a versão definitiva da dissertação no prazo de sessenta (60) dias, conforme Res.65/09-CEPE-Art.67 e Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Filosofia. E, para constar, eu Aurea Junglos, Secretária Administrativa do Programa, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelos membros da banca.

OBS: Defesa realizada via Skype com os membros externos, citados abaixo.

Curitiba, 30 de julho de 2015.

Aurea Junglos
Secretaria Administrativa PGFILOS/UFPR

Luiz Damon Santos Moutinho

Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho
Orientador e Presidente da banca examinadora
UFPR

Rodney Antonio do Nascimento

Prof. Dr. Rodney Antonio do Nascimento
Primeiro examinador
UNIFESP



Paulo Vieira Neto
Prof. Dr. Paulo Vieira Neto
Segundo examinador
UFPR

Aurea Junglos
Aurea Nigro Mello
Técnico-Administrativo
PGFILOS/UFPR - Mat. 127879



AVALIAÇÃO DA DISSERTAÇÃO
Defesa nº 141 de 30/07/2015

Mestrando: Jorge Luiz Cândido Batista

Titulo da Dissertação: “Luta de classes e estratégia: sujeito de Marx e Foucault diante do confronto.”

Integrantes da banca examinadora	Notas
Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho (UFPR) Orientador e Presidente da banca examinadora	9,5
Prof. Dr. Rodnei Antonio do Nascimento (UNIFESP) Primeiro examinador	9,5
Prof. Dr. Paulo Vieira Neto (UFPR) Segundo examinador	9,5
Média final	9,5
Conceito	A

Os examinadores atribuem nota em escala de zero a 10 (dez), sendo considerado aprovado o mestrando que obtiver como nota final, a média aritmética superior a 7 (sete). No parecer emitido por ocasião da defesa, constará a nota e o critério: **CONCEITO**.

Os examinadores registraram no corpo da dissertação as correções sugeridas.

OBS: Defesa realizada via Skype com os membros externos, citados abaixo.


Prof. Dr. Luiz Damon Santos Moutinho
Orientador e Presidente da banca examinadora
UFPR


Prof. Dr. Rodnei Antonio do Nascimento
Primeiro Examinador
UNIFESP


Prof. Dr. Paulo Vieira Neto
Segundo Examinador
UFPR

§ 1º - Será considerado aprovado o aluno que lograr os conceitos A, B ou C.

A = Excelente = 9,0 a 10,0

B = Bom = 8,0 a 8,9

C = Regular = 7,0 a 7,9

D = Insuficiente = zero a 6,9

À Luiza, é claro.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em ordem cronológica, àqueles que de alguma maneira contribuíram direta ou indiretamente para a realização desta pesquisa desde que pus os pés pela primeira vez na UFPR.

Agradeço à Marianne Nigro por ter, ainda durante o processo seletivo, com todo préstimo, ajudado àquele cansado e recém-chegado visitante a encontrar lugar para dormir numa cidade de hotéis lotados naquele final de semana antes do primeiro dia de prova.

Já aprovado, e tendo de vir morar em Curitiba, agradeço à ex-primeira dama do Paraná, Hermínia Rolim Lupion, falecida em 04 de Abril de 1969, pela criação da Casa do Estudante Universitário do Paraná (CEU), lugar que me acolheu e proporcionou um ambiente adequado à atividade e vivência estudantis.

Agradeço também aos responsáveis pela garantia de um sistema universitário público, de qualidade e gratuito. Por mérito dessas pessoas foi possível a expansão das universidades brasileiras e do número de bolsas a contemplar engatinhantes pesquisadores como eu, que pude contar com o amparo de bolsas de pesquisa vinculadas a programas como o REUNI.

Ao professor Luiz Damon Santos Moutinho meus agradecimentos a ele que, como meu orientador, concedeu-me desafiadora liberdade na condução de desta pesquisa. Não me esqueço da emblemática frase um dia, num café, proferida a mim por ele: “Jorge... eu não concordo muito com isso... mas vai lá, me convença.” Obrigado, Damon.

E aos professores André de Macedo Duarte e Paulo Vieira Neto, que compuseram a banca de qualificação, sou grato por seus apontamentos, críticas e sugestões à minha pesquisa e por sua meticulosa leitura. Aproveito para agradecer novamente ao professor Paulo Vieira Neto por, como componente da banca defesa, novamente ter se disponibilizado à leitura desta pesquisa. Meus agradecimentos também ao professor Rodnei Nascimento por ter igualmente, como professor a formar banca de defesa para esta pesquisa, disponibilizado seu tempo e conhecimento a serviço do amadurecimento intelectual de jovens pesquisadores como eu.

Muito obrigado a todos.

RESUMO

Ao investigar as tecnologias sobre os corpos, Foucault evidencia as relações concretas de poder a atravessá-los, de modo a por em marcha uma série de dispositivos a funcionar como apoiadores materiais de um dado regime de verdade. Dentre estes regimes de verdade a compor vigentes padrões de comportamentos, está aquele construído em torno das relações de cunho econômico, produtivo. Relações de produção estas tendo sido ampla e profundamente analisadas por Karl Marx, que deixou abrangente legado com suas teorias, que alcançaram vigorosa envergadura política e econômica. Às concepções oriundas de Marx, no entanto, esta busca por precisar os sujeitos históricos sobredeterminados a partir dos modos de produção em que se inserem, escapa uma diversidade de outros enfrentamentos não articulados a partir, ou em torno, de uma luta com fundamentação classista. Além disso, esta noção de sujeito coletivamente ontologizado como classe, encarnado como genuíno agente transformador das condições sociais à baila dos modos de produção, demarca às análises e ações uma estrita articulação em torno das relações econômicas *stricto sensu*. Com isso, o marxismo acaba, ao invés de combater, fundando um regime de verdade assentado sobre as mesmas bases econômicas do ideário dito burguês ao qual se propõe combater. À luz de uma ótica foucaultiana, torna-se possível uma tentativa de desconstrução desta rígida noção de sujeito, o que permitiria a promoção, o evidenciamento, um melhor entendimento das disposições estratégicas de diversas outros confrontos a compor a teia das relações de poder.

Palavras chave: Trabalho. Luta de classes. Capitalismo. Biopolítica, Governamentalidade. *Homo oeconomicus*

ABSTRACT

To investigate the technologies on the bodies, Foucault make it evident concrete power relations through them, by working a set of devices operating as support points of a regime of truth. Among these regimes of truth that comprise patterns of behavior, it is one that is built around the economic relations, productive. These production relations have been profoundly analyzed by Karl Marx, who left comprehensive legacy with his theories that achieved strong dimension political and economic. The concepts derived from Marx, however, need of historical subjects about certain modes of production in that are inserted, escapes a variety of other confrontations not articulated, or around, of a fight with classist foundation. In addition, this notion of subject collectively ontologized as a class, incorporated as authentic transforming agent of social conditions brings into focus the modes of production, delineates the analyses and actions strict articulation around the economic relations in the strict sense. This way, is founded by Marxism a regime of truthbased on the same economic basis of bourgeois ideology which it propose to criticize. In the light Foucault's perspective it has become possible an attempt by deconstruction on this rigid notion of subject. Thus enabling the promotion, the evidencing a better understanding of the strategic provisions of several others confrontations to compose the web of power relations.

Keywords: Work. Class Struggle. Capitalism. Biopolitics. Governmentality. *Homo oeconomicus*.

RÉSUMÉ

Pour étudier les technologies sur les corps, Foucault met en évidence les relations de pouvoir concrets à traverser eux, afin de mettre en œuvre une série de dispositifs, qui fonctionnent comme supports matériels d'un régime particulier de la vérité. Parmi ces régimes de vérité qui composent les comportements existants, est celui construit autour des relations de nature économique, productive. Rapports de production qui ont été largement et profondément analysés par Karl Marx, celui qui a laissé un grand héritage avec ses théories, qu'ils avaient une grande importance politique et économique. À les concepts dérivés de Marx, cependant, cette quête pour faire des sujets historiques précis à partir de les modes de production dans lesquels ils opèrent, échappe une variété d'autres affrontements pas articulés à partir d'un combat avec des raisons classistes. En outre, cette notion de sujet collectivement ontologisé comme de classe, personnifiée comme véritable agent de transformation de las conditions sociales conformément aux modes de production, délimite les analyses et les actions à partir d'un fil unique autour des relations économiques *stricto sensu*. Avec cela, le marxisme, plutôt que de se battre, a fondé un régime de vérité établie sur la même base économique de l'idéologie bourgeoise qui vise à combattre. Du point de vue de Foucault, on peut essayer de déconstruire cette notion rigide de sujet, ce qui favoriserait mettre l'accent et mieux comprendre les stratégies de plusieurs autres affrontements pour composer la trame de relations de pouvoir.

Mots clés: Travail. Lutte des classes. Capitalisme. Biopolitique. Gouvernementalité.
Homo oeconomicus.

INTRODUÇÃO	7
CAP I	
1 - DA COMERCIALIZAÇÃO, À PRODUÇÃO, AOS PRODUTORES	-10
1.1-DO VALOR DE USO À ABSTRAÇÃO	11
1.2-O VALOR	17
1.3-O TRABALHO	-20
1.4-O PROLETARIADO	-23
1.5-OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS SOBRE A VIDA	-27
CAP II	
2 - O GOVERNO DOS HOMENS NO TEMPO DO CAPITALISMO	- 34
2.1-OS VALORES DO TRABALHO	-35
2.2-O MUNDO DO TRABALHO E O BIPODER	42
CAP III	
3 - JOGO DE INTERESSES	55
3.1-GOVERNAMENTALIDADE E AUTO-REGULAÇÃO	56
3.2-UMA RACIONALIDADE TORNADA REAL	62
3.3-TECNOLOGIAS ECONOMICAS SOBRE OS CORPOS	66
3.4-O LUGAR DA CONTRADIÇÃO	-72
CAP IV	
4 - A VALORAÇÃO DO CORPO CAPITALIZÁVEL	78
4.1-VIRTUALIDADE E CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS	79
4.2-O INÍCIO DA MUNDIALIZAÇÃO DO MERCADO	-86
4.3- UM SUJEITO DE INTERESSE	-94
4.4-ECONOMIA E CRÍTICA GOVERNAMENTAL	101
4.5-O INCONTORNÁVEL MARX	108
BIBLIOGRAFIA	118

INTRODUÇÃO

Nas análises que fazem aproximar noções que orbitam em torno de pontos de vista que privilegiam o econômico, a convergência dispensada por um feixe de apreciações, com todos os devidos méritos, liberais ou marxistas, cujos holofotes apontam para os aparelhos do Estado, para sua sombra e configuração jurídicas ou econômicas, teve como saldo um déficit de apreciações capazes de escavar outras formas de exercício de poder. Com a ênfase que foi dada, marcadamente a partir do século XIX, ao vínculo entre as relações de poder e os modos de produção, as múltiplas outras relações ou nem foram percebidas, ou foram alinhadas atreladamente a uma ordem econômica.

Se considerarmos que diversos fatores dinâmicos das mudanças sociais podem ser encontrados em torno da ampliação das forças produtivas e nas relações que os indivíduos são compelidos a constituir entre si, a fim de atender as suas necessidades materiais, em nome de uma melhor organização dessas forças, fora desenvolvida uma série de técnicas com o pretense intuito de que fosse aumentada a produtividade, o que de fato se verificou, tecendo Marx uma brilhante análise do funcionamento fabril dessas técnicas.

Mas, aliadas a essa implementação da capacidade produtiva, medidas técnicas tiveram de socorrer o processo administrativo de controle. Entretanto, apesar de amplamente utilizados pelo modo de produção que se desenvolvera a partir de meados do século XVIII, essas medidas já podiam ser observadas em instituições não economicamente produtivas, tais como leprosários, sanatórios e instituições penais. E estes procedimentos, re-inseridos, foram fundamentais para a formação e disseminação de um dado modo de vida, para a constituição de um corpo burguês. A visão do trabalho como elemento que agrega valor não apenas às mercadorias, mas também ao próprio sujeito em seu modo específico de se fazer como tal, é um discurso historicamente atribuído à burguesia, discurso este que, contudo, em seus contínuos deslocamentos e arranjos, induz a efeitos de classe específicos, sendo possível a partir de um leque foucaultiano, questionar o pressuposto marxista segundo o qual as relações de trabalho e de produção constituiriam a única trama, ou a estrutura autêntica da história, de onde as diversas formas de consciência não passariam apenas de reflexos dessa base material.

A partir de um ponto de vista foucaultiano, pode-se pensar que toda atividade coordenada, de caráter físico e/ou intelectual, necessária à realização de qualquer tarefa,

que implicasse na aplicação das forças e faculdades humanas para alcançar determinado fim, adquiriria o papel de um ponto ideal, tornado indispensável para o funcionamento de intervenções sobre os corpos a trabalhar, um ponto de fixação de uma heterogênea série de medidas de controle. Ou seja, o trabalho pode ser pensado como uma ideia complexa, historicamente construída no interior de múltiplos dispositivos sociais a dar forma e inteligibilidade às relações e materialização na intervenção sobre os corpos. E como fonte primária das relações de poder, não haveria um embate global tal qual dominadores e dominados se comportassem como o conjunto de duas forças, paralelas e contrárias, atuando de um extremo ao outro do corpo social desde os tempos mais remotos da história. Consideremos a hipótese de que os múltiplos embates, as relações mútuas entre as diversas forças que se formam e operam nos aparelhos de produção, seja a prisão, a clínica ou a fábrica, servem de apoio a abrangentes clivagens. As grandes dominações, como a do Capital, por exemplo, seriam, por conseguinte, resultados hegemônicos que a veemência de todos esses embates localizados, interligados por linhas gerais de força, sustém.

Ignorando-se o trabalho como algo cujo resultado, cuja aplicação, não se restringiria somente à produção material, atuando de maneira voraz também sobre os indivíduos no que diz respeito à sua subjetivação, o poder foi interpretado como algo, uma coisa, com a propriedade de atender a interesses econômicos bem definidos que, a partir da ascensão burguesa, em linhas gerais, giram em torno de impulsionar o acúmulo de capital com base numa maior exploração da força de trabalho, estando, neste caso, as relações de dominação circunscritas aos meios de produção inerentes ao sistema capitalista. No entanto, devido a esse efeito do trabalho que extrapola a produção material, podendo nem mesmo visá-la diretamente (mas podendo, inclusive, abarcá-la) não parece adequado que o poder seja visto como algo que atua unicamente em prol da manutenção das relações econômicas.

Quando o binômio exploradores/explorados é aplicado em bloco, indistinta e simplificadamente a variadas instâncias, fica-se sujeito à elaboração de uma edificação analítica demasiadamente abstrata, por vezes quase épica, de onde só se pode divisar um confronto dominado pelo digladiar de duas potências antagônicas e irreduzíveis, até o almejado soar final do gongo que encerraria o combate. Uma luta entre o bem e o mal que termina com o fim da luta de classes. Mesmo diante de enunciações mais complexas sobre o trabalho, segundo as quais este é encarado como inserindo-se na composição do próprio ser do homem, uma vez que criaria as condições de sua

existência, o dualismo, sob uma visão mais ortodoxa, inerente à relação exploradores/explorados é insuficiente para explicar a realização de uma série de movimentos nas relações que compõem os agentes atuantes segundo uma racionalidade econômica. A proposição a ser defendida nesta pesquisa é que a matriz foucaultiana de análise explica mais satisfatoriamente o efetivo funcionamento de uma série de mecanismos apontados por Marx na regulação da atividade econômica. Além disso, Marx, e tampouco os marxistas, deram conta, em sua singularidade própria, de fenômenos desatrelados, em sua gênese, das relações estritamente produtivas.

CAPÍTULO I
DA COMERCIALIZAÇÃO, À PRODUÇÃO, AOS PRODUTORES

1.1 – DO VALOR DE USO À ABSTRAÇÃO

O trabalho é entendido por Marx como a atividade, por excelência, que funda a humanidade. Fiando-se nele como o epicentro de toda atividade genuinamente humana, o que faria do homem um ser social residiria nas inter-relações socialmente desenvolvidas em torno do trabalho e de sua organização para o melhor aproveitamento. Seriam, desse modo, as relações de produção, e as relações sociais que elas possibilitam, a gênese de todo processo de constituição da humanidade, processo intimamente ligado ao longo dos tempos à noção de riqueza.

N’*O Capital*, a apreciação de Marx à Economia Política principia justamente pela crítica à noção de riqueza nas sociedades em que domina o modo de produção capitalista. A riqueza, logo na primeira frase do livro, “aparece como uma imensa coleção de mercadorias”.¹ Tanto uma pessoa quanto um Estado, desse modo, serão considerados mais afortunados, ou menos, conforme possuírem, ou fizerem circular em torno de si, maiores ou menores quantidades de mercadorias.

O que se pode notar imediatamente desse conceito de riqueza é que ela não é considerada um bem interno, que faça realmente parte do indivíduo, como um valor moral a ser cultivado no indivíduo ou na sociedade, trata-se de um bem material. E por possuir uma serventia e a propriedade de satisfazer alguma necessidade humana, a mercadoria tem como propriedade um valor de uso, sendo esta faculdade de atender a uma necessidade uma força que está posta na corporalidade da mercadoria. O momento do consumo é quando o que há de potencialidade útil na mercadoria se efetiva, e para que uma mercadoria escape ao domínio da gigantesca quantidade de mercadorias postas a circular no mercado e chegue ao reino da satisfação humana, do consumo, é necessário primeiramente que seja manifestado um interesse, que a mercadoria seja desfrutada por aquele que a deseje ou necessite dela.

O predicado possuído pela mercadoria de satisfazer a uma necessidade não é um atributo exclusivamente seu, mas é, sobretudo, uma propriedade relativa a todo produto resultante da ação humana destinado ao atendimento de uma necessidade ou à realização de um desejo. Por isso, segundo Marx, “os valores de uso constituem o

¹ MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume I, Livro primeiro: O Processo de Produção do Capital. 2ª edição. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 45. Em todo o texto será utilizado esta mesma edição d’*O Capital*, sendo referenciada de agora em diante somente por *O Capital* seguido da página.

conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta.”² Em um exemplo tipicamente marxiano, o trigo apreendido em sua condição universal de alimento, possui este valor de uso tanto em uma sociedade voltada à subsistência, em uma sociedade escravocrata, ou em uma capitalista. Marx identificou que, quando produzidos como mercadorias, aos valores de uso se acrescentam uma nova circunscrição, a de subsistirem como valores de troca, passando, assim, a riqueza a configurar-se sob uma dupla perspectiva, como valor de uso e como valor de troca, sendo o valor de troca uma delimitação em si alheia ao valor de uso, pois a realização das necessidades humanas só acontece na medida em que o produto se livre de sua condição de mercadoria, saindo assim do fluxo da circulação. As propriedades úteis da mercadoria só se efetivam no ato do consumo, o valor de troca, por outro lado, se realiza indefinida e infinitamente no ato da troca.

Em uma relação estritamente capitalista, se o valor de troca não se realizar, o valor de uso também não se concretiza, já que os produtos só se fazem presentes na esfera do consumo, quando abandonam a das mercadorias. As análises de Marx fazem saltar aos olhos que a riqueza expressa como mercadoria é algo apartado, abstraído do agente consumidor, alcançando seu potencial útil somente ao transpor a barreira que a separa do mundo do consumo. Para que a riqueza em sua configuração de mercadoria, tida como coisa em si afastada do indivíduo, seja capaz de satisfazer necessidades e interesses humanos, esses dois lugares – o da mercadoria e o do consumo –, separados, paralelos, precisam estar reunidos em um só.

Apesar do vínculo da mercadoria com o atendimento das necessidades humanas, a grandeza do valor de um produto mede-se pela quantidade de riqueza que ele representa para a sociedade onde está inserido, o que se determina, em se tratando de uma mercadoria, pela quantidade de trabalho socialmente necessário à produção de algo, não importando o quê e nem que tipo de trabalho. Dimensionamento quantitativo de trabalho abstrato. O valor encarna a grandeza do empenho social necessário à produção de uma dada mercadoria, formando, no capitalismo, a magnitude da riqueza social.

Começando Marx n’*O Capital* sua exposição pela noção de mercadoria, célula germinativa do modo de produção capitalista, tomou-a em primeiro lugar como possuidora de valor de uso. Mas o valor de uso não aborda as relações sociais

² IBID. p. 46.

subjacentes entre os indivíduos, não alterando o sabor do trigo em função de terem sido servos feudais, escravos mercantis ou trabalhadores assalariados, os responsáveis por seu cultivo e colheita. Se analisada exclusivamente quanto ao que se refere ao valor de uso, a relação entre a mercadoria e as pessoas possibilitaria uma apreensão meramente individual e supra-histórica do circuito produção, circulação e consumo. Tendo-se por base a exposição analítica de Marx, o valor de uso vem à tona como um momento universal, e o valor de troca, este sim, como um momento mais estabelecido da expressão de riqueza no mundo capitalista.

Acrescentado ao valor de uso, mas sem negá-lo ou suprimi-lo da mercadoria, o valor de troca se apoia no valor de uso tendo-o como suporte material. O valor de uso que, segundo Marx, em sua forma original manifestar-se-ia como algo útil, nas relações tipicamente capitalistas participa de forma abstrata como um portador do valor de troca, sendo abstrata também a utilização das capacidades do trabalhador, tanto para o Capital quanto para o próprio trabalhador, que, em certa medida, conscientemente ou não, se capacita ao sabor dos ventos soprados pelas necessidades do mercado.

Para Marx, o valor de troca de uma mercadoria é a medida de troca que ela proporciona posta frente a frente com outra mercadoria qualquer. Na sociedade capitalista, ou mesmo nas sociedades mercantis com algum grau de desenvolvimento, esta troca é comumente entremeada pelo dinheiro, uma mercadoria comum assumida como intermediadora nas permutas entre quaisquer mercadorias. Tomando-se em comparação a outras, uma mercadoria não possui, então, apenas um valor de troca, mas tantos quantos forem as demais mercadorias a existir no mercado. O preço seria somente o valor de troca mensurado pelo dinheiro como uma mercadoria comum a servir de escala.

O valor de uso, trasladado de meta ou fim da produção em outras sociedades, a suporte do valor de troca, foi certamente realocado com o advento do capital. As relações estabelecidas para com as propriedades da riqueza em sua forma útil e natural foram transformadas com a implementação na produtividade, funcionando na sociedade capitalista o valor de uso como suporte do valor de troca. Mas, como é comum aos suportes, eles, para cumprir eficazmente a função para qual foram designados, devem ser capazes de, ao menos, manter sua força, do contrário a armação rui. Não seria, portanto, acima do reino das necessidades humanas, do valor de uso com suas propriedades úteis, acima do reino das qualidades próprias e originais dos bens que se elevaria este segundo, estranho, apartado e autonomizado domínio da riqueza como

valor de troca. Esta segunda instância encontrar-se-ia, antes, acoplada ao consumo, ao interesse e desejo de posse genuinamente humanos.

Quando Marx lança um questionamento acerca de contradição entre o valor de uso e o valor de troca, marcando inicialmente uma contradição entre limites rigorosamente delimitados: de um lado uma utilidade natural, do outro, seu oposto direto, o valor de troca, separado e isolado do valor de uso; o faz como que lançando mão de um artifício retórico. Esta oposição no início de sua exposição apresenta-se marcada por uma feição um tanto quanto misteriosa: como é que um bem, com um dado valor de uso, com toda sua especificidade, pode equiparar-se a outro bem com propriedades bastante diferentes? Não apenas suas propriedades úteis, mas também como podem ser comparadas as diferentes unidades utilizadas na medida das mercadorias: quilos, metros quadrados, litros, etc.?

Através da enunciação destes paradoxos, Marx nos mostra que a explicação da troca e circulação de mercadorias deve ser buscada em um terceiro elemento, não natural, não sensível, capaz de coadunar o consumo e a circulação de forma universalizada, demonstrando o equívoco em se compreender a oposição entre valor de uso e valor de troca como sendo real. Esta contradição é uma falsa contradição, uma simples diferença externa entre itens que, de fato, não são iguais. É óbvio que para uma transação entre vinhos e tecidos a referência buscada para compará-los não pode advir de suas propriedades físicas.

Para se sair desta falsa contradição, Marx leva em consideração dois passos: em primeiro, e óbvio, lugar, os valores de troca de uma mercadoria expressam algo a ser confrontado diante de outra mercadoria, comparação esta que não pode se processar a partir de alguma igualdade sensível ou natural. Em segundo lugar, diz Marx, “o valor de troca só pode ser o modo de expressão, a ‘forma de manifestação’ de um conteúdo dele distinguível.”³ A intercambiabilidade contida no valor de troca só pode ser fruto de algo comum, não sensível, não imediato, contido em toda e qualquer mercadoria, e “esse algo em comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias.”⁴ Este denominador comum entre as mercadorias não pode incidir sobre o valor de uso do produto, tampouco pode ser, simplesmente, uma comparação entre as diferentes necessidades e urgências dos

³ *O Capital*. p. 46.

⁴ *IBID.* p. 46.

consumidores de mercadorias. “Este terceiro elemento comum e igual só pode ser reconhecido por meio do processo científico da abstração.”⁵

Atendo-nos ao mesmo tipo de exemplo prático utilizado por Marx, se for o trigo considerado isoladamente em sua forma natural de trigo, a graxa de sapato em sua forma de graxa, e a seda na de seda, se forem abstraídos os distintos materiais utilizados, os diferentes trabalhos específicos realizados, enfim, os variados processos de produção envolvidos, estes produtos passam a ser encarados não mais simplesmente em sua forma natural e primária. Se forem desconsideradas das diferentes mercadorias sua predicação útil e natural “resta a elas apenas uma propriedade, que é a de serem produtos do trabalho.”⁶ No que se refere estritamente à circulação de mercadorias, essas características específicas tanto do produto, quanto do trabalho empregado à sua produção são, em grande medida, desconsiderados.

Analisando-se isoladamente, não importa ao processo de compra e venda o que é que está sendo comercializado, não havendo, sob o recorte da dinâmica dos mecanismos econômicos, fundamentais diferenças entre a circulação de trigo, graxa ou seda, o que não implica na negação do valor de uso desses itens quando postos em circulação. Há uma diferença entre desconsiderar as propriedades úteis e negá-las. Ao abster-se de considerar uma ou mais propriedades separadas mentalmente de um todo concreto, deixando de lado diferenças e singularidades específicas, não é por isso que o trabalho do agricultor, do químico e do tecelão deixam de ser o que são para se tornarem algo inteiramente diferente. Ora, para se tornarem o que, afinal de contas? A abstração não chega a ser a negação total, mas, antes, um não levar em conta determinado aspecto.

Feita esta consideração, restringindo a abstração das mercadorias e dos trabalhos nelas envolvidos à esfera da circulação, é possível, sim, afirmar que todas as diferentes formas naturais de trabalho são realocadas, assimiladas em algo diferente do que são em sua naturalidade e convertidas em trabalho social. Na circulação, ao ser ofuscado o caráter útil dos produtos do trabalho, reduz-se, por extensão, a participatividade do caráter útil dos trabalhos ali contidos. Assim sendo, estes diferentes trabalhos, “deixam

⁵ ANTUNES, Jadir. “A dialética do valor em O Capital de Karl Marx”. In: Revista Intuitio. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.184-198.

⁶ *O Capital*. p. 47.

de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato.”⁷

O caráter útil dos produtos do trabalho pode até desaparecer quando visto pelo ângulo da circulação de mercadorias, mas na ponta consumidora da cadeia, onde efetivamente há corpos a produzir, a consumir e a serem consumidos, a circulação não faz desaparecer o valor de uso da mercadoria, quando esta, ao sair da circulação, se torna produto. De todo modo, o caráter disciplinar do trabalho não estaria abalado com o desaparecimento do caráter útil do trabalho. Mesmo na esfera produtiva, por exemplo, onde há, de fato, em certa medida, uma utilização do trabalho genérico, ao mesmo tempo é exigida do trabalhador alguma capacitação para a realização de certas tarefas, exigência muitas vezes internalizada pelo trabalhador a almejar melhores condições de vida, por exemplo. Além disso, mesmo visando lançar mercadorias na circulação, o administrador dos meios de produção nunca perde o foco do que é que está sendo produzido, bem como das especificidades requeridas por este processo produtivo, o que desabilita uma completa desconsideração pelo caráter útil dos produtos em todos os momentos do caminho da produção, à circulação, ao consumo.⁸

Marx revela que, através da abstração de suas formas imediatas, toda a concreta diversidade entre as diferentes mercadorias pode ser restringida a um fator comum, presente em toda qualquer mercadoria indistintamente, um elemento unificador, não se tratando nem do caráter útil, nem dos diferentes trabalhos constituintes do produto. Após o processo de abstração, diz Marx, em passagem já bastante conhecida, restou apenas “a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado.”⁹ Após o processo de abstração das particularidades corpóreas e sensíveis do trabalho, a mercadoria passa a ser considerada somente enquanto igual dispêndio de força de trabalho humano, sem nenhuma consideração pela forma como essa força foi despendida. Mas isto somente após o processo de abstração.

⁷ IBID. p. 47.

⁸ “E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo, ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.” IBID. p.155.

⁹ IBID. p. 47.

1.2 – O VALOR

Por ser considerado o trabalho como único gerador de valor, as transformações que ocorrem nas formas como ele se dá exprimiriam as mudanças nas relações de produção, constituindo um dos indicadores mais elementares das alterações na cadeia produtiva bem como, segundo Marx, das formas sociais em geral. Por conseguinte, o trabalho seria o embasamento antropológico das relações de produção, econômicas e sociais.

Ao ser analisado pelo viés de sua substância, um novo entendimento sobre o valor foi erigido por Marx, permitindo uma investigação mais acuidosa acerca do universo histórico das relações sociais, onde se inserem os produtos do trabalho humano na forma de valores. Mas por valor, somente valor, não valor de uso ou valor de troca, o que pode ser entendido na acepção marxiana?

Trata-se de uma propriedade, de um atributo, de um caráter essencial de uma mercadoria que consiste no poder de compra que esta mercadoria possui. Num primeiro momento, o valor diz respeito à força de atração que uma mercadoria exerce sobre outras mercadorias, permitindo que sejam aferidos determinados, e sempre relativos, valores de troca. Esta faculdade de atração, intrínseca a cada mercadoria em um dado momento, em um dado contexto, está relacionada, inicialmente, a uma forma de riqueza admitida pela sociedade como válida: a quantidade de trabalho socialmente necessário. Este trabalho socialmente necessário é que é, na teoria marxista, o trabalho gerador de valor, realizado segundo as condições médias vigentes da técnica produtiva empregada, destreza do trabalhador e intensidade de vigor despendido, ficando estabelecido que quantidade de valor é a magnitude da riqueza mercantil gerada por este trabalho.

O valor pode ser entendido, nestes termos, como resultante da realocação das potencialidades vitais de uma sociedade cujas capacidades tenham sido desviadas a uma finalidade mercantilizadamente produtiva. Ao passo que o valor é uma particularidade social inerente à mercadoria, interiorizado a ela, marca de específicas relações sociais e, portanto, uma categoria essencial do capitalismo, definindo, em perspectivas e níveis diversos, múltiplos campos de conhecimento e ação, o valor de troca é o seu contorno, aparecendo na superfície de contato nas trocas comerciais.

Pode-se dizer, sem dúvida, que a teoria do valor de Marx é indistinguível da teoria econômica do próprio capitalismo. Mesmo se tratando de um, numa expressão de Marx, coágulo de energia humana, o valor é coisa não sensível, abstrata, sendo

entendido como uma substância comum, um universal obtido a partir de um procedimento de abstração a desconsiderar as determinações corpóreas e imediatas do produto tornado mercadoria. A mercadoria, o valor de uso, ou mesmo, em certa medida, o valor de troca, são percebidos segundo uma materialidade contida em um corpo físico mercantilizável. O valor, contudo, não possui atributos físicos, é substância em suspensão, movediça, transitória, e se existe conforme por si mesma, sem supor outra instância da qual seja atributo, ao retornar a mercadora às mãos do consumidor, o valor perde seu sentido, sustentado de fato somente na circulação. A abstração faz com que o valor seja o exclusivo componente indistintamente comum a todas as mercadorias. O valor é o elemento racional que faz com que o processo de troca seja possível na sociedade capitalista.

Ao demonstrar que o valor de troca é uma manifestação do valor, Marx aborda a mercadoria mostrando que o valor é o real fundamento das trocas e do mercado. As considerações de Marx desencobrem a falsidade de que na sociedade capitalista os valores de uso são os formadores privilegiados da base da riqueza, revelando que a forma objetivada da riqueza é uma abstração expressa por um *quantum* de valor presente na forma mercadoria. A mercadoria encerra a riqueza, expressa em valor, em sua forma favorecida pelo modelo econômico adotado pela sociedade capitalista.

E se para Marx o valor é uma substância agregada social e historicamente ao produto pelo trabalho, a uma mercadoria¹⁰ só lhe seria acrescentado o seu respectivo valor econômico com base na quantidade média de trabalho necessário para sua produção; implicados também o trabalho contido na extração e beneficiamento de matérias primas, no desenvolvimento e construção de máquinas e implementos, etc. Este seria o porquê de um diamante ser mais valioso que um copo d'água: localizar, extrair e beneficiar diamantes envolve em média mais trabalho do que a captação, tratamento e distribuição de água. Nas palavras de Marx, “como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana”.¹¹

Se o valor está relacionado a uma determinada quantidade dessa substância social que é o trabalho abstrato, como medir este trabalho? Marx responde afirmando

¹⁰ Ou, mais exatamente, uma mercadoria reproduzível - grande parte dos teóricos do valor trabalho deixam de lado mercadorias não reproduzíveis, como obras de arte, por exemplo.

¹¹ *O Capital*. p.50.

que “a própria quantidade de trabalho é medida pelo seu tempo de duração, e o tempo de trabalho possui, por sua vez, sua unidade de medida nas determinadas frações do tempo, como hora, dia etc.”¹² Mercadorias diferenciadas podem, assim, ser equiparadas porque demandam uma mesma quantidade de trabalho humano para serem produzidas, custam o mesmo tempo de trabalho, supondo-o sob as mesmas condições, para que estejam aptas ao consumo.

Mas pode-se afirmar, no fim das contas, que as variações de medida do real poder de compra que, comparativamente, uma mercadoria exerce sobre outra é determinado pelo jogo de oferta e procura. Isto posto, não seria equívoco afirmar que os valores de troca de uma mercadoria sejam de fato determinados, em última instância, pela relação implícita à lei de oferta e procura. Por este prisma, a lei do valor não é uma garantia de que, a todo o momento, os valores de troca sejam simples e diretamente determinados pelas quantidades de trabalho socialmente necessário presente em uma mercadoria. A dose de trabalho socialmente necessário indica a grandeza do valor, relacionando-se, sim, à sua dimensão, ao seu *quantum*, mas não à sua natureza, nem à sua dinâmica relacional. Embora o valor encontre no trabalho o seu sustentáculo, o valor não é trabalho.

Esta propriedade que é o valor, que compreende certa capacidade de compra atribuída à mercadoria, é um predicado socialmente constituído, de grandeza aproximadamente determinada, sempre relativa, sempre móvel. É uma qualidade das mercadorias, um adjetivo que se lhes concede objetivamente pela medição da quantidade de trabalho socialmente necessário, mas também socialmente pelas variações da relação entre oferta e procura, bem como pela flutuação dos interesses e desejos humanos.

Este caráter social do valor confere a ele um desenvolvimento marcado pela transitoriedade. O valor é na mercadoria; mas somente durante um tempo, um período, uma fase da circulação, que, para a mercadoria, sempre acaba no consumo.¹³ O valor está sempre em processo de desenvolvimento, e como tal ele nasce, se desenvolve, atinge a maturidade, e morre, em permanente transformação entremeada no seio das relações sociais, mercantis e políticas no seio da sociedade. Como em constante

¹² IBID. p. 47.

¹³ “O ciclo $M - D - M$ parte do extremo de uma mercadoria e se encerra com o extremo de outra mercadoria, que sai da circulação e entra no consumo. Consumo, satisfação de necessidades, em uma palavra, valor de uso, é, por conseguinte, seu objetivo final. O ciclo $D - M - D$, pelo contrário, parte do extremo do dinheiro e volta finalmente ao mesmo extremo. Seu motivo indutor e sua finalidade determinante é, portanto, o próprio valor de troca.” IBID. p.127.

processo de transformação, o valor é hoje coisa diversa do que foi ontem e do que será amanhã, e defini-lo de forma estanque é simplificação precipitada.

O capital é um momento do valor, o valor em uma circunstância em que tenha atingido a maturidade, não se tratando mais, nem somente, de um predicado da mercadoria, embora também; nem de uma construção social, embora também. É como se o capital tivesse adquirido vida, não se restringindo nem à mercadoria que o porta, nem aos processos sociais que o reproduzem. Este valor/capital dispõe das formas corpóreas das mercadorias, não as perdendo de vista, lastreando-se pelas mercadorias, mas é delas distinto.

E este aparente, ou ao menos momentâneo, afastamento do capital em relação à corporalidade da mercadoria, e, por extensão, a dos indivíduos, torna-se mais flagrante nos dias de hoje, a partir da década de 1980, com surgimento e crescimento da importância do chamado capital financeiro. Foi a partir desse momento que o capital aparece efetivamente como um ser que, às vezes, por alguns instantes, pode abrir mão da materialidade das mercadorias, se mostrando como uma coisa destituída de substância material, mas existindo de fato, figurando, mesmo sem materialidade em si, por todo corpo social em escala planetária. Uma falta de materialidade a reger seus movimentos próprios que, contudo, não isenta esta financeirização da economia de estar vinculada, ou mesmo ser a causadora, de diversas crises econômicas, no sentido produtivo do termo, e políticas, no sentido belicoso do termo.

1.3 – O TRABALHO

Partindo-se deste raciocínio a conceber o trabalho como criador do sustentáculo material do principal fundamento do capitalismo, o valor, o dinamismo das transformações sociais haveria de ser buscado, em seu balizamento, nas relações que os homens são impulsionados a estabelecer entre si com o propósito de atender suas necessidades, no emprego e desenvolvimento das forças produtivas acumuladas. O desenvolvimento dos atributos do sujeito e o aumento de sua capacidade produtiva sempre caminharam muito próximos, sendo para o pensamento ocidental de maneira geral, principalmente após as contribuições de Marx ao desenvolvimento teórico sobre Economia Política, praticamente corolários. O diferencial da espécie humana estaria em sua inventividade ao buscar superar as dificuldades que encontra. No que concerne à

necessidade de intervir na natureza, com a prática do trabalho houve grande implementação no seu raciocínio e habilidades, que se desenvolveram sobremaneira.

Consequentemente, a força de trabalho¹⁴ pode ser entendida como a capacidade do ser humano, sozinho ou em grupo, de interferir na natureza a fim de satisfazer suas necessidades materiais. Talvez. Mas, seguindo-se o raciocínio de Marx, no transcurso da história parece que algo foi adulterado e por força de trabalho é entendida a capacidade que os trabalhadores têm de produzir riqueza material. Por extensão, é percebida por vezes como a quantidade de pessoas inscritas em um espaço e que podem ser empregadas. Em outras palavras, as aptidões e habilidades humanas são por vezes consideradas força de trabalho na medida em que são postas em uma relação de compra e venda, como mercadorias. Para Marx, essa venalidade da força de trabalho é um atributo fundamental do capitalismo.

E do mesmo modo que a mercadoria foi analisada por Marx segundo uma dupla perspectiva, valor de uso e valor de troca, o trabalho também, criador dessas mercadorias, será também desdobrado em um similar movimento de bipartição. Tem-se, então uma perspectiva a abordar sua dimensão útil, material, natural, denominada de trabalho concreto, e outro aspecto que estará mais ligado ao feitiço mais fisiológico, orgânico e comum do trabalho, aspecto, por isso, mais social e menos técnico do trabalho, denominado por Marx de trabalho abstrato ou genérico.

A utilidade de uma mercadoria faz dela, quando retorna às mãos do consumidor e à sua condição de produto, um valor de uso, valor este que não é uma abstração, mas algo unido ao corpo da mercadoria, componente desse corpo. Para que um dado valor de uso seja produzido, como o contido em um par de meias, por exemplo, é necessária determinada movimentação útil que a produza. Atividade útil esta que, segundo o próprio Marx, é conduzida por sua almejada finalidade e dos meios e recursos de que se dispõe para se alcançar o resultado, tais como os objetos envolvidos e o modo de execução da tarefa. Ou seja, como substrato há os interesses dos agentes envolvidos e “o trabalho cuja utilidade representa-se, assim, no valor de uso de seu produto ou no fato de que seu produto é um valor de uso chamamos, em resumo, trabalho útil. Sob este ponto de vista é considerado sempre em relação a seu efeito útil.”¹⁵ Como em geral as

¹⁴ “Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie.” *O Capital*. p.139.

¹⁵ IBID. p. 50.

mercadorias são qualitativamente diferentes, não fazendo muito sentido trocar uma saca de café por uma igual saca de café, diferentes também serão os trabalhos úteis que as fabrica, sendo as trocas comerciais efetuadas sempre entre diferentes valores de uso. Como afirma Marx, “abstraindo-se da determinação da atividade produtiva e, portanto, do caráter útil do trabalho, resta apenas que ele é um dispêndio de força humana de trabalho”¹⁶

Por isso, atividades produtivas qualitativamente diferentes, produtoras de mercadoria diversa, são dispêndio produtivo de capacidades, de cérebro, músculos, nervos, mãos, consumo, enfim, de corpos a trabalhar. Dispêndio como gasto, como investimento, não como simples desperdício, afinal de contas, mesmo considerado em sua acepção valorativa abstrata, equiparável, o trabalho do tecelão e do alfaiate ainda produzem tecido e roupa, que, de fato, uma vez postos em circulação, e somente na circulação, é que se indistinguem de guarda-chuvas ou videogames.

Por constituir o trabalho em seu aspecto vivo e imediato, em seu caráter útil, pode-se dizer que o trabalho concreto manifesta uma dimensão teleológica do trabalho e, deste modo, podendo também ser caracterizado como abstrato, já que este trabalho constitui meios em vista de um e sempre o mesmo fim, a satisfação das necessidades. Devido à impossibilidade de se considerar o trabalho concreto isoladamente de outras categorias fundamentais ao gênero humano não inscritas exclusivamente em suas necessidades e interesses, pode afirmar que ele seja despossuído de uma realidade autônoma. Por mais idealista que seja, qualquer um precisa, por exemplo, se alimentar para viver, e isto, dentre outras coisas necessárias à manutenção da vida, ou que seja de um estilo de vida, requer trabalho, mesmo que o de outrem.

O trabalho concreto, o desempenho produtor de materialidade, não pode ser apreendido isoladamente de um dado contexto no qual esta atividade produtiva acontece. O trabalho concreto é em si o instante imediato e anistórico de qualquer dispêndio de capacidade humana a visar à obtenção de uma finalidade material, mesmo que indiretamente. Neste restrito, ao mesmo tempo em que abrangente, sentido, trabalham os coletores de frutas de tribos seminômades do alto Xingu, o operário inglês do século XIX em sua diária jornada fabril ou a dona-de-casa não remunerada a lavar a roupa de toda família. O trabalho concreto e sua aplicabilidade pragmática, finalista, com sua incidência focada sobre a transformação da matéria, se aproxima da noção de

¹⁶ IBID. p. 50.

trabalho adotada pela mecânica clássica, uma quantidade de energia transferida pelo emprego de uma força que resulta em um deslocamento, ou, no caso, em uma transformação.

Destarte, por não passar, apesar de sua concretude, de uma abstração, um procedimento de separação mental de um ou mais elementos de uma totalidade complexa, os quais só mesmo mentalmente podem subsistir fora dessa totalidade, por não haver implicações sociais e históricas advindas desse trabalho em sua forma crua, as verdades sobre o trabalho concreto só podem ser construídas a partir da noção trabalho abstrato. O trabalho humano vivo, a atividade a teleologicamente intervir no meio físico com vistas a alguma transformação, mesmo que ínfima, que vá atender a algum interesse, este trabalho, na sociedade capitalista só possui significação quando subsumido aos aspectos fisiológicos do trabalho, aos processos vitais regulamentados a partir desta intervenção transformadora. E o que torna possível na sociedade capitalista arremessar atividades tão diversas sob o mesmo signo do termo trabalho é o escalonamento dessas várias atividades segundo um vago critério do tempo, da duração e intensidade do sequestro dos corpos no atendimento a uma necessidade coletivizada, social; necessidade esta cujo foco não carece de ser produtivo, no sentido mercantilizado do termo.

Com o domínio de uma noção generalizada de trabalho sobre diversas formas específicas de atividades, estende-se um domínio universal sobre as particularidades, agrupadas sobre a égide de trabalho abstrato, este sim traspassado pelas discursividades localizáveis no tempo e no modo de organização social, a agrupar as diversas atividades sob um signo comum. Este agrupamento torna possível, põe em funcionamento, mecanismos e procedimentos de gestão, de criação, de uma sociedade produtiva nos termos de uma validação mercantil universalizada.

1.4 – O PROLETARIADO

A abordagem de Marx sobre o conceito de valor pela perspectiva de sua substância possibilitou investigar as relações sociais e suas correspondências com os produtos do trabalho humano tornados valores. Se para Adam Smith o valor era algo de uma naturalidade tal qual o peso ou o volume, para Marx o valor passa a ser uma qualidade social, atrelado, portanto, às formas sociais, e, acima de tudo, uma substância social e histórica vinculada ao trabalho.

O imperativo de terem de vender sua força de trabalho dá a conhecer, como é sabido, a classe chamada *proletariado*, enquanto que os *capitalistas*,¹⁷ os detentores efetivos dos meios produção e de vida da sociedade, seriam os compradores dessa força de trabalho. Em teoria marxista, ao valor pago por essa força de trabalho chama-se *salário*, sendo constituído pelos custos para a formação e conservação da força de trabalho; pelo que dá a entender o custo em salvar e reproduzir a própria existência da classe trabalhadora. Com o que recebe na forma de salário para que suas aptidões estejam à mercê do capitalista, o trabalhador precisa ser capaz de conseguir pagar por sua moradia, alimentação, lazer, etc., bem como arcar com o sustento de sua família.

A força de trabalho é uma mercadoria que gera riqueza posta à disposição do capitalista mediante pagamento. Essa mercadoria, contudo, gera mais riqueza de que o que é pago em salários. É como se uma caixa contendo uma dúzia de ovos fosse comprada, mas que, depois da compra, quando aberta, se verificasse haver mais que doze ovos.¹⁸ Mas, pelo uso da força de trabalho paga-se ao trabalhador somente o suficiente para que ela seja repostada. Quando é o caso, paga-se também o suficiente para o progresso do trabalhador, o que possibilita o aprimoramento de suas habilidades e de seu condicionamento, cujo direito de uso poderá ser, caso haja interesse ou necessidade, posteriormente aproveitado. E, desse modo, o trabalhador recebe na medida para que a força produtiva fornecida por ele seja no mínimo mantida. Caso o salário se encontre abaixo disso está caracterizada a superexploração, tendo como consequência a debilitação do trabalhador. Pagando-se acima do que é requerido para a estrita manutenção da vida do trabalhador ele se desenvolve e passa a ter condições de oferecer mais.

Com o que tem, o possuidor faz o uso que bem lhe entender, e o capitalista também usa a força de trabalho pela qual paga da maneira que quiser, utilizando-a para gerar muito mais valor do que ela lhe custa, gerando a mais-valia. Ao considerar a força de trabalho como mercadoria, Marx foi capaz de superar as contradições que existiam nas formulações dos economistas clássicos. Para eles, o que era comprado pelos capitalistas consistia no trabalho, pelo qual se pagava o equivalente para que o

¹⁷ Do latim *proletariu*, o cidadão pobre, útil apenas pela prole que gerava. A palavra capital vem do latim *capitalis*, que quer dizer "cabeça", referência às cabeças de gado como forma de asseverar a quantidade de riqueza.

¹⁸ Absurdo seria o comprador a ficar sempre reclamando de os ovos estarem caros demais, mas é recorrente o capitalista agir assim.

trabalhador se mantivesse; da mesma maneira que se paga por um produto o suficiente para que ele não falte no futuro. Mas era flagrante o excedente nas mãos dos industriais, fazendo com que o raciocínio salário = trabalho fosse infundado. Como haveria de sobrar alguma quantia ao capitalista em uma troca, em princípio, de equivalentes sem que não fosse causado prejuízo à reposição da mercadoria trabalho?

E assim como potencial não é a mesma coisa que potência, Marx demonstrou que força de trabalho não é o mesmo que trabalho. Como afirma Rodnei Nascimento, “a força de trabalho, em si mesma, não significa a realização efetiva do trabalho, mas apenas a possibilidade de realização do trabalho. A força de trabalho se reduz, portanto, a uma potencialidade não imediatamente real.”¹⁹ O salário é o pagamento pelo direito de uso da força de trabalho, o trabalho efetivamente realizado não é pago em sua totalidade, o que sobra do trabalho menos o salário fica com o capitalista, não havendo uma troca de equivalentes. O trabalho é a força de trabalho posta em uso. Ela é composta pelas capacidades físicas e intelectuais do trabalhador, mas que, postas no processo produtivo capitalista, dão existência a um valor maior que o contido no salário, que, por isso, não é a gratificação pelo que o trabalho vale, pelo que ele gera, mas o pagamento referente ao valor da manutenção da força de trabalho. Em relação à quantidade de tempo de trabalho contido nas mercadorias, a troca de equivalentes jamais figurou de fato uma norma, realizando-se as trocas, segundo Marx, já com os valores metamorfoseados pelos preços de produção.

A partir de Marx é possível perceber que, para o gestor da cadeia produtiva, o valor da aplicação da força de trabalho incide justamente em seu exclusivo no atributo de gerar um valor maior que o seu próprio. É no processo de uso produtivo da força de trabalho que se consuma a famigerada expropriação da mais-valia, ao passo que a equivalência das trocas fica mal enjambrada na relação mercantil entre o capital (entendido agora como os meios de produção) e a força de trabalho, sendo que a mais-valia é realizada fora desta relação.

Como também coisa exteriorizada ao indivíduo, a mercadoria é “um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie.”²⁰ E para que estas propriedades presentes no corpo de algo que agora encontra-se separado de quem as deseja voltem a fazer parte do que há de compor o

¹⁹ NASCIMENTO, Rodnei. “Força de Trabalho e Biopolítica.” In.: GONÇALVES, Anderson. [et al] (org.). *Questões de Filosofia Contemporânea*. Curitiba, UFPR, 2006, p.312.

²⁰ *O Capital*. p. 45.

indivíduo, a mercadoria precisa ser tomada, fazer parte da vida de quem a possui e usufrui dela. Neste sentido, da riqueza na sociedade capitalista, mesmo em sua manifestação como mercadoria, não se pode dizê-la como coisa separada do corpo social, mesmo com a mercadoria fora do alcance do uso; tendo antes as relações sociais que se estabeleceram, e da maneira que se estabeleceram, um papel primordial na forma de manifestação da riqueza, bem como nos encadeamentos estabelecidos a partir do que se foi constituindo como riqueza.

Em outros momentos, em outros espaços, a riqueza foi constituída de outra maneira, a partir de outros parâmetros, ocupando outros lugares e cumprindo outras determinações. A economia feudal na Europa ocidental, por exemplo, quando o trabalho agrícola era a principal atividade responsável por gerar a riqueza social naquele período, era marcada por uma parca circulação monetária, podendo-se assegurar que uma das características elementares daquele modelo de sociedade era a relativamente pouca influência do comércio na circulação dos bens, que acontecia muito mais através de mecanismos judiciais ou belicosos, como heranças e conquistas, do que por atividades mercantis.

Nas sociedades ditas primitivas, as riquezas se trocam em prestações de rivalidade porque são não somente bens, mas também signos. Nas sociedades feudais, as riquezas se trocam não apenas porque são bens signos, mas porque são bens, signos e armas. A riqueza e o meio pelo qual se pode exercer tanto a violência quanto o direito de vida e de morte sobre os outros.²¹

Diferentemente, com o capitalismo, a riqueza não é mais aquilo a permitir que o soberano retire a vida de seu súdito, destrua ou pela violência exproprie de algum rival os bens e os meios para produzi-los. O capitalismo põe a funcionar uma série de tecnologias a engendrar a produção de riquezas a partir do trabalho, como outras sociedades anteriormente já o fizeram, mas o capitalismo conduz esta relação entre trabalho e riqueza de modo que a vida não seja posta antagonicamente à produção da prosperidade. O que se expropria é a mais-valia, não a capacidade produtiva do trabalhador, que é, muitas vezes, em nome da ampliação de taxa de mais-valia, sempre que possível, sempre que conveniente, ampliada, tratando-se, sim, de uma exploração, mas que, em seus princípios, é geradora e não ceifadora de vitalidade.

²¹ FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996, p.64.

1.5 – OS AVANÇOS TECNOLÓGICOS SOBRE A VIDA

Até o século XVIII a atividade comercial era a crucial fonte de lucros da burguesia, mas com a criação de novas tecnologias produtivas, expressas flagrantemente em equipamentos como a máquina a vapor e o tear mecânico, foi-se dando grande importância também ao controle da produção, e não somente à circulação. Neste novo momento do capitalismo, e com o aparecimento de uma burguesia industrial, o capitalismo comercial, ou mercantilismo, que vigorava desde o século XIV, perde sua preponderância. Enquanto o capitalismo comercial se caracteriza por sua predominante e relativa exterioridade à produção, sendo o lucro, em sua grande parcela, proveniente da comercialização e do transporte das mercadorias produzidas por agentes de quem o capitalista as comprava, não sendo seu foco a intervenção nos processos produtivos, o capitalismo industrial assenta-se sobre o controle da produção do que será comercializado.

Vide, por exemplo, a produção açucareira no Brasil durante o período colonial. A incumbência da produção vinculava-se ao mundo do engenho, unidade produtiva governada com mão de ferro pelo Senhor de Engenho, o encarregado da administração de uma propriedade que, de fato, não lhe pertencia, mas que cujo direito de exploração encontrava-se nas mãos do Capitão Donatário, a quem também não pertencia a terra, de propriedade da coroa portuguesa. Isoladamente grandes semelhanças com o feudalismo, inclusive no que diz respeito a certa autonomia de legislar sobre seus domínios atribuída, hierarquicamente, ao Capitão Donatário e ao Senhor de Engenho. A produção açucareira, contudo, era voltada ao atendimento das demandas de um mercado internacional que em seus meandros era alheio ao paternalismo que comandava as relações estritamente produtivas. Por outro lado, o burguês mercantilista que comprava o açúcar pouco se importava com a forma que este era produzido, tampouco com as formas de socialização promovidas por este modo de produção. A esfera produtiva autonomizada, em maior ou menor grau, vendia ao capitalista o excedente de sua produção, sendo que em muitos casos, não neste exemplo do Brasil, os trabalhadores detinham a propriedade dos meios de produção.

Por outro lado, a partir do capitalismo industrial procedeu-se a uma perscrutação cada vez mais curiosa, cada vez mais interessada, ao espaço onde as mercadorias são produzidas. O capitalismo industrial abriu o caminho para adentrar no mundo da produção, estabelecendo a disposição dos dados, indicando as normas e os

procedimentos de codificação da produção de modo que o lucro seja a régua de aferição do sucesso no empreendimento; e para a maximização do controle separou-se a população, um conjunto de indivíduos tomados indistintamente, dos meios de produção. Sem ter meios autônomos de vida, esta população foi agrupada em uma classe, um heterogêneo grupo que tem em comum o obrigatório interesse de vender como mercadoria, da melhor maneira possível, sua capacidade de trabalhar. Inserida a capacidade de trabalho numa relação de compra e venda, posta em circulação, é conferida ao Capital a capacidade de converter toda a produção numa produção pra si, de transformar toda a vida em força de trabalho, fazendo da venda da força de trabalho um importantíssimo veículo de composição das relações sociais posto em movimento pelo capitalismo industrial.

Somente com a atuação direta dos efeitos do Capital sobre todos os processos ao redor da criação do sobreproduto é que o modo de capitalista de produção pode de fato atingir sua plenitude. O capital industrial torna-se entre a segunda metade do século XVIII e o final do século XIX, o lastro a sustentar o capital comercial, estando as relações capitalistas presentes não somente em todos os pontos da cadeia produtiva, diferentemente do que ocorrera no mercantilismo, mas também todos os processos vitais passaram a ter como chave de inteligibilidade um viés econômico.

Com a fábrica mecanizada que passa a ter existência e se generaliza a partir da Revolução Industrial inglesa do século XIX, foi possível que o modo de produção capitalista adquirisse finalmente uma base técnica adequada aos discursos burgueses proferidos desde, pelo menos, a fisiocracia ou o Iluminismo, o que por si só já é suficiente para relativizar, tomado o cuidado para não descambar para um total idealismo, a fixidez da teoria marxista ao assinalar a preponderância de uma base material a determinar todos os demais processos. Os avanços técnicos advindos da implementação tecnológica dos equipamentos contribuiu sobremaneira para que a lógica industrial fosse estendida aos mais ínfimos campos da vida humana, no sentido biológico e social do termo. Mas não apenas de tecnologias mecânicas se fez a Revolução Industrial, não tendo sido nem criadas pela burguesia, nem apreendidas pelo marxismo, todas as tecnologias envolvidas na concretização das realizações do Capital.

Para revelar os atributos próprios do processo de produção capitalista, Marx expôs e articulou com precisão uma série de conceitos que, em linhas gerais, giram em torno das noções de força de trabalho e meios de produção, que, pelo modo de produção capitalista, formam o Capital. E para comprar tanto a força de trabalho, como os meios

de produção, o capitalista tem que aplicar dinheiro para que seu investimento inicial possa crescer. Este dinheiro para comprar a força de trabalho foi denominado por Marx Capital Variável; sendo o Capital Constante o dinheiro empregado para a aquisição de equipamentos, matérias-primas, e outros meios de produção, bem como a própria edificação onde se localiza a unidade produtiva.²²

A clara razão pelo uso desta nomenclatura é que o Capital Variável amplia seu valor, que é investido na força de trabalho, uma mercadoria que é ela a fonte de valor, o que não acontece com o Capital Constante. E a produção no modelo capitalista abrange tanto o que Marx chamou de trabalho vivo – o trabalho efetivado do trabalhador, comprado a preço de força de trabalho, mas usado como trabalho, ou seja, gerando um valor superior pelo que foi comprado – e trabalho morto, trabalho este que é o trabalho acumulado dos trabalhadores que, em primeiro lugar, fabricaram os meios de produção em uso em outros processos produtivos.

Em suas análises, Marx dá bastante ênfase a isto que ele chamou de trabalho morto, que suga como um vampiro, numa metáfora do próprio Marx, cada gota de sangue do trabalho vivo posto à disposição pelo detentor da força de trabalho, convertida em algo venal tal qual qualquer outra mercadoria. Por outro lado, há também um impulso do Capital ao desenvolvimento dessas forças produtivas ao máximo e sob um ritmo cada vez mais intenso imposto pela própria dinâmica do competitivo mercado. Esses avanços, em parte, são alcançados com o desenvolvimento de equipamentos e maquinários mais eficientes acumulados na forma de capital morto. No entanto, as forças produtivas como um todo são também compostas pelas capacidades produtivas do trabalhador, cuja implementação não se dá, ainda, segundo a incorporação de novas tecnologias mecânicas a si. E este controle sobre os condicionantes técnicos e subjetivos a regular o impulso produtivo dos agentes envolvidos, o aumento ou manutenção da habilidade do operário e a gana de trabalhar, são elementos não abarcados satisfatoriamente pelo arcabouço teórico do marxismo clássico.

O controle sobre os indivíduos, esse efetivo e permanente controle no plano do agenciamento de suas capacidades, não pode ser nem entendido, nem realizado, aprioristicamente a partir de categorias predeterminadas quaisquer. É um controle que não pode ser sustentado exclusivamente segundo mecanismos jurídicos, pedagógicos,

²² Cf. *O Capital*, capítulo VI: “Capital constante e capital variável.”

econômicos ou sexuais, mas a partir do entrecruzamento de uma fatura de outras instâncias simultaneamente laterais e colaborativas umas às outras.

Desviando um pouco deste foco econômico, mas sem estar-lhe alheio, Foucault aponta que no século XIX diversas instituições de cunho pedagógico e psiquiátrico vão envidar esforços no enquadramento dos indivíduos segundo uma normatividade a escapar à noção de periculosidade desenvolvida em torno da instituição judiciária. Neste momento, sob este recorte, esta teia de relações de poder extrajudiciárias atente ao cumprimento de uma função não mais simplesmente punitiva, devendo antes promover as condições para a realização de toda uma predeterminação social, humana, teológica, pouco importa, que fora desviada devido à má formação educacional, aos desvios de ordem mental ou ao crime.

E do mesmo modo que estas instituições extrajudiciárias se articulam em torno de um objeto tomado inicialmente de forma jurídica, esta mesma periculosidade também se alinha a aparados pedagógicos quando analisada a partir da instituição escolar. E também pode acontecer a partir de qualquer outro ponto da teia que se adote como momentâneo eixo; que pode ser, conforme o recorte analítico ou conforme o momento estratégico escolhido, ora central, ora periférico. Ou seja, se tomadas segundo as determinações jurídicas, a escola, o manicômio, a família, funcionam conforme se atuassem de acordo com seus desígnios legais; mas se a esfera produtiva, a fábrica enquanto instituição, for colocada como eixo em torno do qual se orientam todas as demais instituições, verificar-se-á de maneira análoga um encadeamento a reforçar os interesses concernentes à esfera produtiva, como fez Marx.

Neste ponto, as análises de Marx e de Foucault encontram-se em uma encruzilhada. Enquanto para Marx esta prevalência dos aspectos produtivos, materiais, econômicos *stricto sensu*, alcança um vigor absoluto, fundamento infraestrutural dos demais aspectos da vida social, a partir de Foucault é possível até considerar em um momento ou outro uma configuração das relações cujas determinações tenham uma predominância dos fatores econômicos, sem que isso implique em uma preponderância supra histórica a partir das relações materiais de produção a servir como eixo temporal por onde dispõe-se os relevantes acontecimentos históricos.

Além disso, neste período atual, numa envergadura a estende-lo até meados do século XVIII, instituições como o hospital, a escola, a prisão, o quartel, ou mesmo a fábrica, não tem como horizonte a exclusão, a alienação, mas “têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores.

Trata-se de garantir a produção ou os produtores em função de uma determinada norma.”²³ Trata-se de incluir ao invés de excluir. Não que se vá com isso querer fundar qualquer relação causal, em qualquer sentido que seja, entre a disciplina e os processos produtivos, tratando-se de uma série de complementaridades entre as diversas áreas de construção do conhecimento, entre as diversas instituições a regulamentá-lo, sem qualquer sobredeterminação constitutiva.

E nestas instituições erigidas no século XIX, ou melhor, nestas grandes instituições constituintes do *ethos* que se estabeleceu a partir do século XIX, muitas das quais em sua genealogia anteriores ao século XIX, não é ao membro de um grupo, previamente constituído e a resistir que se vai tentar dobrá-lo a uma norma, vigiando-o, examinando-o minuciosamente como um adversário. Primeiramente, é justamente sob a condição de indivíduo que se dará a captura ao interior de uma instituição, sendo nela que este indivíduo constituir-se-á como sujeito, como pertencente a um grupo, como uma classe. Instituições como a família, a escola, o tribunal, a prisão, a unidade produtiva, embora também se ocupem disto, não são por excelência simples formas de controle e reversão da inadequação, mas, e acima de tudo, é a própria estrutura de vigilância montada nas instituições que vai fazer com que os indivíduos se interessem a compor de alguma maneira os seus quadros, constituindo-os enquanto um grupo a dar significado aos mesmos signos, construindo uma subjetividade.

o sujeito foi pensado por Foucault como produto de uma multiplicidade de relações horizontais de saber-poder que o caracterizaram como sujeito assujeitado e disciplinado. Tal sujeito histórico foi produzido nas modernas instituições fechadas, como a escola, a família, a fábrica, o hospital, o exército, o manicômio, etc.²⁴

Havendo de comum nesta multiplicidade de instituições não um objetivo de ordem prática, material, econômica, mas um arranjo de matriz disciplinar e moralizante. Mas a novidade do século XVIII e XIX é que nestas instituições, todas elas de alguma maneira atravessadas pela ingerência estatal, quando não pela administração direta do Estado, instituições cujo surgimento nos moldes em que as conhecemos só foi possível a partir da formação e consolidação da noção de Estado Nacional, nelas vem embaralhar-se o Estado e o que lhe escapa. “Mais do que instituições estatais ou não estatais, é preciso dizer que existe uma rede institucional de sequestro, que é

²³ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 1996, p.114.

²⁴ DUARTE, André. *Vidas em risco. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.215.

intraestatal.”²⁵ Infraestatal e, é preciso acrescentar, muitas vezes extraeconômico, embora não tenha sido dispensada certa logística infraestrutural do Estado, a avocar a responsabilidade com a manutenção de um conjunto de instalações necessárias às atividades humanas, como rede de esgotos e de abastecimento de água, coleta de águas pluviais, energia, estradas e ferrovias, rede telefônica, etc., ou mesmo a regulação da criminalidade, da saúde pública, da educação, tudo isso em níveis de responsabilidade que podem variar de acordo com o escopo do Estado.

Mas entre estas responsabilidades, estas intenções estatais ou privadas, aparecem no século XIX o que Foucault chamou de instituições de sequestro, cuja primeira utilidade seria a de gerenciar o tempo, “fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transformasse em tempo de trabalho.”²⁶ Função esta que se desdobra em fazer com que os corpos se tornem força de trabalho. Melhor aproveitamento do tempo e do corpo convergindo a partir do século XIX para o trabalho, mesmo que não estritamente vinculados a uma célula produtiva no sentido material do termo.

Em *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault ainda elenca uma terceira função destas instituições, que, apesar da polimorfia de tipos de relações de poder que abarca, a partir do século XIX há a constante articulação a um tipo de poder de ordem econômica. Em uma fábrica, por exemplo, onde há, da parte de um proprietário, a oferta de um salário que compra o direito de uso da força de trabalho de outrem por um dado tempo, estas relações de poder econômicas saltam aos olhos, tendo sido esmiuçadas com bastante interesse pelo marxismo. Foucault aponta, por outro lado, que nestas instituições de sequestro, quartéis, sanatórios, escolas, hospitais, fábricas, dentre outras, estabelece-se uma relação de poder que extrapola a mera relação econômica, sendo que em muitas delas sequer há esse *modus operandi* mediado pelo salário ou qualquer pagamento. Trata-se de um poder político segundo o qual os responsáveis por gerir estes lugares são investidos da prerrogativa de dar ordens, de instaurar, estatuir e concretizar regulamentos.

E é esta polimorfia de poderes que requer, ao mesmo tempo em que é sustentada por, um poder epistemológico, capaz de produzir a partir da perscrutação dos próprios indivíduos um saber que lhes recai sobre a forma de uma série de normatividades sanitárias, psicológicas, sociais, sexuais, pedagógicas, enfim, normatividades comportamentais públicas e particulares devassadas por uma intrincada rede de saberes.

²⁵ FOUCAULT. *Op. Cit.* 1996, p.115.

²⁶ IBID. P.119.

Neste mesmo sentido, “pouco a pouco, o trabalho do operário é assumido em um certo saber da produtividade ou um certo saber técnico da produção que vão permitir um reforço do controle.”²⁷

Os indivíduos tornam-se, desse modo, objetos de um saber a tornar possível novas e mais eficientes formas de controle. Indivíduos acerca dos quais é produzido um conhecimento a partir de dados extraídos deles próprios e que são posteriormente reassimilados, ou também simultaneamente produzidos, pela psiquiatria, pela psicologia, pela pedagogia, pela criminologia; um conhecimento dotado, enfim, de todo um modo clínico de fazer-se, uma abordagem a justificar-se por uma profilaxia tornada necessária.

Tem-se, pois, no funcionamento “desta rede de sequestro no interior da qual nossa existência se encontra aprisionada,”²⁸ uma ingerência estatal que se limita ao levantamento e gerência dos requisitos requeridos para que aconteça o desenvolvimento vital de uma população, desenvolvimento que em si foge da alçada direta do Estado. Instituições de sequestro estas que não dispensam totalmente nem o Estado, não obstante não se limitem a ele, nem a produção e circulação das mercadorias, embora também não as tenha, de fato, como fundamento senão abstrato.

E é este fundamento sustentado na produção de mercadorias que vai, no século XIX, assentar os alicerces para uma nova forma de controle, um novo padrão de vigilância. São medidas de vigilância que se alargam não unicamente sobre a produção, um controle que não se restringe exclusivamente ao zelo quantitativamente mensurado da cadeia produtiva, mas leva em consideração também, ou melhor, tem como foco a atividade dos homens, seus meios de vida, suas ações e seus comportamentos. Um controle, enfim, que tem em mira, no limite, o ser humano em suas qualidades e estados de ser em ato, mas que fez da atividade produtiva uma de suas vias de acesso; e conforme cresce o interesse sobre os aparelhos de produção, cresce também a importância dos mecanismos de controle em torno e além da atividade produtiva. Um controle, no fim das contas, a perseguir o corpo.

²⁷ IBID. p.121.

²⁸ IBID. p.115.

CAPTÍTULO II
O GOVERNO DOS HOMENS NO TEMPO DO CAPITALISMO

2.1 – OS VALORES DO TRABALHO

A importância do trabalho enquanto categoria de entendimento está vinculada à maneira como ele ajustou-se a processos vitais muito abrangentes, tendo sido a ele articuladas múltiplas partes do que foi proferido sobre a existência humana, tanto social quanto individualmente. As condições materiais da vida, a história, a religião, as discursividades, os comportamentos, as sensações, enfim, toda uma infinda série de aspectos foi posta em relação ao trabalho, sendo ele, inclusive, um dos temas de inquietação mais relevantes para a sociologia. Pode-se, por exemplo, destacar, de um ponto de vista material, de que modo a atividade materialmente produtiva está ligada à sobrevivência e à manutenção da vida, em um sentido biológico; e também, fazendo-se um outro recorte a partir de uma mesma abordagem material, é possível investigar como o trabalho, num processo de revalorização, que pode ser notado desde meados do século XVI com a Reforma Protestante, foi deixando de ser encarado como uma atividade inferior para ascender à ribalta como um dos principais conceitos em torno do qual são definidos, em diversas perspectivas e níveis, os domínios da ação e da inteligibilidade humanas.

A noção de trabalho, com todos os seus vários desdobramentos, estabelecida por Marx chega a cingir ontologicamente o homem no todo de sua existência, não se tratando mais simplesmente de uma determinada atividade a prover o sustento ou gerar valor, como pensavam os economistas clássicos, mas de um conjunto de atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade. A partir de Marx a atividade material, a produção, foi pensada como a efetiva união entre a espécie humana e a objetividade. O caráter de uma espécie qualquer residiria, portanto, no quadro formado pelos traços particulares do tipo de atividade vital exercida, abarcado no caso humano a vida em sociedade. O ser humano, portanto, por meio do trabalho, intervindo na natureza com vistas à sua transformação, executaria a construção prática de um mundo objetivo, lugar de edificação de sua subjetividade. Com efeito, o conceito filosófico de trabalho que é por Marx estabelecido colide ao mesmo tempo com o que fora desenvolvido anteriormente pelos teóricos da economia política, e com a realidade das relações de produção açambarcadas pela primazia do Capital.

Para além da discussão econômica, ou melhor, simultaneamente à discussão econômica, um corte epistemológico pôde ser verificado na passagem do século XVIII

para o XIX. A relação entre o sujeito do conhecimento bem como aquilo que é por ele conhecido nunca mais foi a mesma depois de uma transformação sem volta na própria constituição do saber. A partir dessa nova configuração, nas análises econômicas a importância do custo de produção ganha destaque, tomando o lugar conferido à fantasia da primordial troca simples, baseada unicamente na mútua satisfação das necessidades, para se ponderar sobre a formação dos valores. Na *epistémê* moderna, a produção é, em substituição à troca, a figura central no campo do saber, dando surgimento a uma série de novos objetos a serem conhecidos, entre eles o Capital, e apresentando a análise das formas de produção como um novo programa, com vistas a um determinado fim, a regular previamente uma série de operações a se realizar. Método tido como primaz em apontar os erros evitáveis e sistematizar os incontornáveis.

Na análise de David Ricardo, um dos pioneiros nesta série de estudos que privilegiam a produção para se entender a dinâmica da circulação, o trabalho não podia, conforme idealizava a economia clássica, servir de valor fixo, pois se submeteria à mesma sorte de variações que as demais mercadorias às quais deveria servir de equivalência. Ricardo rompe de vez com o princípio de que toda mercadoria era *representada* por certa quantidade de trabalho e vice versa; teoria sustentada por Adam Smith, para quem a representação é que possibilitava a comunicação entre o trabalho e a mercadoria. Ricardo, de forma pioneira, aparta do trabalho, “essa força, esse esforço, esse tempo do operário que se compram e se vendem, e essa atividade que está na origem do valor das coisas”²⁹, essa visão meramente representativista. Tem-se, então, que o trabalho se desdobra em dois: um que é o que é ofertado pelo trabalhador, pelo qual ele recebe em troca seu salário, o mínimo necessário à sua subsistência; e o outro é o trabalho expresso pela intervenção desse trabalhador na natureza, responsável por tirar do fundo das minas os metais e por fabricar e transportar os objetos, formando assim valores, postos em circulação, que sem esse esforço sequer existiriam.

Não é o caso de se afirmar que antes de Ricardo não se reconhecia no trabalho, encarado como custo de produção, vendo no salário do trabalhador, um fator que onera a mercadoria final e, por isso mesmo, também forma valor. Adam Smith não nega a formação de valor a partir da subsistência dos envolvidos no processo produtivo. Na esfera produtiva, além da remuneração paga pelo empregador ao empregado, há o custo com matérias primas e com a subsistência mais as vantagens do proprietário. Mas, em

²⁹ FOUCAUT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.348.

todo caso, segundo a doutrina fisiocrata, já que o aumento de valor contido nessas subtrações remete em sua maioria à subsistência daquele que trabalha, a restituição do consumo daquele que produz está na mesma proporção daquilo que ele produz, “destruindo” o operário o equivalente ao que produz. Por esta visão, é ao consumo e não à produção que se deve a formação do valor na cadeia produtiva, ideia, inclusive, não totalmente descartada por Marx, embora tenha ele agregado consideráveis implementações teóricas a ela.

Não obstante a inestimável contribuição de ambos à engatinhante economia política, a diferença entre Smith e Ricardo está no fato de que para o primeiro o trabalho, tendo-se a representação em vista, serve de unidade de equivalência em relação às demais mercadorias, dentre elas, inclusive, todos os bens primários de consumo; para o segundo, o trabalho não apenas pode ser uma unidade intercambiável de representação de uma mercadoria posta diante de outra, como também, e fundamentalmente, como energia empregada na produção, é a fonte de todo valor; valor que já não é mais tido como signo, mas como produto. Para Adam Smith, para quem os juízos presentes na permuta é que determinam a divisão do trabalho, a análise das riquezas deve se basear no sistema de trocas; a partir de Ricardo, é o trabalho que sustenta a plausibilidade de qualquer troca comercial; devendo, pois, sem que esta seja ignorada, a teoria da circulação advir a da produção.

Com a produção posta em primeiro plano, o trabalho, conforme prescreve a *epistémê* moderna, desvincula-se de sua exclusividade representativa e é estabelecido segundo as bases de uma causalidade que lhe compete, ou seja, a produção. A origem do valor expresso pelo trabalho, mediante a quantidade que dele se despende à fabricação de uma dada mercadoria, é vista agora como derivada dos modos de produção que estão envolvidos no processo. Ao serem os traços particulares do trabalho distinguidos quanto ao que tange à formação dos valores do que se refere à sua representação é que, pela primeira vez, foi possível se pensar as bases da comunhão entre a economia e a história.

As “riquezas”, em vez de se distribuírem num quadro e de constituírem assim um sistema de equivalência, agora organizavam-se e se acumulavam numa cadeia temporal: todo valor se determina não segundo os instrumentos que permitem analisá-lo, mas segundo as condições de produção que o fizeram nascer; e, mais ainda, essas condições são determinadas por quantidades de trabalho aplicadas para produzi-las.³⁰

³⁰ IBID. p.351.

Dentro dos parâmetros do que era o pensamento clássico, a riqueza se forma devido à abundância com que a terra produz, e se a carência, se a penúria se verifica, é porque as pessoas baseiam suas representações a partir de objetos que lhes faltam, raros como ouro; mas aquilo que não é imediatamente consumido pode futuramente figurar pela troca outra coisa de que se careça. Já para Ricardo, a prodigalidade da terra é fruto de sua limitação diante das necessidades humanas, de modo que foi ao trabalhar a terra, uma vez que a população era demasiada grande para se satisfazer do que a terra prontamente oferecia, que foi agregado valor ao que em se plantando dava.

Assim, não é um estado bonançoso que confere ao homem o substrato sobre o qual se desenrolará o comércio. Antes, a economia só foi tornada possível frente a uma circunstância de raridade, diante de uma natureza que não mais perfaz a figura o Jardim do Éden. “Não é mais nos jogos da representação que a economia encontra seu princípio, mas do lado dessa região perigosa onde a vida afronta a morte.”³¹ Mesmo no caso de se privilegiar a propriedade agrária, tem-se que, diante do que é posto por Ricardo, se a terra não for lavrada, morre-se de fome. Muitos economistas, inclusive Adam Smith, viam a formação do valor como produto da renda fundiária, uma marca da disposição de recursos oferecidos pela terra; desconsideraram eles, contudo, que a fecundidade da terra só está apta a satisfazer as necessidades humanas, posto que a população cresça, à proporção que a faina se torne cada vez mais intensa.

Vemos então que Adam Smith, ainda em alinhamento à *epistémê* do séculos XVII e XVIII, elaborou um arranjo em que o valor de uma mercadoria é representado pela quantidade de trabalho nela contida, que, por sua vez, faz-se representar por um estalão metálico; diferentemente do que acontecia anteriormente, no século XVI, quando a unidade de equivalência monetária sustentava seu valor com base na preciosidade do metal com a qual era forjada. No classicismo o valor não se dá mais pelo que o ouro é, mas pelo que está nele representado e cuja representação se duplica.

Superada esta estrita relação da formação do valor com a propriedade de representar, o trabalho não mais agrega valor somente por sua capacidade de figurar-se como equivalência universal na circulação das mercadorias, que primeiramente haveriam de, por si mesmas, conforme as necessidades, já constituírem um valor. A partir de Ricardo, o trabalho não agrega valor a um valor já existente somente por ser o ônus despendido com a subsistência do trabalhador; trabalho e valor se tornam

³¹ IBID. p.353.

grandezas inseparáveis. E foi justamente de Smith e Ricardo que adveio a teoria do valor trabalho, que é a ideia de que o valor de troca entre as mercadorias é aferido pela quantidade de trabalho agregado para fazê-las circular (Smith), mas também pela quantidade de trabalho necessário para produzi-las (Ricardo). Mas a equivalência de valores, ostentada por ambos os economistas, apresenta algumas dissonâncias.

Na sociedade capitalista, as trocas, segundo Marx, já se iniciam sob o jugo de uma metamorfose nos preços de produção, patamar do processo de circulação em que o trabalhador já estaria exposto à alienação de sua capacidade produtiva. A noção de alienação pela primeira vez era aplicada a processos econômicos.

Na acepção fundamental do conceito, alienação expressa a perda de controle, de posse; alienar seria tornar alheio o desfrute. O problema da alienação estaria diretamente associado ao produto excedente e à mais-valia, sendo a natureza desta o que caracterizaria o desenvolvimento da economia política. A progressão da economia política, desse modo, numa acepção desta que inclui o aumento da complexidade dos sistemas monetários e os preceitos liberais da economia, obedeceria ao desenvolvimento da arcaica propriedade agrária feudal até o capital industrial, ou mesmo o capital financeiro. Inserem-se nesse recorte as radicais mudanças verificadas entre a total dependência política do trabalho servil até o trabalho economicamente emancipado do terceiro setor.

A economia política liberal é, como se pode perceber, o ápice desse desenvolvimento. Mesmo Marx reconheceu a superioridade de algumas de suas considerações, sem precedentes até então. Ao definir o capital como trabalho armazenado, os economistas abrem um novo leque de interpretações que permite mostrar, por exemplo, a relação entre a acumulação de capital e a divisão do trabalho, intensificando-se mutuamente. Fica clara, portanto, conforme fora mostrado por David Ricardo, a ideia do trabalho como única essência da riqueza, pondo um fim à exagerada importância conferida à renda da terra bem como do acúmulo de metais preciosos, e que a fonte da dissimetria socioeconômica que se faz presente nas sociedades modernas não é mais preponderantemente de origem política, numa acepção mais jurídica do termo, mas economicamente sustentada. Há de se mencionar que em todos esses aspectos o problema da alienação do trabalho está de alguma maneira envolvido.

A impossibilidade da economia política liberal de sustentar a afirmação de que o trabalho seria a fonte da propriedade privada, pode ser considerada uma das principais críticas de Marx aos economistas. Além disso, vaticinavam também que somente a

propriedade privada seria capaz de realizar uma divisão do trabalho economicamente rentável de fato. Para esses economistas uma sociedade civilizada seria insustentável sem uma divisão do trabalho baseada na troca.

Seguindo-se a linha dessas interpretações que, irremediavelmente, atrelam propriedade privada e divisão do trabalho, cuja liga se manifestaria na troca, admitir-se-ia que a alienação seria impossível de ser superada. Locke já declarava que “Deus mandando dominar, concedeu autoridade para a apropriação; e a condição da vida humana, que exige trabalho e material com que trabalhar, necessariamente introduziu a propriedade privada.”³² Marx, ao contrário, afirma que a propriedade privada dos meios de produção é uma expressão econômica que só se consagra devido à alienação.

A mesma divisão de trabalho que os [aos possuidores de mercadoria] torna produtores privados independentes, torna independente deles mesmos o processo social de produção e suas relações dentro desse processo, e que a independência recíproca se complementa num sistema de dependência reificada universal.³³

De acordo com Marx, sobrepujar a alienação torna-se possível de se pensar a partir da oposição entre o feitiço social do trabalho e a condição alienante presente nos moldes como foi historicamente aprimorada divisão do trabalho. Uma vez que a atividade produtiva deixasse de ser controlada com base na propriedade privada, ela abandonaria seu caráter alienante. O caráter social do trabalho, então, revelar-se-ia sem a intervenção alienante e dominadora da divisão do trabalho, pois

A dominação confere maior consistência e força ao todo social no qual se estabelece. A divisão do trabalho, em que culmina o processo social da dominação, serve à autoconservação do todo dominado. Dessa maneira, porém, o todo enquanto todo, a ativação da razão a ele imanente, converteu-se necessariamente na execução do particular. A dominação defronta o indivíduo como universal.³⁴

A base da teoria marxista reside em sua crítica à reificação das relações sociais imposta pelo modo capitalista de produção, baseadas estas na alienação do trabalho (através de medidas que isolam o trabalhador), na propriedade privada dos meios de produção e na troca. Como elemento comum às diversas formas de alienação encontra-se, na esfera da prática social, o conceito de trabalho alienado, estrategicamente situado na encruzilhada, como causa e como efeito.

³² LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1973, §35.

³³ *O Capital*. p.96.

³⁴ ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985, p.34.

Os elementos essenciais na teoria da alienação são o homem, a natureza e a atividade produtiva, sendo esta última a principal responsável pelo aumento na complexidade da sociedade. Com a criação de novas necessidades, simultaneamente ao atendimento de antigas, “talvez a mercadoria seja produto de uma nova modalidade de trabalho, que pretende satisfazer a uma necessidade recentemente surgida ou que pretenda ainda provocar por iniciativa própria uma necessidade.”³⁵ Há situações em que as necessidades induzidas adquirem ares de teleológica indispensabilidade. E foi, também, a partir do embasamento adquirido a partir dos teóricos do contratualismo que um objeto, uma parcela de propriedade morta, pôde ser diretamente alienado do proprietário original, passando a fazer parte da propriedade de outro. Sem maiores complicações, a regulamentação da transferência da propriedade foi santificada por uma ordem jurídica laicizante e desencantada.

Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como pessoas, cuja vontade reside nessas coisas, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto, cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie de mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto, reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados.³⁶

A propensa liberdade salvaguardada pelo contrato permitiu o acesso aos homens enquanto coisas, elementos inseridos em um processo, mas que, em contrapartida, escolheram livremente celebrar o dito contrato, alienando por vontade própria o que lhes pertencia.

A esporádica utilização da cooperação em grande escala no mundo antigo, na Idade Média e nas colônias modernas baseia-se em relações diretas de domínio e servidão, na maioria das vezes de escravidão. A forma capitalista pressupõe, ao contrário, desde o princípio o trabalhador assalariado livre, que vende sua força de trabalho ao capital.³⁷

O esforço de se transformar tudo em objeto alienável foi o veículo através do qual a alienação humana foi alcançada. A venda, principalmente da força de trabalho, é a alienação sobre o corpo posta em funcionamento.

Ao se fazer aceitar livremente uma espécie de nova forma de servidão, foi possível a intensificação da utilização da força produtiva baseado-se em um modelo de sociedade regulada pelo domínio do mercado como mediador das relações. A ordem social da sociedade moderna só é sustentável com a possibilidade da transformação de

³⁵ *O Capital*. p.95.

³⁶ *IBID.* p.79.

³⁷ *IBID.* p.265.

todas as coisas, de todos os campos da experiência, em mercadorias intercambiáveis. “Para que a alienação seja recíproca, basta que os homens se defrontem tacitamente, como proprietários privados daquelas coisas alienáveis e, portanto, por intermédio disso, com pessoas independentes entre si.”³⁸

2.2 – O MUNDO DO TRABALHO E O BIOPODER

Em uma progressão que vai do homem-indivíduo para o homem-abstrato, da personificação para a impessoalização, das limitações e mediações culturais para a liberdade e interferência econômicas, a economia política, passo a passo, formularia com cada vez mais clareza as condições de uma alienação sem barreiras; interligando, com isso, as alienações individuais a uma alienação que se pretende, ou se apresenta, como universal. E um ponto tornado ideal para toda essa série de transformações é a atividade produtiva, já que o uso da força de trabalho, o trabalho, se mostra como a própria atividade fundamental do trabalhador. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.”³⁹

E o trabalhador assalariado vende esta capacidade criadora no intuito de adquirir os meios de subsistência de que precisa, e sua atividade se torna apenas um meio que faz com que sua existência material seja possível. O proletário tem que trabalhar para viver, mas o trabalho, obrigatoriamente mercantilizado é antes a mortificação de sua vida, é uma mercadoria, segundo Marx, que não mais lhe pertence, sendo tampouco o fruto de sua atividade o objeto dela. Nesse jogo, o que ele gera para si mesmo não seria, de maneira alguma, o produto no qual tanto labutou, nem mesmo o que seria o equivalente a ele em forma de riqueza acumulada.

Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato. [...] Não restou deles [dos produtos do trabalho] a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano

³⁸ IBID. p.81.

³⁹ IBID. p.50.

indiferenciado, isto é, de dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida.⁴⁰

Neste sentido, o que o trabalhador fornece a si mesmo com seu trabalho é o seu salário, equivalente a uma parcela do valor contido nas mercadorias produzidas por ele que se manifesta em uma determinada quantidade dos meios de subsistência. A jornada de trabalho seria, portanto, uma manifestação muito peculiar de sua existência, podendo-se afirmar que a vida, em todas as suas potenciais plenitudes, começaria quando essa atividade cessa. Enquanto trabalha, o ser vivo, o indivíduo, fica inexoravelmente reduzido a um sujeito encarnado na figura do trabalhador.

Como características mais relevantes do modo de produção capitalista, pode-se elencar a reificação e o trabalho abstrato. Pela mesma lei da oferta e da procura que dita a produção das mercadorias, as pessoas se relacionam, no mais das vezes inclusive consigo próprios, como capital vivo; tratando-se de um tipo peculiar de componente do processo produtivo que tem a lástima de existir como um capital carente, possuidor de anseios que vão além da circulação.

Como elemento inserido simultaneamente no processo de produção e no de consumo, os atributos do desse sujeito são reconhecidos somente na medida em que contribuem para o desenvolvimento do Capital; ou seja: por esse prisma, as misérias humanas poderiam ser sanadas somente na medida em que isso contribuir para o processo de acumulação. Para o Capital, o homem seria um tipo específico também de capital na medida em que é refletido apenas como trabalhador, imagem possível somente a partir dos imperativos de um sistema econômico e social baseado na produção e circulação de mercadorias. O imposto cobrado por esse tipo de desenvolvimento é o banimento da maior parte dos indivíduos a uma forma de trabalho abstrata. O trabalho abstrato é o trabalho do homem-máquina, consequência do isolamento imposto por esse modelo de divisão social do trabalho.⁴¹

A divisão do trabalho, portanto, fica sendo o inverso do que deveria ser sua função original. Ao contrário de contribuir para a emancipação do homem em relação à natureza, a divisão do trabalho continua a criar novos transtornos. Paradoxalmente, à medida em que o mercado amplia sua esfera de atuação, ofertando ao homem-máquina cada vez mais mercadorias, mais este homem se externalizaria do processo produtivo do qual é peça fundamental. Para os economistas clássicos, o trabalho possui apenas a

⁴⁰ IBID. p.47.

⁴¹ “Agrega valor, portanto, mediante seu trabalho não por ser trabalho de fiação ou de marcenaria, mas por ser trabalho abstrato, social geral, e agrega determinada grandeza de valor não por ter seu trabalho um conteúdo particular, útil, mas porque dura um tempo determinado.” IBID. p.166.

propriedade de produzir mercadorias e valor, desconsideram eles que, na sociedade moderna, o trabalho também faz-se a si mesmo como coisa capaz de profundas interferências nos processos vitais. Interferências estas que não se pode dizer que sejam por Marx desconsideradas, uma vez que interessa-se ele pela forma como se constituíram as sociedades e seus indivíduos tendo por base seus modos de produção; o que não significa que os processos vitais tenham sido apreendidos em sua autonomia, estando eles, muito pelo contrário, para Marx, firmemente atrelados ao estágio do desenvolvimento econômico em que se encontra uma sociedade.

Por seu turno, os componentes dessas sociedades pós-industriais são encarados, segundo uma dinâmica produtiva, enquanto coletividade cujos indivíduos apresentam caracteres biológicos e patológicos particulares, mas, enquanto população, tem-se que suas vidas são passíveis de um controle cujo norte *pode ser* orientado segundo uma melhor gestão da força produtiva. A descoberta, ou melhor, a invenção da população é, ao mesmo tempo em que a descoberta do indivíduo e do corpo a se moldar, o outro grande nó em torno do qual as tecnologias políticas do Ocidente modificam-se. E é sobre a extensão de toda essa seara que germina a biopolítica.

Por conseguinte, é a partir daí que algo como a biopolítica poderá se formar. Parece-me, contudo, que a análise da biopolítica só poderá ser feita quando se compreender o regime geral dessa razão governamental de que lhes falo, esse regime geral que podemos chamar de questão de verdade – antes de mais nada da verdade econômica no interior da razão governamental – e, por conseguinte, se se compreender bem o que está em causa nesse regime que é o liberalismo, o qual se opõe à razão de Estado, ou antes, [a] modifica fundamentalmente sem talvez questionar seus fundamentos. Só depois que soubermos o que era esse regime governamental chamado liberalismo é que poderemos, parece-me, apreender o que é a biopolítica.⁴²

Diferentemente da anátomo-política, mas sem que se abra totalmente mão dela, que age sobre os corpos e incide fundamentalmente nos indivíduos, a biopolítica é uma grande medicina social que engloba a população em nome da gestão da vida. Essa nova abrangência dos métodos de controle traz à baila uma nova repartição espacial e social diante das já conhecidas riquezas agrícola e industrial. A partir da necessidade de controle do contínuo movimento da mão-de-obra, tendo-se em conta sua melhor distribuição espacial com base no seu melhor aproveitamento, qual seja, atender às exigências da produção e do mercado, opera-se uma rigorosa ortopedia social, que tem

⁴² FOUCAULT, Michel. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.30.

por seus principais instrumentos o controle e a regulação também das populações em amplos aspectos de suas vivências, o que contribui, claro, com a articulação entre as disciplinas do corpo e o processo de produção material.

No regime soberano de poder, a dura punição que recaía sobre os corpos legitimava o poder absoluto dos príncipes, já nas gerências de controle que se instauram desde meados do século XVIII e início do século XIX as intervenções sobre o corpo se dão de outra maneira. Trata-se, acima de tudo, da administração e racionalização do trabalho industrial, o que faz com que aumente a rentabilidade da atividade produtiva com base na vigilância do corpo posto como força de trabalho. Para que este liberalismo burguês, cujos elementos já podem ser percebidos no contratualismo, nos fisiocratas e em David Ricardo, tenha se viabilizado institucionalmente, foi vital que os corpos fossem esquadrihados e organizados no nível de seus comportamentos, é o que Foucault chama de micropoderes, forma de atuação d’“Este biopoder, [que] sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo.”⁴³

E como, segundo o próprio Foucault, onde há poder há resistência,⁴⁴ examinando este assunto, André Duarte, em referência a Antonio Negri e Michael Hardt, afirma haver novas redes de possibilidades no interior da própria resistência. E, afirma André,

contra as redes de investimento e exploração do trabalho material e imaterial, em suma, contra o biopoder que produz e reproduz não apenas as mercadorias, mas também subjetividades e consciências, Negri e Hardt detectam o alastramento daquilo que denominaram a biopotência plural da Multidão, manifesta em laços de cooperação social, de união afetiva e política, de subversão e escape, de protesto e criação, de inteligência e desejo.⁴⁵

Aspectos estes da resistência não abarcados pelo escopo marxista.

⁴³ IBID. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 17ª edição. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. P.153.

⁴⁴ “... lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder.” (p.105) As correlações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão. [...] Portanto, não existe, com respeito ao poder, um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. [...] Mas isso não quer dizer que [as resistências] sejam apenas subproduto das mesmas [relações de poder], sua marca em negativo, formando, por oposição à dominação essencial, um reverso inteiramente passivo, fadado à infinita derrota. [...] Elas são o outro termo na relações de poder; inscrevem-se nestas relações como interlocutor irreduzível.” IBID. p.106.

⁴⁵ DUARTE, André. *Op. Cit.* 2010. p.207.

Nas sociedades pós-industriais, um meio de intervenção sobre o tempo de que o indivíduo dispõe é subjogá-lo aos imperativos da produção. Controlar o tempo através da vigilância é tornar o tempo de trabalho mercadoria que se converte em salário, mas, além disso, é transfigurar todo tempo dos seres humanos em tempo que, de uma forma ou de outra, se volta para o trabalho, de modo que controlados também estão o tempo de folga, de ociosidade, de festejos, de prazer, bem como as formas como esses momentos devem ser desfrutados. Certas metodologias de controle criadas ou aprimoradas para se exercer controle sobre a atividade do trabalhador enquanto célula produtiva alcançaram uma eficácia e uma abrangência aptas a tentar controlar todo o tempo de vida do indivíduo.⁴⁶

E o poder político, abarcando-se o judiciário e o econômico, o poder alocado nas instituições disciplinares é também um poder epistemológico. Integra um conjunto de conhecimentos que têm por objeto o conhecimento científico, visando a explicar os seus condicionamentos, sejam eles técnicos ou matemáticos, sejam históricos ou sociais, tendo por fim sistematizar as suas relações, esclarecer os seus vínculos, e avaliar os seus resultados e aplicações. E os saberes a partir daí produzidos têm uma dupla face. Num primeiro momento é um saber que é edificado a partir dos indivíduos, que se extrai deles; como, por exemplo, o saber elaborado nas instituições produtivas, nas fábricas, onde a constituição do saber acerca da produção é abastecida pelo registro e controle da própria atividade do trabalhador. Num segundo momento, quando este saber já se encontra devida e institucionalmente asseverado, ele se volta na forma de medidas normativas e disciplinares sobre o próprio indivíduo de quem foram extraídos os dados.

Esta forma de constituição dos saberes tem como meta circunscrever aos sujeitos o domínio da razão, ou melhor, de uma razão, pois que encontra sua significado último na *epistémê* de uma época. Assentando, então, os alicerces de uma positividade, estes saberes alimentam uma forma de expressão do que se vai entender como sendo a razão de ser do ser humano. Tem-se com isso o surgimento de toda uma população composta de uma natureza outra, como os ociosos, os loucos, os libertinos, que serão continuamente alvo de práticas de segregação, mas também de vigilância, de controle, de esquadramento. E este conjunto de pessoas, pertencentes a uma mesma e indistinta categoria, será vítima de um dado entendimento da razão e da moral diante do qual eles se desajustam.

⁴⁶ Cf.: FOUCAULT. *Op. Cit.* 1996. p. 94-95.

Neste sentido, psiquiatrização do louco, por exemplo, com suas medidas de internação e medicalização, não será mais uma reação baseada simplesmente por uma determinação econômica, mas uma regulamentada defesa, ao mesmo tempo em que investe sobre o outro, frente às ameaças que renegam os valores do trabalho enquanto categoria moral, num esforço de disciplinarização em conformidade com a razão ocidental moderna. Não que o louco vá configurar-se necessariamente como inútil do ponto de vista do aproveitamento de sua força de trabalho, e nem mesmo como consumidor daquilo que por outro é produzido, muito pelo contrário. Mas o louco, segundo Foucault, foi posto à margem do convívio social por representar a irracionalidade que estorva a *ratio*. O louco foi aprisionado, retirado do convívio social e domesticado porque representou, aos olhos de uma dada percepção, a encarnação de um mal: a irracionalidade. Através do louco, a psiquiatria vai mostrar a que veio, vai se dispor à empreitada de trasladadamente adestrar o indivíduo, revelando-se uma ciência pedagógica. Adestramento trasladado pois que não se trata de se querer habilitar o transgressor, no caso o louco, para compô-lo como eficiente mão-de-obra, mas impingir a necessidade do trabalho a todos. No asilo, o trabalho será despojado de todo valor de produção.⁴⁷

Certamente, os males pelos quais os pobres, os loucos e os devassos eram afligidos na época do, como denomina Foucault, “grande internamento”⁴⁸ não é de ordem sanitária ou epidêmica, mas sim devido a uma desordem moral, e, embora em diversos casos esses desajustados morais também padecessem de males físicos, a internação, nesse sentido, não visava à saúde do internado. A intenção era promover a toda essa massa um tratamento moral a partir de uma terapêutica correcional a celebrar a atividade produtiva e a utilidade econômica do indivíduo. E a terapêutica no século XVII aplicada para se combater o mal moral era justamente o trabalho. Somente o trabalho poderia controlar as propensões e retificar os comportamentos.

As relações de poder têm uma incidência direta sobre o corpo, que se encontra totalmente atolado em uma dimensão política, e este acometimento político sobre o corpo está indubitavelmente atrelado à sua aplicação econômica, segundo a qual o poder investe, dirige, suplicia, subjuga o corpo a trabalhos. Em boa medida, embora não exclusivamente, é como força produtiva que as relações de poder e de dominação atuam

⁴⁷ IDEM. *História da Loucura*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p. 480.

⁴⁸ IBID. p.420.

sobre os corpos, e não somente sobre os dos loucos e desajustados, mas, e principalmente, sobre os corpos sãos e plenamente produtivos, cuja força de trabalho só é aproveitada quando atados a um sistema de sujeição que, embora mais sutil, e por isso mesmo, é mais eficiente que a coerção aos internados manicomiais postos a trabalhar. “O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.”⁴⁹ O poder exercido enquanto biopoder, ao se propor mudar a qualidade de vida, promove a ampliação das capacidades vitais, dando aos indivíduos uma nova utilidade social, extraindo dos corpos o máximo da capacidade de suas energias vitais. Com essa ampliação, as pessoas são reduzidas a uma totalidade de seres agrupados e organizados em prol do aumento de sua força produtiva, de sua capacidade de produção de riquezas.

A partir de Foucault pode-se dizer que na história do capitalismo a relação entre a economia e a política pode ser problematizada com base na análise de técnicas e dispositivos que não derivam nem das teorias e práticas diretamente econômicas, nem dos condicionantes à execução de uma dada ação governamental por parte do Estado. É esse elemento externo, que excede à amplitude do mercado e do Estado, mas sem que com isso deixe de transitar-lhes, que se deve, então, examinar. A eficácia, a força da economia e da política, a realização de seus movimentos, não emanariam exclusiva e isoladamente dos conhecimentos resultantes dos princípios internos a essas lógicas, mas de uma racionalidade exterior, chamada por Foucault de governo dos homens.

Ao Estado moderno, segundo Foucault, teria sido transmitido da pastoral cristã um conjunto de técnicas que foram apreendidas, modificadas e aprimoradas pelo liberalismo⁵⁰: passou-se do governo das almas ao governo dos homens. Governar passou não mais a se pautar pela salvação, mas sim em como o mais eficientemente possível conduzir a conduta, aprimorar os comportamentos. Governar se torna gerir um leque de possibilidades de ação, tanto de governantes quanto de governados, tidos como sujeitos a serem considerados livres.

Foucault já havia, nesta acepção, se referido a governo para analisar dispositivos de controles sanitários, prisionais, psiquiátricos, mas, neste recorte genealógico do

⁴⁹ IDEM. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 33ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987, p.26.

⁵⁰ “O governo em seu novo regime é, no fundo, uma coisa que já não tem de ser exercida sobre sujeitos e sobre coisas sujeitadas através desses sujeitos. O governo vai se exercer agora sobre o que poderíamos chamar de república fenomenal dos interesses. Questão fundamental do liberalismo: qual o valor de utilidade do governo e de todas as ações do governo numa sociedade em que é a troca que determina o verdadeiro valor das coisas?” IDEM. *Op. Cit.* 2008, p.63-64.

liberalismo, os fenômenos econômicos de massa podem ser repassados pelo crivo da teoria dos micropoderes, sendo a macrogovernabilidade sustentável somente na medida em que sejam irradiados e captados micropoderes sobre uma multiplicidade. Macro e micropoderes seriam, portanto, em seus funcionamentos indissociáveis, constituindo-se a teoria dos micropoderes mais um método do que de uma escala.

A arte de governar do soberano deve se fazer sentida dentro dos limites de um território, aplicando-se sobre sujeitos de direito⁵¹, isso até meados do século XVI-XVII, pois, a partir, surge nesse espaço uma nova figura repleta de interesses: o *Homo economicus*: um sujeito heterogêneo àquele conjunto enformado pela lógica soberana de governo e não conformável às demandas de um universo político estritamente jurídico. Segundo o entendimento da teoria política até então, a constituição política do Estado requereria um sujeito de direito que, por sua vez, abdicasse de seus direitos, ou, ao menos, de parte deles, transferindo-os a alguém. Essa é, em linhas gerais, a cadência que rege todo o pensamento jusnaturalista. De outro modo, o sujeito econômico é incorporado ao arranjo de uma constituição econômica pela via de uma múltipla e mútua soma de interesses, jamais por uma abdicção, ou transferência, de direitos. No pensamento burguês não há coerência na renúncia dos interesses; muito pelo contrário, seria justamente o conservar-se firme no alcance de um interesse que se promoveria o atendimento das necessidades de todos.

E é no cruzamento de todas essas relações de poder, relações que atravessam concepções jurídicas, econômicas, sexuais de sujeito (e quantas mais puderem surgir e serem inteligibilizadas), é na sobreposição dessas relações, e do que a elas escape, que surgem dispositivos promotores da comunicação, do contato, da inter-relação, do enfrentamento entre os diversos grupos. Inter-relação nem sempre guiada por interesses antagônicos, como apregoa o marxismo, e também nem sempre por interesses colaborativos. De todo modo, é nessa interface que se dá uma interconexão múltipla, móvel, entre governantes e governados, instante onde o liberalismo se compõe como arte de governar, solo fecundo ao nascimento da biopolítica. E é com base nesse *Homo*

⁵¹ “E, portanto, toda uma porção da atividade governamental que vai passar assim para um novo regime de verdade, e esse regime de verdade tem por efeito fundamental deslocar todas as questões que, precedentemente, a arte de governar podia solicitar. Essas questões, outrora, eram: será que governo efetivamente de acordo com as leis morais, naturais, divinas, etc.? Era, portanto, a questão da conformidade governamental. Depois, passou a ser, nos séculos XVI e XVII, com a razão de Estado: será que governo bastante bem, com bastante intensidade, com bastante profundidade, com bastantes detalhes para levar o Estado até o ponto estabelecido por seu dever-ser, para levar o Estado ao seu máximo de força?” IBID. p.26.

oeconomicus que se sustenta essa nova e movediça razão governamental surgindo a partir do século XVIII.⁵² Mas, para Foucault, o *Homo oeconomicus* não pode ser entendido como o núcleo da resistência e da liberdade frente a uma configuração soberana de poder, não se tratando, de forma alguma, simplesmente, de um elemento indomável frente ao gládio brandido pelo governo jurídico. Trata-se, mais apropriadamente, da construção de um tipo de sujeito que possibilitará que certa arte de governar, o liberalismo, atue segundo os preceitos da economia.

O liberalismo, assim sendo, não seria unicamente aquela doutrina econômica que apregoa a iniciativa individual, a concorrência entre os agentes econômicos, e a ausência da interferência estatal como fundamentos da organização econômica; nem somente princípios que visam estabelecer a liberdade política do indivíduo em relação ao Estado a preconizar oportunidades iguais para todos. Não, o liberalismo nessa acepção foucaultiana é uma arte de governar que adota o mercado como recurso de inteligibilidade da sociedade, de verificação dos enunciados, de diapasão para o desenvolvimento.

Os preços, na medida em que são conformes aos mecanismos naturais do mercado, vão constituir um padrão de verdade que vai possibilitar discernir nas práticas governamentais as que são corretas e as que são erradas. Em outras palavras, o mecanismo natural do mercado e a formação de um preço natural é que vão permitir [...] falsificar ou verificar a prática governamental. Na medida em que, através da troca, o mercado permite ligar a produção, a necessidade, a oferta, a demanda, o valor, o preço, etc., ele constitui nesse sentido um lugar de verificação, quero dizer um lugar de verificabilidade/falsificabilidade para a prática governamental.⁵³

A partir da noção de biopolítica, Foucault foi capaz de perceber que não era o caso do funcionamento de relações de poder a emanar de uma lógica que tivesse por centro uma institucionalização exclusivamente estatal; sendo, para se tentar entender as relações normatizadoras de poder, necessário reconhecer a força de uma série de demandas, oriundas de diversos pontos do corpo social, a promover o agenciamento das populações com vistas à sua melhor gestão, e o exclusivo de mecanismos a partir de uma fundamentação sobre o Estado, não era suficiente para explicar o funcionamento desta nova política. Para Foucault, “agora era preciso considerar a existência de um novo poder normalizador que dependia de um vetor de implementação capaz de

⁵² Encarado, neste momento, o “*Homo oeconomicus* como parceiro da troca, teoria da utilidade a partir de uma problemática das necessidades: é isso que caracteriza a concepção clássica do *Homo oeconomicus*.” IBID. p.310.

⁵³ IBID. p.45.

proporcionar a gestão calculada da vida coletiva, por meio de políticas destinadas a produzir uma população com características determinadas”.⁵⁴

Por isso, em se tratando do interesse de Foucault pelo fluxo de circulação econômica, não se trata de pensar o mercado como o lugar da realização da propensão natural do homem para as trocas, discussão travada entre Smith, Ricardo e Marx.⁵⁵ Pela ótica foucaultiana o mercado não seria habitado exclusivamente nem por bonachões comerciantes, nem por ardilosos capitalistas. Nem os idealizados benefícios irrestritos das trocas entre partes que, sem qualquer prejuízo, cooperam para o bem de todos, nem a absoluta exploração escorchante do capitalista sobre o proletariado. O mercado seria regido por uma lógica estratégica que se espraia desde e até os menores capilares sociais. A lógica do funcionamento do mercado é este, “vetor de implementação capaz de proporcionar a gestão calculada da vida coletiva”⁵⁶. Não uma igualdade a ser confirmada, restaurada ou alcançada, mas a desigualdade de concorrências dispostas numa dissimetria volátil.

A lógica do liberalismo não aponta para uma superação de distintas concepções da lei, da liberdade, do direito ou do processo em que os dispositivos jurídicos ou econômicos implicam em um todo ao final harmonizado. Não se trata de dialética, mas uma lógica estratégica que forma acoplamentos possíveis entre termos díspares e que, após o processo, embora modificados, podem muito bem conservar-se como chegaram: díspares. O que se opõe à lógica dialética, que faz confrontar termos antagônicos prometendo sua resolução numa reconciliação quase silogística.

Ao invés dos sujeitos majoritários, tal como *a* classe trabalhadora, ou *a* burguesia, consagrados por uma leitura econômica dos fenômenos sociais, sem que os negue, Foucault privilegia a historicização, ou melhor, a genealogia desses sujeitos, não por conta de uma mera delimitação temática ou um estrito recorte geográfico ou temporal. O caso é de sublinhar a datação, marcar o surgimento e construção desses sujeitos para fazer aparecer o avesso de uma naturalidade, de uma natureza humana;

⁵⁴ DUARTE. *Op. Cit.* 2010. p.223-224

⁵⁵ Enquanto os economistas clássicos, Smith e Ricardo, se engalfinhavam para determinar de onde vinha o valor dos produtos, mas estavam de acordo acerca da troca de equivalentes na circulação das mercadorias, Marx, fazendo uso da teoria da mais-valia, afirma que a desigualdade já se faz presente antes mesmo da circulação, ainda na esfera da produção, uma vez que o trabalhador dispense sua força de trabalho em troca do pagamento requerido à manutenção de sua vida, mas, sob o comando do capitalista, realiza um trabalho superior às suas necessidades de subsistência, desigualdade esta a ser, segundo Marx, corrigida com a instauração de uma sociedade comunista.

⁵⁶ DUARTE. *Op. Cit.* 2010. p.224.

escavar rumo à obscura inauguração do sujeito para promover sua dissolução.⁵⁷ Não problematizar os sujeitos econômicos, burguesia e classe trabalhadora, estritamente pelo prisma das questões em torno das fontes da produção material e da riqueza, como faz o marxismo de forma refletida, ainda, aos ensinamentos doutrinários da economia política, mas mostrar como estes agentes só são possíveis mediante uma série de dispositivos que os tornam ativos, solicitando-lhes uma demanda.

“Foucault empreendeu a crítica da posição teórica do ‘sujeito constituinte’ e adotou a posição teórica de que o sujeito é sempre constituído historicamente, simultaneamente à constituição dos saberes, dos discursos e dos domínios de objetos.”⁵⁸ Empresa, mercado, trabalho não seriam, portanto, potências originárias de uma tendência natural, eles carecem de ser inventados, tornados possíveis; foi preciso fazê-los existir enquanto, como se refere Duarte, “domínios de objetos”.

Diferentemente do que preconiza tanto o marxismo como a economia clássica, o mercado prescreve, regula, sim, uma série de modos mais adequados de raciocínio, de racionalização, de ações mais conformes à sua lógica, mas ele não é um aparelho ontologicamente presente desde a base da dinâmica social. O mercado é um engenhoso recurso construído, e seus mecanismos, leis de oferta e procura, processos de valorização, preços, etc., carecem de devotada manutenção. As condições para a existência do mercado precisam ser constantemente reguladas.

O trabalho, por exemplo, para ser tornado possível nos moldes requeridos pela economia capitalista, para que fosse feito possível, houve antes, ou conjuntamente, a construção de uma subjetividade que resultou na formação de uma identidade que serve de suporte a outra forma de existência. O trabalhador é um sujeito construído que, ancorado em sua atividade produtiva, distingue aspectos coletivos de um conjunto de características pelas quais se sente definitivamente reconhecido. Menos como planejamento do que como contingência, foi somente a partir do suporte oferecido por este sujeito que o capitalismo foi possível. Temos, portanto, um duplo jogo: para o liberalismo este sujeito mergulhado na esfera produtiva é imprescindível, ao mesmo

⁵⁷ “A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento [...] Seguir o filão complexo da proveniência [*Herkunft*] é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente.” FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p.21.

⁵⁸ DUARTE. *Op. Cit.* 2010. p.212.

tempo em que a economia intenta em fazer-se continente da fórmula para a regulação das condutas.

Desde Smith e Ricardo, a economia política sempre apontou a terra, o trabalho e, com Marx, o capital como os três principais fatores dos quais depende a produção e a circulação das mercadorias, permanecendo, contudo, nestas conjecturas, o fator trabalho um tanto quanto menosprezado. Os economistas clássicos nunca analisaram o trabalho em si mesmo, sendo ele apenas uma variável no processo produtivo e de circulação. Mesmo Marx, com sua preocupação nas agruras e injustiças da condição proletária do século XIX, fixa seu olhar sobre o trabalho tendo como eixo de análise a mecânica presente na produção, na troca e no consumo, deixando de lado a análise sobre as inflexões qualitativas daquele que trabalha, suas opções, estratégias, comportamentos, colaborações, adaptações e subjetividade, enfim, toda a complexidade de um jogo que não há de ser marcado somente pelo binômio opressão e resistência. Com essa nova governamentalidade, o liberalismo investe o trabalho não somente como conduta econômica em sentido estrito, mas como comportamento exercitado, não como mera reprodução de uma ideologia dominante por parte daquele que trabalha.

A governamentalidade moderna ao, de maneira pioneira, lançar o problema da população traz a reboque não somente a gestão dessa população, o que já é bastante complexo, mas também uma gerência estratégica das táticas a serem pelas pessoas adotadas. Trata-se de administrar as decisões tomadas por cada pulverizado elemento que compõe esta população tanto em relação a eles mesmos, quanto em sua relação com os demais. Ou seja, não somente um domínio sobre um somatório de sujeitos pertencentes a um território ou a uma tradição, não somente a investidura de uma autoridade atenta ao cumprimento de determinadas categorias de leis e a quem seja outorgada força para punir quem as infrinja, o objeto compreendido por esta gestão política global é a própria vida: eis a biopolítica.

Se inovação existe, isto é, se se encontram coisas novas, se se descobrem novas formas de produtividade, se se fazem invenções de tipo tecnológico, tudo isso nada mais é que a renda de um certo capital, o capital humano, isto é, o conjunto dos investimentos que foram feitos no nível do próprio homem.⁵⁹

Uma política que promova a ampliação das forças, mesmo o desenvolvimento das forças produtivas, não pode ocupar-se simplesmente das aplicações em capital constante e da quantidade de trabalhadores e suas horas trabalhadas. Não que sejam

⁵⁹ FOUCAULT. *Op. Cit.* 2008, p.318.

essas as exclusivas preocupações de Marx quando analisa a luta entre trabalhadores e detentores dos meios de produção, mas, o aprimoramento do trabalhador, mesmo quando este é levado em conta, parece muitas vezes aplicar-se com vistas somente à produção, ou mesmo ser despoticamente requerido somente por uma instância hierárquica superior.

É preciso modificar a forma de se pensar este aprimoramento das capacidades, tal qual o liberalismo de fato o fez em sua linha de ação. E para pensar o poder não como algo que limita, mas como relações, assimétricas, de fato, que requerem uma implementação das capacidades, é necessário outra forma de abordagem sobre o capital humano, sobre a abrangência e o teor das formas de investimento que recaem sobre ele, providências concretas que muitas vezes são mobilizadas internamente.

O salário, por exemplo, do ponto de vista do trabalhador pode ser pensado não como uma compensação pelo uso por outrem de sua força de trabalho, mas como um pagamento; um pagamento de seu capital, um capital humano inalienável daquele que o possui. Ou seja, por este ponto de vista, tratar-se-ia do aperfeiçoamento de um capital humano que daria ao trabalhador maiores possibilidades de negociação diante daquele que também carece de uma mão-de-obra dotada de certas habilidades. E o ponto é justamente este: o grande Capital carece também de que o pequeno trabalhador busque de forma o mais autônoma possível, o mais economicamente possível, a implementação de suas capacidades, de seu capital humano, capacidades estas que não ficam restritas a uma utilização exclusiva pela cadeia produtiva. Mesmo uma formação voltada para a formação de mão-de-obra que ensine, por exemplo, a ler, tendo aprendido, o indivíduo é capaz de ler uma série de outras coisas que não as estritamente vinculadas à sua condição de trabalhador.

E do que se trata a formação e ampliação desse capital humano? O caso é de o de uma gerência sobre a saúde, a formação escolar, a mobilidade, as relações afetivo-sexuais, a constituição da família, etc. Preocupações não apenas advindas dos governantes, mas também das pessoas; medidas de gestão de toda sorte e que não são exclusivamente assunto de Estado, embora, em certa medida, também. E é sobre este emaranhado de relações de poder que se assenta essa governamentalidade, e não somente sobre o sujeito trabalhador. A questão mais importante é o governo do tempo e não apenas a gestão do tempo de trabalho.

CAPÍTULO III
JOGO DE INTERESSES

3.1 – GOVERNAMENTALIDADE E AUTO-REGULAÇÃO

Data de 1615 um dos primeiros aparecimentos, senão o primeiro, do vocábulo *Economia Política*, a essa época dando título ao livro *Tratado de Economia Política*, de Antonie de Montchrétienom, que tinha o propósito de aproximar da prática governativa estatal alguns fundamentos da economia, sendo abordado no livro temas como monopólio, proteção alfandegária para a indústria, oferta e demanda de mão-de-obra, etc.⁶⁰ No século seguinte, divergindo de algumas das teorias mercantilistas e, posteriormente, da fisiocracia, segundo as quais o acúmulo de metais e a terra, concomitantemente, eram tidos como fundamentos da origem da riqueza, a economia política no século XVIII sagrou o trabalho como sendo a real fonte do valor.

Não se detendo ao exclusivo da relação Estado/normatização econômica, a economia, entendida como ciência que trata dos fatos relativos à produção, distribuição e consumo, ocupou-se do estudo dos comportamentos individuais, definindo-se, em parte, como responsável por gerir os problemas referentes à destinação de recursos limitados diante da variada possibilidade de fins; o que conduziu ao exame do comportamento econômico individual de consumidores e renovadores de recursos, o estudo da produção e oferta de meios tanto do indivíduo, quando da empresa (uma organização tomada como unidade geradora de valor) numa configuração em que a unidade familiar foi posta como provedora de trabalho e capital, enquanto, por outro lado, demanda bens de consumo ou serviços. As empresas, por outro lado, necessitam de fatores de produção, dentre eles o trabalho, e fornecem produtos e serviços (entendidos como atividade econômica de que não resulta produto tangível, em contraste com a produção de mercadorias) como transporte, comunicações, atividades de profissionais liberais, administração, etc.

A economia política procura, portanto, analisar o mercado, e também outros tipos de mecanismos que ordenam a dinâmica dos preços entre produtos e serviços, num jogo em que figuram como constantes variáveis as necessidades e ofertas dos diversos agentes, alocando de formas alternativas os diversos recursos disponibilizados. Na contemporaneidade, os princípios econômicos tem seu corpo de conhecimento incidindo sobre a gestão das mais diversas formas de organizações, sejam elas entidades públicas ou empresas privadas, de abrangência global ou regional. Estando não somente

⁶⁰ PREVIDELLO, Adhemar & DUTRA, Ivan. *Elementos de Economia*. Editora Jalovi. Bauru: São Paulo, 1971. p. 10.

sob o domínio financeiro, mas também sanitário, sexual, cultural, moral, a lógica econômica encontra-se emaranhada no mundo contemporâneo a todas as instâncias da vida, e, com todo o anacronismo, tal que como sempre assim tivesse sido.

E Foucault atenta ao fato que “o tipo de cálculo, a forma de racionalidade que permite que a razão governamental se autolimite não é o direito. O que vai ser, a partir do meado do século XVIII? Pois bem, evidentemente a economia política.”⁶¹ A chamada razão de Estado e a governamentalidade moderna são por Foucault distinguidas pois a primeira, surgida por volta do século XVI e XVII, evidencia-se por uma limitação exterior exercida pelo direito face ao Estado. Já a governamentalidade moderna, que se desenvolve a partir do final do século XVIII, delimita-se segundo uma limitação interna realizada pela economia política. Uma razão de Estado estava baseada sobre leis fundamentais, leis que encontram-se, de certo modo, anteriormente à constituição do próprio Estado regido por elas. Concebia-se que o rei, não obstante seu caráter absoluto, não deveria pôr-se contra estas leis, sendo elas a pedra angular da constituição inclusive do próprio poder real, estando, pois, estas leis fundadoras numa relação de exterioridade para com a razão de Estado. Era um momento em que a lei reguladora era jurisprudente, podendo ser jurídica, divina ou ontológica; seja como for, era, enfim, como se anteriormente estabelecida.

Já na razão governamental moderna o princípio restritivo da arte de governar encontra morada no interior das práticas governamentais, não havendo mais lugar para aquela preocupação tão comum aos jusnaturalistas em fundamentar ou questionar a legitimidade de um governo. Trata-se de uma limitação de fato, e o governo que a reconhece agirá conforme um governo dotado da devida aptidão para governar, sem grandes questões para com eventuais artifícios que punham à prova a legitimidade de um monarca, por exemplo, como havia em torno da noção soberana de poder. Mas esta limitação de fato não significa a absoluta ausência de leis que orientem as medidas a serem adotadas. Embora seja interna, esta limitação encontra uma fundamentação que é geral; princípios validados segundo uma constância observada em diversas circunstâncias análogas.

Como poucas tecnologias são genuinamente autênticas, sendo comumente intercambiadas de uma área de atuação para outra, reorientadas conforme novo funcionamento que lhes são requeridos, reinseridas por diferentes grupos, em diferentes

⁶¹ FOUCAULT, *Op Cit.* 2008, p.18.

momentos, que delas fazem uso, esses princípios limitadores de uma arte de governar o Estado segundo uma racionalidade da economia política podem ser encontrados também presentes na regulação de acontecimentos mais estritamente econômicos, de onde surgiram, ou melhor, a bem da verdade, de onde se irradiaram para o Estado. Os mesmos fundamentos válidos, identificados por Foucault, que visam esclarecer e facilitar por meio de disposições as práticas de governo de um Estado também se aplicam, com as devidas singularidades, e por que não?, à gestão mais especificamente voltada para o mercado.

Neste recorte que se faz, trata-se de lidar com o como exercer o comando, isso segundo um regime soberano, disciplinar ou empresarial; desde uma liderança assentada sobre as noções de *fortuna* e *virtù*, de Maquiavel, à administração da produção fabril analisada por Marx, e à gestão de processos vitais esquadrinhada por Foucault. Em todas essas formulações de relações de poder há em cada sistema de análise uma malha que, de alguma forma, interliga os agentes segundo uma dinâmica própria de cada tempo e/ou de cada concepção de poder.

Tem-se Marx a dizer, por exemplo, que o “tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e intensidade de trabalho.”⁶² Sendo o valor de troca medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, o tempo padrão para a produção de dada mercadoria, a troca de uma mercadoria por outra com diferente valor de uso torna-se viável desde que o tempo de trabalho social de ambas seja adotado como o mesmo, que essas mercadorias sejam equivalentes quanto ao seu valor de troca. Mas quando uma empresa consegue por alguma razão que o custo de produção de dada mercadoria esteja abaixo do condizente com o requerido de acordo com o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção da mesma mercadoria, isso lhe conferirá vantagens sobre as outras empresas concorrentes. Esta vantagem tem uma duração.

Há uma limitação geral, válida para todos os processos produtivos, que preconiza que a descoberta de formas de barateamento dos custos de produção inevitavelmente se estende, mais cedo ou mais tarde, para toda a rede de fabricantes daquela mercadoria. Há uma lei geral de equilíbrio concorrencial baseada no tempo de trabalho socialmente necessário como ponto de equilíbrio entre empresas a disputar um

⁶² MARX, Karl. *Op. Cit.* 1985, p.48.

mercado, ponto este constantemente desequilibrando-se. No caso dos produtores de mercadorias, ou prestadores de serviços, esta limitação geral da manutenção irrestrita de uma lucratividade muito superior à concorrência sofre o efeito de uma limitação geral, que é antecedida por um ganho isolado de eficiência resultado de uma relativa limitação interna da empresa⁶³ em algum segmentos de sua linha de produção. Conter os excessos, racionalizar processos, otimizar resultados a partir de uma autolimitação planejada e precisa.

E este princípio geral de limitação da arte de governar não seria descoberto pelo desvendamento de algo como uma lei superior e nem mesmo pelo deciframento da vontade geral dos súditos ao entrarem no estado de sociedade. Trata-se de um princípio que é interno e “a razão governamental deverá respeitar esses limites na medida em que pode calculá-los por conta própria em função dos seus objetivos e como [o] melhor meio para alcançá-los.”⁶⁴

Neste sentido, ao ser uma mercadoria posta em circulação, o cálculo a se realizar parte não do valor de uso como finalidade. “O valor de uso nunca deve ser tratado, portanto, como meta imediata do capitalismo. Tampouco o lucro isolado, mas apenas o incessante movimento do ganho.”⁶⁵ A meta objetiva, que tem validade para todos, e não somente para o capitalista, como comumente apregoa o marxismo, é a valorização do valor. Valorização do valor manifestada sob uma forma de apoderar-se com cada vez mais senso de pertencimento a si mesmo de uma forma abstrata de riqueza; esta sendo, tanto para a figura do trabalhador, quando para a do capitalista, a principal razão movente de suas operações no que concerne ao universo da produção e circulação de riquezas. A perseguição à valorização do valor, colocando-se uma mercadoria em circulação, funciona no capitalismo literalmente como personificação do Capital, atribuindo-lhe vontade e consciência a partir da ação dos indivíduos subjetivados, uma vontade regulada por um princípio internalizado.

A dinâmica social feudal, por exemplo, tinha como um dos pontos de sustentação a obediência às leis divinas, uma forma de controle que atuava segundo uma

⁶³ Limitação interna que incide, em termos absolutos, sobre redução nos custos de produção via medidas restritivas de gastos, como no caso do barateamento na aquisição de insumos, e em termos relativos, como quando do aprimoramento de maquinário e maximização do aproveitamento do tempo de trabalho com a manutenção dos rendimentos do trabalhador. Proporcionalmente aos novos custos e ao novo volume de produção pode-se dizer que o trabalhador está ganhando menos.

⁶⁴ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 2008, p.16.

⁶⁵ MARX, Karl. *Op. Cit.* 1985, p.129.

externalidade de formato jurídico. Externalidade também para a expropriação do trabalho alheio na forma de corveia, o trabalho obrigatório no manso senhorial por alguns dias da semana; talha, parte da produção do servo a ser entregue ao senhor feudal; as banalidades, que eram taxas cobradas pelo uso de utensílios ou bens do feudo, como o moinho, o forno, o celeiro, as pontes; a captação, imposto pago por cada membro da família; o dízimo, 10% da produção do servo era pago à Igreja. Enfim, uma série de impostos e tributos desapossados de forma legal e a olhos vistos, segundo uma externalidade ou mesmo com requintes de ostentação.

A mais-valia não, ela é captada na fonte, e o crescente aumento das taxas de mais-valia atua como critério de verificabilidade de uma bem sucedida gestão, tendo sido tomado como marca do empreendedorismo capitalista. A grandeza de um Estado, ou de um arrojado feito comercial mercantil, como as Grandes Navegações ou o comércio de especiarias, grandes empreendimentos de caráter expansionista não somente territorial, mas também comercial, cultural, religioso, não era medida tanto com base na eficiência da administração. Embora com bastante frequência, claro, grandes empreendimentos fossem inviáveis sem uma boa administração, era conferido um papel minoritário às taxas de ganhos e dada grande importância ao montante, ao volume de riqueza que se adquiria.⁶⁶

Esse impulso absoluto de enriquecimento, essa caça apaixonada do valor é comum ao capitalista e ao entesourador, mas enquanto o entesourador é apenas o capitalista demente, o capitalista é o entesourador racional. A multiplicação incessante do valor, pretendida pelo entesourador ao procurar salvar o dinheiro da circulação, é alcançada pelo capitalista mais esperto ao entregá-lo sempre de novo à circulação.⁶⁷

E neste princípio interno de racionalização da arte de governar não apenas um Estado, mas também uma competitiva empresa, há, em ambos os casos, uma permanente inquietação para com o controle da oferta e demanda de mão-de-obra adequada disponibilizada. A força de trabalho decrescida pela corrosão do maquinário e pelo envelhecimento e morte do trabalhador precisa ser, ao menos, restituída por novas forças produtivas. Os meios necessários para conservação de um mesmo *quantum* de

⁶⁶ Como exemplo dessa excessiva valorização dada ao montante de riqueza da qual se desfruta em detrimento da boa administração que dela se faz, temos o famoso Tratado de Methuen, de 1703, que envolvia a troca entre os produtos têxteis ingleses e o vinho português, sendo frequentemente mencionado pela historiografia como um dos fatores de estagnação da industrialização portuguesa da época e consequente atrelamento da economia lusa à britânica, pois o Tratado de Methuen “significou para Portugal renunciar a todo desenvolvimento manufatureiro e implicou transferir para a Inglaterra o impulso dinâmico criado pela produção aurífera no Brasil.” FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1969, p. 38.

⁶⁷ MARX, Karl. *Op. Cit.* 1985, p.130.

força de trabalho devem bastar não apenas para a subsistência daquele que efetivamente no momento trabalha, mas também para o necessário para sustentar a existência de seus substitutos, para prover a vida dos filhos dos trabalhadores. Além disso, é necessário, para que a capacidade produtiva seja mantida ou ampliada, algum investimento na instrução desses futuros negociantes de sua própria força de trabalho. E, nas palavras de Marx,

para modificar a natureza humana geral de tal modo que ela alcance habilidade e destreza em determinado ramo de trabalho, tornando-se força de trabalho desenvolvida e específica, é preciso determinada formação ou educação, que, por sua vez, custa uma soma maior ou menor de equivalentes mercantis.⁶⁸

É um cálculo sobre as providências a serem tomadas que leva em conta os nascimentos, os desenvolvimentos, e as mortes. Esta nova arte de governar é uma forma de racionalização cujo *modus operandi* não é de exclusividade nem estatal, nem privada, nem mercantil. E este cálculo corporificado em função de uma prática governamental vai delinear os limites entre o que deve ser feito e o que não é conveniente que seja, tratando-se de algo bem diferente de uma demarcação em termos de certo e errado, permitido e proibido.

Na verdade, a demarcação não vai se estabelecer nos indivíduos, nos homens, nos súditos; ela vai se estabelecer na própria esfera da prática governamental, ou antes, na própria prática governamental entre as operações que podem ser feitas e as que não podem ser feitas, em outras palavras, entre as coisas a fazer e os meios a empregar para fazê-las, de um lado, e as coisas a não fazer.⁶⁹

O caso não é o de uma limitação de direito. Esta nova prática governamental tem, é certo, uma vasta capacidade de interferência nos padrões de vida dos indivíduos, mas, de fato, a gerência concentra-se não tanto sobre eles, não diretamente como feito pelo direito, mas na forma de um controle sobre suas vontades, um controle sobre o ambiente de modo que a partir deste controle, planejadamente, se persiga as metas almejadas.

Esta limitação que é de fato, que é geral e que objetiva metas específicas, requisitou e desenvolveu tecnologias mais econômicas, mais sistemáticas, mais precisas para o alcance de sempre melhores índices de eficiência. Arte de governar foi constituída não orientada essencialmente segundo leis fundamentais nos limites entre o certo e o errado, mas sim em orientação às coisas que devem ou não ser feitas segundo a persecução daquilo abarcado pelos interesses. E todo interesse tem origem interna.

⁶⁸ IBID. p.142.

⁶⁹ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 2008. p.16.

Mais condizente, portanto, que, dessa limitação interna, não sejam os que ocupam as posições de governantes a ditar, com toda sabedoria ou autoridade, a medida adequada. Uma vez que o “governo dos homens” não seja uma prática imposta sem mais pelos que governam, na medida em que, articulado com o interesse de todos, “regulação interna quererá dizer que essa limitação não é imposta exatamente nem por um lado nem pelo outro, em todo caso não é imposta global, definitiva e totalmente”⁷⁰ Ou seja, uma limitação não determinada “de cima”, mas uma limitação a partir da qual os que ocupam as posições de governados e de governantes são, cada qual do seu modo, afetados. Os papéis de algoz e de vítima foram aos poucos, ainda que não totalmente, sendo substituídos pelos de corretor e desviante. Isso ajudaria a explicar, por exemplo, porque a opinião pública tolera com cada vez menos complacência mostras de sadismo por parte da força policial no cumprimento do seu dever. Situação bem inversa do que era esperado no espetáculo oferecido pelo carrasco e pelo supliciado.

3.2 – UMA RACIONALIDADE TORNADA REAL

A partir dos princípios auto-regulativos à guisa dos preceitos da Economia Política, os questionamentos internos acerca da razão governamental não mais tem no direito sua razão de ser, não mais discorrendo eles acerca de temas sobre a usurpação ou legitimidade do propenso detentor de alguma autoridade. Com a arte de governar não mais esta armadura penal que o direito público outrora, nos séculos XVI e XVII, sustentava. “Toda a questão da razão governamental crítica vai girar em torno de como não governar demais. Não é ao abuso da soberania que se vai objetar, é excesso de governo.”⁷¹

Tendo em mente os princípios desta arte de governar, apontada por Foucault como sendo um arranjo das operações realizadas acerca das diversas variáveis do cômputo governativo, a análise acerca do trabalho não mais deve restringir-se a girar em torno da problematização sobre a usurpação da mais-valia. A partir de Foucault, é possível relativizar, suavizar aquela aparência jurídica nas análises sobre as relações de trabalho, segundo as quais a luta se organiza contra o burguês a lesar o trabalhador em termos de desconsideração por seus direitos, um atentado contra o trabalhador e contra a vangloriada essência humana pretensamente encerrada na atividade produtiva.

⁷⁰ IBID. p.12.

⁷¹ IBID. p.18.

A biopolítica, por outro lado, focada no desenvolvimento orientado das potencialidades humanas, se encarregará da gestão da saúde, da higiene, da alimentação, da sexualidade, do crescimento populacional, etc., na medida em que tudo isto se torna uma preocupação política. A noção de biopolítica requer um atento estudo no quadro de racionalidade política no qual ela aparece, ou seja, um meticoloso estudo acerca do nascimento do liberalismo. E por liberalismo é preciso primeiramente entendê-lo como um exercício do poder inclinado a maximizar os resultados tomando como parâmetro as relações de mercado, limitando ao máximo os custos sobre a égide do modelo concorrencial. E excetuando-se certos erros sistêmicos marcadamente presentes durante a Revolução Industrial do século XIX (mas que, em menor grau, ainda ocorrem) a administração da fábrica, ou melhor, a gestão da cadeia produtiva e distributiva de bens, a gestão também da oferta de serviços, com o advento da biopolítica coloca-se como não mais em choque com os processos vitais. E do mesmo modo que “é comparativamente ao excesso do governo, ou em todo caso à delimitação do que seria excessivo para um governo, que se vai medir a racionalidade prática governamental”⁷², o grau de exploração do trabalho se mostra não no extenuante excesso sobre os corpos, mas na eficácia com que são explorados com o menor dispêndio diante da maior produtividade possível.

Observando-se atentamente as lutas trabalhistas, apesar de um certo ideologismo que se arvora em Marx, não é simplesmente à exploração que se vai objetar, mas ao desnecessário exagero de trabalho em relação a um incompatíveis benefícios, dentre eles a remuneração, situação causada por uma falha, por um excesso, por uma falta de racionalidade. Intrinsecamente, portanto, a luta trabalhista é mais uma reivindicação pela melhoria dos mecanismos de gestão, por um aumento de eficiência, do que uma real objeção a uma conjuntura de exploração; não havendo, conseqüentemente, por um prisma construído a partir do pensamento foucaultiano, uma grande luta polarizada por exploradores e explorados.

E a resistência diante do embate, Foucault a apreende como “movimentos que têm como objetivo outra conduta, isto é: querer ser conduzido de outro modo, por outros condutores e outros pastores, para outros objetivos e outras formas de salvação, por meio de outros procedimentos e de outros métodos,”⁷³ não se tratando a luta de

⁷² FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 2008. p.18.

⁷³ IDEM, *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.257.

classe em si de uma resistência ao funcionamento de uma dada lógica econômica ou política, mas uma questão que leva em consideração a posição que se ocupa no jogo político e em que direção se quer seguir, cabendo escolher estrategicamente por quem se quer ser conduzido.

Mesmo em Marx é possível depreender a luta de classes de um ponto de vista estratégico, segundo o qual, mais do que um maciço enfrentamento das classes, faz-se notar a natureza relacional do embate. Ao se operar a partir das relações de força, recusando-se a atribuir às classes um condão ontológico que as situaria numa anterioridade e numa exterioridade às relações, no caso, de produção, as classes aparecem como constituintes de si mesmas nos enfrentamentos que acontecem na luta. Mas a partir daí afirmar a existência de uma relação anterior ao relacionado seria incorrer no mesmo problema de uma natureza anterior, comum e inerente, às classes.

A luta de classes pode ser alinhada junto a uma série de práticas que, quando orientadas a um regime de verdade, compõe o que em essência não existe, mas que, mesmo assim, passa a ter um efeito real. Ainda que possam ser identificadas, analisadas, sentidas, ainda que requeiram medidas a tomar, e é justamente este o caso, a loucura, a sexualidade, a delinquência, a luta de classes, são coisas que não existem, mas que foram tornadas reais. Mesmo Marx reconhece que

Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos. Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social.⁷⁴

Com essa não existência que se torna real não se deve supor que algo tenha sido construído sobre uma sucessão de erros, que todos esses agrupamentos de saberes, de discursos, de intervenções, de práticas, sejam um engano dos sentidos ou da mente que fez que se tomasse uma coisa por outra, ou que se interpretasse erroneamente um fato ou uma sensação; não, não se trata de falsas aparências. E a validade geral para todas estas deliberações foi terem marcado um efeito, uma série de sensações efetivadas no corpo, no real, a partir de um regime e de práticas de verdade, definindo, em seus termos, as delimitações do real. Do mesmo modo, “a política e a economia, que não são nem coisas que existem, nem erros, nem ilusões, nem ideologias, é algo que não existe

⁷⁴ MARX, Karl. *Op. Cit.* 1985. p.140.

e, no entanto, esta inscrito no real, estando subordinado a um regime que demarca o verdadeiro e o falso.”⁷⁵

E “com a economia política entramos, portanto, numa era cujo princípio poderia ser o seguinte: um governo nunca sabe o bastante que corre o risco de sempre governar demais, ou também: um governo nunca sabe direito como governar apenas o bastante.”⁷⁶ E este econômico governar, o imiscuir da economia política com a arte de governar, tratando-se esta de um movimento reflexivo de avaliação, enunciação e execução do melhor governar possível, se dá não num plano idealizado ou segundo uma natureza inerente a todos e a cada um dos seres, mas em meio à série de atos tornados reais, fiáveis e peculiares à prática de governo a partir de quando passa a ser assim. É a objetividade da racionalização de governo aplicada à execução da ação política que passam a ter uma existência e efeitos a advirem das práticas governativas e a recaírem sobre as práticas governativas.

O que orientaria estrategicamente, por exemplo, as recorrentes privatizações e uma crescente redução do escopo de Estado, medidas apontadas frequentemente como saídas para diversas crises, seria menos um rígido código de procedimentos econômicos burgueses, do que uma dada orientação das atividades humanas que as torne mais adequadas às finalidades visadas. De certo que há em diversos casos alguma contaminação ideológica, pressupostos oriundos de algum sistema de ideias dogmaticamente organizado como um instrumento de luta política, mas o nascimento e efetivação dessa racionalidade é, em si, anônimo, sem autoria. Não seriam, portanto, nem as privatizações e nem as espoliações do fundo público o que particularizaria, *a priori*, o neoliberalismo, mas o funcionamento no interior de uma governamentalidade de técnicas e prescrições quanto ao modo correto de colocar-se, raciocinar, agir, em determinados casos segundo preceitos gerenciais pautados pelo que se pensa ser de maior eficiência não apenas nas ações governamentais como também no agir dos indivíduos. Ou seja, princípios de proceder conforme uma maximização das capacidades que passam a ajustar as ações, a esculpir as subjetividades ali geradas.

A partir de intervenções à primeira vista corriqueiras, tais como regulares testes de medição de desempenho, avaliação de comportamentos, recompensação de performance, vai se criando, desde pelo menos o século XVII, em hospitais, instituições

⁷⁵ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 2008, p.27.

⁷⁶ IBID, p.24.

de ensino, tribunais, ou mesmo na família, um ambiente saturado de tabelas e medições que não necessariamente está vinculado à produção de bens ou valores materiais.

De certo modo, pode-se dizer que este sistema de premiações e valorações aplicado a este não-mercado, sob o recorte da produção, circulação e consumo da mercadoria, encerra-se em si mesmo. É uma dinâmica econômica alocada fora de uma relação mercantil *stricto sensu*, sem que necessariamente tenha de recorrer ao mercado propriamente dito como eixo de sustentação, tanto para o exercício desse tipo de mecanismos, como para a analítica empreendida sobre eles. A construção e propagação desta lógica concorrencial, mesmo que não seja o caso de sempre visar diretamente a acumulação capitalista, coopera sobremaneira com a colocação dos interesses do Capital numa posição de destaque, como se fosse o único determinante de todo aparato de condições que permita que haja a produção de bens e serviços na escala que se nota no mundo pós-industrial. A dificuldade está em, depois do século XIX, e também depois de Marx, mostrar que a burguesia e o Capital, não são os criadores de toda tecnologia da qual amplamente se servem.

3.3 – TECNOLOGIAS ECONOMICAS SOBRE OS CORPOS

À guisa de algumas das análises de Marx, que encerram a luta a um exclusivismo de luta de classes, o trabalho foi encarado a partir de uma forma social que privilegia sua relação com o capital, uma relação segundo a qual ele continua subjugado à criação de valor mercantil ainda que seu produto não seja mensurado somente a partir de um tempo de trabalho socialmente necessário à produção de um produto. Insiste-se na conservação de uma visão de mundo inusitada em que a lei do valor ainda perdura no campo da teoria militante, mesmo já tendo sua base objetiva se relativizado.

À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação da riqueza efetiva torna-se menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho utilizado do que da capacidade dos agentes que são postos em movimento durante o tempo de trabalho [...], os quais, eles próprios, sua poderosa efetividade, por sua vez, não tem mais nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato que custa sua produção. A criação de riqueza efetiva depende antes da situação geral da ciência, do progresso da tecnologia ou da utilização da ciência e da técnica de produção.⁷⁷

⁷⁷ MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo editorial, 2011, p.592-593.

Ocorre que o desenvolvimento de novas tecnologias faz com que cada vez menos trabalho direto seja necessário para a produção de mercadorias, continuando ele, contudo, a ser a principal referência a compor lhes o valor. O tempo de trabalho é o padrão de quantidade que se toma arbitrariamente para termo de comparação entre grandezas de valores tornados da mesma espécie, permitindo a comparação entre si de mercadorias com diferentes valores de uso; mas uma espécie de consumo disciplinar do tempo não é, ou não carece de ser, materialmente produtivo, mesmo que seja.

A lei natural do mercado continua vigorando, embora ela seja somente a base objetiva, uma manifestação do efeito real de outra instância que a engloba, que a ultrapassa, que a antecede, mas que, por desnecessidade, não lhe barra o funcionamento. Esta instância disciplinar, não superior, não criadora, não basilar, muito mais que sustentar, como um princípio previamente estabelecido, todas essas muitas vezes díspares tecnologias de controle, gelatinosamente se embrenha entre elas rearranjando-as.

E o canal de acesso dos mecanismos disciplinares ao indivíduo é seu corpo. Um corpo vivo que possui em si uma força de trabalho, ou seja, uma capacidade de realização em potência não apenas produtiva que, posta em marcha segundo os interesses capitalistas, gera valor e mais-valor. O que constitui a parte essencial desta força, sua base, seu fundamento, sua essência, reside na corporalidade do indivíduo, e sem ela o trabalho não possui uma base material de existência. Daí poder-se dizer que o arranjo em torno das capacidades da força de trabalho com vistas em algum interesse demanda, sim, uma disposição sobre os corpos, não sendo o caso, contudo, de se afirmar que o governo sobre a corporalidade seria, substancialmente, uma forma de controle sobre a força de trabalho.

O controle sobre a força de trabalho, assim como sobre a sexualidade, é que se dispõe convenientemente como uma forma de controle sobre o corpo, uma base material de acesso sem um obrigatório horizonte econômico, ou qualquer outro especificamente, como meta que anteceda o interesse sobre os corpos. E este corpo do indivíduo pode ser considerado como pura potência produtiva quando isolado em sua capacidade de força de trabalho, quando em vista exclusivamente sua alocação no mercado de trabalho. Mas os mecanismos disciplinares são capazes de funcionar dispensando essa capacidade de produção material dos indivíduos, embora, conforme o exercício e eficiência dos procedimentos de controle em voga, também se sustente, se materialize, sobre corpos a trabalhar, do mesmo modo que sobre corpos a guerrear, a estudar, a recrear, a procriar, a

se masturbar, etc. Não se deve buscar insistentemente um efetivo norte exclusivamente nas relações de produção, embora o mercado e seus princípios econômicos funcionem como diapasão para o aferimento do bom funcionamento de um governo. Mas é preciso que se demarque uma distinção entre mercado de trabalho e ambiente de trabalho. O controle do mercado é coisa do liberalismo, o controle do ambiente, e não apenas o de trabalho, é assunto para a biopolítica.

É claro que tão-somente as habilidades cognitivas e físicas tenham sido visadas como capacidade produtiva é que a noção de força de trabalho adquire existência. Sendo assim, sobre esta capacidade de intervenção criadora do novo que reside nos corpos é que a permanente manutenção de um grupo, de um ambiente, de uma situação sob controle vai se tornar uma necessidade para o Capital.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita. Se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada.⁷⁸

Com outras finalidades, sem dúvida, esta necessidade de anexação das personalidades e capacidades dos corpos por outros arranjos socioeconômicos já existia antes mesmo do Capital. A grande novidade está em que, afora a modificação dos aparatos do Estado e de sua relação com a economia, a questão posta a partir do século XVIII é a gestão de populações, atingindo os próprios indivíduos como nunca antes em seu modo de viver.⁷⁹ Estas transformações, contudo, não visavam essencialmente a fundação de um novo regime soberano ou o controle do Estado, que manteve sua serventia não por uma questão de fundamentos, de ideologia, de princípios; não como a

⁷⁸ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 1987, p.119.

⁷⁹ Essa transformação “significa um esforço para ajustar os mecanismos de poder que enquadram a existência dos indivíduos: significa uma adaptação e harmonia dos instrumentos que se encarregam de vigiar o comportamento cotidiano das pessoas, sua identidade, atividade, gestos aparentemente sem importância; significa uma outra política a respeito dessa multiplicidade de corpos e forças que uma população representa.” IBID. p.66.

realização dos desígnios do príncipe, fundador do Estado e mantenedor de sua segurança.

Os prudentes conselheiros que outrora definiam os limites de sabedoria em função da presunção do príncipe já não tem nada a ver com esses especialistas econômicos que estão aparecendo e, por sua vez, tem por tarefa dizer na verdade a um governo quais são os mecanismos naturais do que ele manipula.⁸⁰

O controle é ainda exercido fazendo-se uso da disposição dos aparelhos estatais porque não se fez necessário abdicar dessa estrutura que ainda funciona, não se tratando, contudo, da manutenção das relações existentes segundo uma razão de Estado. A importância do Estado foi deslocada. Vigiar melhor segundo uma arte de governar não significa ter de intensificar o controle autoritário centrado na soberania ou mesmo através de uma hierarquia e de regulamentos rígidos, de uma rotina inflexível, a partir da saturação de regras coercitivas ou burocráticas. Opera-se uma limitação de fato, uma limitação interna que não visa, contudo, reduzir qualquer capacidade. Trata-se primordialmente do surgimento de dispositivos que, quando colocados em funcionamento, resultam na vigilância dos indivíduos por eles mesmos, fazendo com que se sintam constantemente incitados a ir além. Duplo estímulo à permanente consecução de melhores resultados: não arcar com os problemas inerentes à ineficácia (que não carece de ser exteriormente punida), já que a própria competitividade do mercado se encarrega de realizar a seleção, e, por outro lado, há os benefícios também disponibilizados pela própria dinâmica da circulação a recompensar a boa performance.

Estes mecanismos de poder, por se tratarem de uma espécie de relação microscópica de poder, comumente não são percebidos em suas práticas nem por um modelo jurídico de análise, nem por uma análise econômica nos moldes do marxismo, onde se enquadram também os economistas clássicos. Para Marx, mesmo reconhecendo ser o trabalho o único responsável pela real criação do valor e que a força de trabalho está necessariamente vinculada ao indivíduo que a detém, “o caráter normal dos fatores materiais de trabalho não depende, porém, do trabalhador, mas do capitalista.”⁸¹ Mas como, no que se refere à própria força de trabalho, conseguir que ela se mantenha ao menos num nível médio de habilidade, destreza e rapidez sem um interesse por parte do detentor desta força sobre o próprio aprimoramento? Segundo o próprio Marx

Essa força tem de ser despendida no grau médio habitual de esforço, com o grau de intensidade socialmente usual. Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum

⁸⁰ FOUCAULT, Michel. Op. Cit. 2008 p.24.

⁸¹ MARX, Karl. Op. Cit. 1985 p.161.

tempo seja desperdiçado, sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Insiste em ter o que é seu.⁸²

A partir destes moldes, qualquer análise tem um percurso em linhas gerais já determinado, segundo o qual toda forma de intervenção sobre a vida o indivíduo tem como meta objetivar a apropriação de suas capacidades pelo Capital. Mas a vontade individual necessariamente manifestada para que ocorra um eficaz aprendizado, pressuposto à implementação das capacidades a serem eventualmente desenvolvidas, é algo que escapa ao marxismo, predominantemente voltado ao estudo dos interesses do Capital e da burguesia, e à formação de consciência do proletariado, ficando de fora a análise a partir do próprio proletariado e de como ele, estrategicamente, se insere na dinâmica capitalista.

Muitos aspectos da biopolítica são, de certo, correlativos ao capitalismo, mas apegar-se à potência vivificada no corpo e aptidões do indivíduo bastaria para encarar a força de trabalho como base social da biopolítica? A passagem da manufatura para processos industriais, quando na atividade de produção de mercadorias passou a vigorar a forma mecanizada de fabricação em grande escala, pode ser considerada o marco inaugural da subsunção do trabalho ao Capital. Tendo sido divisão do trabalho com base na habilidade individual em grande parte adulterada, no período do surgimento grande indústria, pela linha de montagem baseada num sistema de máquinas, a constituição das relações de trabalho foi enormemente transformada a partir de tecnologias a agir, primeiramente, sobre os corpos.

Com o processo de produção tornado agora um mecanismo de fato, houve, sim, uma planificação das capacidades individuais estritamente relacionadas ao trabalho nos moldes fabris, mas não é o caso de se afirmar que essas transformações tornaram as relações humanas menos dependentes dos princípios subjetivos da constituição humana. Não se trata de uma nova tecnologia baseada na máquina. Muito mais que um avanço de uma tecnologia mecânica, o capitalismo só foi tornado possível graças a uma série de inovações, adaptações, deslocamentos, reinserções de tecnologias atuantes sobre o corpo, não somente sobre uma sucessão de estados de mudança sobre a matéria-prima.

O termo economia política, inclusive, segundo Foucault, desde entre meados do século XVIII até meados do XIX, sofre uma variação quanto ao sentido de seu enunciado, tratando-se por vezes de uma abordagem rigorosa, exata, restrita acerca da produção e circulação das riquezas, mas

⁸² IBID. p.161.

Ora, por ‘economia política’ entende-se também, de forma mais ampla e mais prática, todo o método de governo capaz de assegurar a prosperidade de uma nação. E, finalmente, [a] economia política [...] é uma espécie de reflexão geral sobre a organização, a distribuição e a limitação dos poderes numa sociedade.⁸³

E Marx também, decerto, contribui sobremaneira com as transformações sobre a interpretação da noção de Economia Política, como atesta Friedrich Engels no prefácio da edição inglesa d’*O Capital*, onde afirma que.

a própria Economia Política clássica — embora tivesse consciência plena de que tanto o lucro quanto a renda são apenas subdivisões, parcelas daquela parte não paga do produto que o trabalhador tem de fornecer ao patrão (o primeiro que dela se apropria, ainda que não seja seu último nem único dono) — jamais ultrapassou os conceitos usuais de lucro e renda, jamais examinou em seu conjunto, como um todo, essa parte não paga do produto (que Marx chamou de mais-valia) e, por isso, ela jamais atingiu uma compreensão clara, seja de sua origem e de sua natureza, seja também das leis que regulam a posterior repartição do seu valor.⁸⁴

Tendo sido sobre as bases da Economia Política, de todo modo, que se fundou este novo princípio de regulação da razão governamental, qual seja, o de uma autolimitação voltada à ampliação das capacidades tendo por horizonte um ambiente saturadamente competitivo, no que se refere ao mercado, essa competitividade se dá, pois, mais do que a partir de uma figurativa equivalência entre produtos, sendo a concorrência a ditar as condições sociais de produção. No doce mundo da troca de equivalentes preconizado pela Economia Clássica, a circulação de mercadorias estabeleceria somente um intercâmbio formal entre valores, uma benfazeja troca em estado de pureza, não havendo lucro onde há igualdade. Por essa visão otimista, é até possível que mercadorias sejam vendidas por preços diferentes de seus valores baseados no tempo de trabalho socialmente necessário, mas isso caracterizaria uma profanação da lei da troca de mercadorias. Em sua figura pura, a circulação é uma permuta de equivalentes, não um meio de enriquecimento de um valor.

Se mercadorias ou mercadorias e dinheiro de igual valor de troca, portanto equivalentes, são trocados, então evidentemente ninguém tira da circulação mais do que lança nela. Então não ocorre nenhuma formação de mais-valia. Mas, em sua forma pura, o processo de circulação das mercadorias condiciona o intercâmbio de equivalentes. No entanto, as coisas na realidade não se passam de modo puro. Suponhamos, portanto, intercâmbio de não-equivalentes.⁸⁵

⁸³ FOUCAULT, Michel. *Op. Cit.* 2008. p.19.

⁸⁴ ENGELS, Friedrich. Prefácio da edição inglesa d’*O Capital* datada de 1886. In.: MARX, Karl. *Op. Cit.* 1985. p.32.

⁸⁵ IBID. p.134.

E nesse intercâmbio de não-equivalentes é a concorrência que se reverte em lei natural fixada a todos e em todas as conjunturas, não somente nas mercantis. Trata-se não apenas de uma concorrência que acontece em torno do intercâmbio de não-equivalentes, mas também do funcionamento de uma lógica concorrencial atuante em relações não-mercantis. A concorrência e o permanente e irrestrito estado de aprimoramento, de aproveitamento, de vigilância que ela acarreta parecem adquirir vida própria; uma autonomia ao mesmo tempo natural e edificada impondo-se não somente aos ofícios, requerendo-lhes constantes melhorias, como também dobrando outras tantas relações às mesmas regras do mercado.

No neoliberalismo, esta lógica concorrencial, propagada em várias direções, fragmentária em sua origem, é colocada em movimento em razão de uma série de particulares práticas que passam a funcionar, acima de tudo, autonomamente. Práticas estas que atingem com efeitos bastante específicos a família, o sistema penal, as escolas e que não são uma construção política edificada majoritariamente pelo Capital ou por qualquer outro lúcido arquiteto. Estes agentes que efetivaram a lógica neoliberal não são, como quer o marxismo, exclusivamente os burgueses. Seguramente a burguesia ocupa um lugar privilegiado, talvez até de regência, na execução desta sinfonia, mas não são eles os autores da obra, que em diversos de seus movimentos está repleta de adaptações não referenciadas, plágios e improvisações.

3.4 – O LUGAR DA CONTRADIÇÃO

Concluindo-se esta nova racionalidade como sendo supostamente o efeito da difusão concorrencial na forma capitalista, o que dá conta de explicar o efetivo funcionamento dessa lógica no interior dos agentes que a reproduzem são dispositivos de uma mecânica foucaultiana, não marxista. Face a uma série de relações de poder não incoerentes, não desarmoniosas com um capitalismo que se apresenta global, mas sem uma relação de estrita dependência, antes uma interferência recíproca, nem a análise econômica, nem a análise jurídica são capazes de ter uma ideia clara do que acontece.

A noção de abstração quantitativa é totalmente válida quando se trata de processos ligados à circulação de mercadorias, mas quando se fala de uma intervenção sobre o corpo surge uma abstração qualitativa, uma preocupação em exercer sobre o conjunto de condições materiais e morais que envolvem alguém um controle que objetiva uma intervenção qualitativa sobre os indivíduos que convivem em um dado

ambiente. No caso da formação qualitativa do indivíduo não se trata de uma especificidade da formação de um indivíduo sobre a dos demais inseridos no mesmo nível de formação, a qualificação é visada pela governamentalidade de modo geral, para atender uma necessidade mediante um interesse, mas um interesse indefinido, ou melhor, um interesse que requer uma constante qualificação dos recursos tecnológicos e humanos de que dispõe. Abstração qualitativa, pois trata-se de uma qualificação indefinida. Não estamos falando da qualificação requerida para a formação de um ferreiro, por exemplo, na Idade Média, quando, no mais das vezes, a aptidão necessária era adquirida de pai para filho, uma formação específica transmitida no próprio seio da comunidade. O investimento no capital humano⁸⁶ que se faz sobre as gerações futuras é inespecífico, uma qualificação que visa a qualificação. Mesmo que se planeje, mesmo que haja famílias de três ou quatro gerações de médicos ou de advogados, por exemplo, (o que para hoje é muito, mas que na Idade Média não bastaria para aferir uma linhagem a inserir um indivíduo como pertencente à nobreza) mesmo assim tem-se que o sistema educacional que foi se constituindo a partir do século XVIII se esmera em preparar os jovens para estarem preparados, firmando-se a formação muito mais nas potencialidades para um futuro do que na glória de um passado, tratando-se de uma propedêutica delongadamente introdutória.

Por isso a origem da biopolítica não deve ser buscada em um alegado modo de ser da força de trabalho, e somente o exame dos ajustamentos da força de trabalho, tanto coletiva quanto individual, em meio ao fluxo de relações sociais não desvenda as formas históricas concretas de controle sobre os processos vitais. Para se investigar com propriedade a efetividade da biopolítica e sua relação com as diversas formas de dominação, não convém que a exploração da força de trabalho seja posta como sua única e fundamental base material. É necessário não um aprofundamento, no sentido vertical do termo, na análise dos modos de manifestação de exploração dessa força de trabalho, mas uma visão que permita perceber a sua articulação em rede a outras instâncias de controle.

Foucault afirma ser preciso entender o liberalismo para se entender a biopolítica, mas isso não implica uma relação de dependência, causal ou infraestrutural, sendo antes o liberalismo o panorama de razoabilidade política no qual surge a biopolítica. A disposição capitalista de seus interesses sobre a corporalidade que encerra a força de

⁸⁶ Cf. FOUCAULT. *Op. Cit.* 2008, p.318. Já citado diretamente no Cap. II.

trabalho tem uma estreitíssima relação com os mecanismos biopolíticos, constituindo uma página, talvez até mesmo um importante capítulo na história da constituição do biopoder, um momento de sua configuração, mas não seu fundamental ponto de origem.

Os procedimentos disciplinares aumentam a eficácia dos corpos com a redução de suas resistências às relações de subordinação, o que permite a articulação entre o processo de acumulação do capital e a acumulação dos corpos. E é justamente em um ponto fora de foco da visão marxista, situado entre o político e o econômico, entre o Estado e as coletividades, que funcionam muito apropriadamente como instrumentos de análise os conceitos de disciplina e, principalmente, de micropoder, possibilitando uma dissecação de uma efetividade duplamente prática, tanto do efeito dos arranjos econômicos sobre o enquadramento dos corpos, quanto das consequências das transformações dos corpos sobre cenário econômico.

Mas a gestão da vida se coloca como interesse da política não exclusivamente quando a força de trabalho é visada, podendo-se falar em biopolítica não somente quando das relações de produção. A origem real dessa série de dispositivos de saber e poder não se encontra, de modo algum, em nenhum *modo de ser* da força de trabalho.

Procurar uma tal origem é tentar reencontrar ‘o que era imediatamente’, o ‘aquilo mesmo’ de uma imagem exatamente adequada a si; é tomar por acidental todas as peripécias que puderam ter acontecido, todas as astúcias, todos os disfarces; é querer tirar todas as máscaras para desvelar enfim uma identidade primeira. Ora, se o genealogista tem o cuidado de escutar a história em vez de acreditar na metafísica, o que é que ele apreende? Que atrás das coisas há ‘algo inteiramente diferente’: não seu segredo essencial e sem data, mas o segredo que elas são sem essência, ou que sua essência foi construída peça por peça a partir de figuras que lhe eram estranhas.⁸⁷

Mas uma vez que, e isso nas palavras de Marx, “entendemos por força de trabalho ou capacidade de trabalho o conjunto das faculdades físicas e espirituais que existem na corporalidade, na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento toda vez que produz valores de uso de qualquer espécie,”⁸⁸ nem por isso a importância prática assumida pela potência transformadora presente na corporalidade reconhecida como força de trabalho, e nem a impossibilidade de disjunção dessa capacidade da duração corporal do indivíduo, fazem com que o trabalho seja a base fundamental sobre a qual se apoia a biopolítica. Mesmo sendo no corpo, na

⁸⁷ IDEM. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

p. 17-18.

⁸⁸ MARX, Karl. Op. Cit. 1985, p.193.

personalidade viva do indivíduo, que reside a competência humana de criação de valores de uso, sendo com isso possível articular gestão da força de trabalho e biopolítica, a biopolítica não é uma invenção do capitalismo, sendo antes as instituições criadas pelo capitalismo lugares onde a biopolítica adquire uma materialidade, havendo outras tantas.

A noção de microfísica do poder, por exemplo, permitiria enxergar uma singular coesão acerca da comunhão entre a política, economia, normatização, disciplina, subjetivação. O adestramento, desde a infância, dos corpos a tornarem-se aptos para o trabalho através de mecanismos aparentemente banais e, certamente, gestados desde antes do surgimento do Capital seria o caso de, no mínimo, uma antecipação, tanto histórica quanto logística, da aplicação de tecnologias disciplinares muitas vezes autônomas à inserção propriamente dita no universo materialmente produtivo. Por outro lado, a exigência de capacitação, de reciclagens, àquele que já exerce atividade remunerada requer do trabalhador alguma vontade de aprimorar-se, de “ser alguém na vida”, o que diz respeito diretamente à sua subjetividade. O trabalho seria um, dentre outros, fornecedor de um lastro material à biopolítica.

A liberação da noção de que cabe à luta de classes a atribuição de cumprir os desígnios de condução das reivindicações sociais, inclinando a análise de todas as lutas a orbitar em torno das condições materiais de produção, possibilitaria o fortalecimento e a multiplicação de diversas outras lutas que eclodem, a despeito de um eixo ideológico e da formação de uma específica consciência, em variados pontos, com discrepantes recortes. E a pergunta a ser feita seria: com o intento da transformação do mundo em um lugar melhor, por que apenas os trabalhadores do mundo a unirem-se? E qual é a obrigatória necessidade das demandas terem de estar sempre alinhadas às causas trabalhistas? Perguntas estas, no momento, ainda retóricas.

Em relação à luta de classes pode-se dizer que entre Foucault e Marx há pelo menos uma semelhança: tanto para um quanto para outro, aquilo que constitui a natureza de algo não é uma coisa de antemão concluída. Para Foucault este vir a ser desenrola-se por meio das relações numa espécie de fazer-se indefinido, já para Marx, como na dialética, os processos culminam numa constituição, na manifestação de algo já existente, conforme pode ser inferido do célebre trecho do Manifesto Comunista: “a sociedade burguesa, com suas relações de produção e de troca [...], assemelha-se ao

feiticeiro que já não pode conter os poderes infernais que invocou.”⁸⁹ Não tendo sido, para Marx, portanto, estes poderes criados pela burguesia, mas antes conjurados por ela, existindo eles, de alguma forma, anteriormente ao ato que os pôs de pé. Em Marx não se pode articular as classes plenamente constituídas, como ele mesmo testemunhou no século XIX, como se fossem inexistentes antes do embate, mas estariam elas, conforme requer seu processo dialético, pressupostas; e proferir que as classes se encontram tacitamente, em si, por uma série de fatos historicamente verificáveis que seja, não é o mesmo que dizer que as classes mutuamente se constituem nos enfrentamentos e apoios estratégicos.

A visão de Foucault afasta-se dessa fundação das subjetividades em um plano, em potência que seja, situado fora das relações. As classes, neste sentido, não são antes do choque, mas também não tem existência fora ou depois do contato, podendo ser estendida essa mesma fobia à ontologia ao conflito, no caso a luta de classes, que, do mesmo modo, não preexiste às classes.

Mas o que assinala mesmo um ponto de desacordo intangível entre Foucault e Marx diz respeito à posição ocupada pela contradição na estrutura do conflito social. Seguindo-se o raciocínio foucaultiano, a contradição não passa de um momento, importante sem dúvida, nos movimentos táticos em direção à realização de específicos objetivos, interesses cuja alcançabilidade é construída sem carecer de um final apoteótico, global. Para Foucault os grupos contendores se confrontariam, se aniquilariam, se anulariam, se revigorariam, se transformariam, com cada movimento acontecendo a seu tempo e com sua duração e/ou sua simultaneidade próprias, sendo impensada a formação de uma univalência supra-histórica dialética. Já para Marx a contradição, até o momento final de sua dissolução pelas mãos do proletariado engajado, é monolítica, é um enorme monumento constituído por um único bloco, sendo todo antagonismo forçosamente apreendido como uma rivalidade classista. A relação de forças ocupa, neste caso, um lugar de permanente momento estratégico, sendo uma condição para o desenrolar do conflito a oposição bem como os agentes formados interiorizadamente por essa contradição teleologicamente determinada.

No pensamento foucaultiano não haveria, portanto, lugar nem para uma anteriorização e nem para essa interiorização das relações que formariam os sujeitos coletivos responsáveis, conscientemente ou não, no caso proletariado e burguesia

⁸⁹ MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina São Paulo: Editora Boitempo, 1998, p45.

respectivamente, pela ascensão rumo à almejada terra, quase, sem males. Nenhum dos lados teria a prerrogativa de conduzir à extinção ou a criação da relação de antagonismo. Acirrados conflitos podem até demarcar alguns dos contornos da relação, o que não faz do proletariado, a partir das contradições de classe, o coveiro de uma velha ordem burguesa. A partir de Foucault é possível afirmar que nenhuma classe distingue-se como investida de esperanças na tarefa de realizar a emancipação humana, e o proletariado não é a encarnação do sujeito universal da história.

CAPÍTULO IV
A VALORAÇÃO DO CORPO CAPITALIZÁVEL

4.1 – VIRTUALIDADE E CONSTITUIÇÃO DOS CORPOS

Ao analisar o funcionamento de algumas instituições basilares à conformação vigente e reproduzida nas sociedades ocidentais do século XX, Foucault pôde notar a constância de relações de poder não mais fundamentadas por uma centralização radicular, mas espalhadas a distintos e heterogêneos pontos do intrincado corpo social. No cerne de instituições como a escola, a prisão, o quartel, ou em instituições mais recentes como a fábrica, a partir dos séculos XVII e XVIII foram-se amalgamando novas relações de poder com particularidades bem diversas, ou mesmo avessas, do que representava a antiga figura do Rei, ou uma centralização em torno de instituições controladas pelo Estado.

Nestas instituições, ou mesmo em outras mais, as relações que foram se estabelecendo não visavam à imposição de limites; à disciplina a incidir sobre o corpo não interessava a limitação de suas capacidades, visavam acima de tudo o aprimoramento destas capacidades. O corpo, considerado como o permanente laboratório no qual ocorrem enfrentamentos e apoios, fugas e buscas, recusas e aceitações, configurou-se como o lugar por excelência do resultado da atuação dos micropoderes disciplinares. Micropoderes operantes no interior das instituições nas quais o indivíduo passa toda a sua vida. Através da compleição adquirida por estas instituições de sequestro do tempo, os micropoderes disciplinares, com suas intervenções sobre o corpo, formataram o ambiente favorável à produção dos próprios sujeitos a se constituírem a partir de meados do século XVIII e XIX, operando transformações que, em linhas bem gerais, serviram de apoio à Revolução Industrial, ao mesmo tempo em que também se apoiaram em seus avanços tecnológicos específicos.

A disciplina, como método de ordenamento e controle do ambiente e da alocação e disponibilidade dos corpos inseridos neste ambiente, ampliou a abrangência e complexificou a dinâmica das inter-relações institucionais, que se tornaram ao mesmo tempo afetivas e funcionais, uma vez que muitas das táticas funcionam fazendo uso de uma afinidade ou repulsa em se fazer parte de uma dada organização, seja uma empresa, uma escola, ou um grupo social. E as sensações causadas no indivíduo por esta afetividade funcional, a construção de uma subjetividade que regula sua mobilidade de modo a impulsionar-lhe uma busca pelo lugar onde se sinta melhor, pela ocupação que melhor oportunize alcançar a satisfação, este extraordinário diapasão de aferimento de realização baseado no lugar onde se está, se não forjado, foi amplamente difundido e

utilizado como importante mecanismo de controle e alocação dos corpos na Era Contemporânea. E esta transação entre a fixação e a circulação dos indivíduos e, também, dos produtos torna-se mais intensa quando tornados, respectivamente, força de trabalho e mercadorias.

O aperfeiçoamento da atividade exercida impulsionado, conscientemente ou não, pouco importa, pela busca da satisfação interfere inegavelmente na qualidade dos resultados esperados, seja dos soldados, dos estudantes, dos funcionários, dos profissionais liberais, dos pais ou dos filhos. Nestas instituições onde são constituídos estes sujeitos, estão personificados lugares reais e ideais, concretos e abstratos, uma vez que nelas são calculadas as formas mais eficazes de se alcançar um objetivo, traçando-se, assim, limites de fato à livre ação dos agentes quando da consecução de um objetivo.

Impulso à mobilidade este bem diferente do verificado no feudalismo, por exemplo, quando havia enormes chances de que o filho do moleiro exercesse atividade equivalente a do pai; no mais das vezes, exatamente a mesma, sem que isto implicasse em problematizações sobre se está ou não satisfeito com o que se faz. As instituições demarcadas segundo um recorte foucaultiano são lugares de ordenação de uma multiplicidade, enquadrando os indivíduos de acordo com a dinâmica de uma dada ordem, mas não de uma ordem estabelecida conforme ditames juridicizados. Mais apropriado dizer que se trata de instituições reguladas segundo os preceitos de uma razão em atendimento aos interesses, um cálculo a levar em consideração onde se está e aonde se quer chegar. Questão de mobilidade, de movimento, de transformação.

A reboque, os procedimentos disciplinares também se respaldam como um importante princípio, um salutar fundamento, a partir do qual se procede a organização do tempo em que acontecem as diversas atividades humanas. Tendo-se em mira o aumento da precisão dos movimentos e com isso um acréscimo na velocidade com que são executadas as tarefas, a disciplina encontra largo respaldo nos processos envolvendo a produção e circulação das mercadorias. Há, contudo, uma disposição do trabalho que é disciplinar pela própria disciplina, ou melhor, a disciplina como forma de correção moral, e não como procedimento de aumento de produtividade fabril. “A disciplina ‘fabrica’ indivíduos; ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício.”⁹⁰

⁹⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 33ª edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. p.153.

A necessidade de controle do ambiente requereu uma segmentação cada vez mais precisa do tempo e uma construção e organização arquitetural dos espaços conforme as demandas de um regime disciplinar a garantir sua vigilância e seus exames. As análises de Foucault a instituições tais como a prisão, o hospital, a escola, mostraram a partir das relações de poder ali estabelecidas um investimento produtivo amparado por uma intrincada rede a exercer um controle sobre a vida dos indivíduos, objetivando uma melhor gestão de seus corpos, uma gestão mais econômica, de modo a melhor organizar suas potencialidades, capacidades, ou mesmo a falta delas. De todo modo, os procedimentos disciplinares são “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõe uma relação de docilidade-utilidade”⁹¹, mesmo que a esta requisição de docilidade não esteja implicada uma utilidade estritamente fabril, ou a algo que o valha.

A exclusão, tornada inclusão confinada, do louco, por exemplo, não se vincula a uma capacidade de trabalho ausente com a loucura. Tanto é que, não raro, o trabalho é, desde o surgimento das instituições manicomiais até os dias de hoje, utilizado como técnica na lida com os loucos, como eficiente ferramenta de manuseio, sem que seja descartado o caráter estrita e efetivamente produtivo do trabalho. No caso da loucura, “consistiria em dizer que o problema está em trazer à luz as condições que tiveram de ser preenchidas para que se pudessem emitir sobre a loucura [...] os discursos que podem ser verdadeiros ou falsos de acordo com as regras que são as da medicina ou as da confissão ou as da psicologia, pouco importa, ou as da psicanálise.”⁹²

E semelhante regime de verificação dos discursos pode igualmente, sobre outras bases que nem sempre, ou não totalmente, as da medicina ou psicologia, ser verificado para com a sexualidade, a criminalidade ou o trabalho; objetos do soerguimento de saberes institucionalizados pela psiquiatria, pela prisão, e pela empresa tomada como instituição. Sobre o trabalho, foram emitidos discursos de acordo com as regras não apenas da estrita produção material, mas também segundo concepções, onde se inserem Ricardo e Marx, que tendem a, cada qual a seu modo, privilegiar o trabalho na formação de valores; Ricardo das mercadorias, Marx das mercadorias e dos indivíduos. Para ambos o trabalho dita a dinâmica econômica, e para Marx ainda a dinâmica social.

⁹¹ IBID. P.126.

⁹² IDEM. *Nascimento da Biopolítica*: Curso dado no Collège de France (1978-1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.50.

Contemporâneos a Marx, a partir de reformadores e juristas do século XVIII e XIX, tais como Cesare Beccaria e Jeremy Bentham, também a penalidade passou a ser formulada com cada vez mais clareza sob o aspecto psicológico constituinte de uma identidade. A punição como um processo com vistas a reduzir as chances de uma dada ocorrência mediante a exposição do indivíduo a um estímulo aversivo, ou a supressão de um estímulo positivo, quando da verificação de determinado comportamento indesejado, cingiu a sociedade como nunca antes por uma terapia comportamental infiltrada por variados poros da vida humana.

Neste sentido, a penalidade no século XIX passa a ser encarada como um controle que se estende ao que os indivíduos possam vir a fazer, em torno de suas capacidades, de suas potencialidades, e não simplesmente como um castigo a, sem mais, causar sofrimento àquele que agiu em desconformidade a uma lei. “A noção de periculosidade significa que o indivíduo deve ser considerado pela sociedade ao nível de suas virtualidades e não ao nível de seus atos; não ao nível das infrações efetivas a uma lei efetiva, mas das virtualidades de comportamento que elas representam.”⁹³

Este conjunto de doutrinas, princípios e métodos de educação e instrução a recaírem sobre o detento se ampara no objetivo prático da recondução do desviante ao interesse pelo trabalho. Através de uma pedagogia muitas vezes violenta, mostrar-se-á as recompensas trazidas pelo trabalho honesto, de modo a deixar claro haver mais benefícios no trabalho do que em uma vida criminosa, ou mesmo numa vida languidamente preguiçosa. Mas esta pedagogia do trabalho não se restringe àquele cujo comportamento seja diretamente marginal a ela. Mesmo os marginalizados não são excluídos totalmente da sociedade, servindo, desde o século XVIII pelo menos, ou mesmo antes, para mostrar aos retos cidadãos aquilo que eles, com toda sua subjetividade, não querem ser. Deste modo, a coerção ao trabalho imposta ao detento a conscientizá-lo de que “quem quer viver tem que trabalhar”⁹⁴, estende-se como estímulo duplamente reforçado a toda população. Trabalho com afinco e dedicação para prosperar, trabalho como punição e com sofrimentos para se recuperar.

⁹³ IDEM. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1996, p.85.

⁹⁴ IDEM. *Op. Cit.* 1987, p.101.

A prisão se iguala à fábrica quando tomadas sob a ótica moralizadora sob a qual o trabalho foi colocado, convertido ao mesmo tempo em um mecanismo de conversão, manutenção e fortalecimento de valores no indivíduo. O trabalho praticando nos moldes dessas instituições de sequestro, sejam elas quais forem, não atende tão somente à recondução e manutenção dos indivíduos em um conjunto de mecanismos de mercado em sintonia com os interesses peculiares do *Homo oeconomicus*, estes saberes institucionalizados também conduzem à retificação dos ditames do indivíduo moral. Dentro da prisão, “trabalho obrigatório em oficinas, ocupação constante dos detentos, custeio das despesas da prisão com esse trabalho, mas também retribuição individual dos prisioneiros para assegurar sua reinserção moral e material no mundo estrito da economia,”⁹⁵ fora da prisão, num mundo de trabalhadores livres, algo não muito diferente se verifica.

Dada esta aplicabilidade do trabalho nas instituições manicomiais, menos em vistas do aproveitamento da força produtiva do louco do que como técnica de manejo, dada também a esta recondução moral vinculada ao trabalho dos encarcerados, cabe falar do trabalho como algo nem sempre, não em toda sua extensão, vinculado à criação de valores, no sentido mercantil do termo. Mesmo que as disciplinas, certamente, possuam uma aplicação bastante proveitosa no que diz respeito à economia e à política, incrementando não somente o aproveitamento do uso da força de trabalho, mas também aumentando a eficácia pedagógica dos sistemas de ensino, facilitando um controle mais regular dos estados de saúde tanto individuais quanto coletivos, ou mesmo interferindo nos padrões de convivência familiar e social, racionalizando, tornando mais econômicos, os comportamentos e menos dispendioso seu controle, não é estritamente, e nem primordialmente, ao Capital que as disciplinas servem.

De um lado o aumento das capacidades, na outra face da moeda a reorientação, o reaproveitamento das resistências políticas. O aumento da utilidade e docilidade dos corpos se faz, em um primeiro momento, pela redução das resistências a um grau adequado. Não a anulação da resistência, não o enquadramento totalizadamente antagônico do adversário como faz supor a teoria marxista, mas a regulação inclusive do que resiste, do que não se enquadra; que deve ser mantido em um ponto ótimo. Nesta nova mecânica das relações de poder apontada por Foucault, é deste modo que opera,

⁹⁵ IBID. P.102

por exemplo, a criminalidade como justificativa ao incessante aprimoramento dos aparatos de controle.

No entanto, apesar do regime hierárquico presente na administração de todas estas instituições, os mecanismos de otimização considerados por Foucault tem como característica fundamental entrarem em atividade sem a necessidade de um projetista a arquitetá-lo ou tomar as rédeas do processo, seja um indivíduo expresso na figura do rei, ou um grupo manifesto como classe.

Segundo Foucault, o funcionamento das relações de poder segundo uma mecânica disciplinar atrela-se a um saber-poder que se instaura com a produção de conhecimentos sobre os corpos. De conhecimentos dispersos constituídos sobre técnicas disciplinares diversas e heterogêneas que encontram em um dado momento específico uma aplicação convergente a ser cooptada por grupos que dela fazem uso.⁹⁶ Grupos a se comportarem como se fossem os seus criadores, seja a igreja medieval a considerar a ascese como o essencial da vida moral segundo um discurso que desvaloriza os aspectos corpóreos e sensíveis dos indivíduos, ou a burguesia e sua moral puritana pseudo-repressora amplamente apoiada sobre a saúde e as potencialidades dos corpos;⁹⁷ acarretando tudo isso uma individualização de tipo concreta, seguindo uma fórmula abstrata de como deve ser, de como se comportar diante de tudo o que admite um juízo de valor, sendo o trabalho, assim como a sexualidade, uma importante chave de juízo de valores nas sociedades ocidentalizadas desde, pelo menos, meados do século XVII.

A noção de indivíduo normal é o padrão do sujeito de tipo ideal nas sociedades disciplinares, não havendo, contudo, uma franca rivalidade entre o normal e o anormal, ou ao menos esta rivalidade não rege a dinâmica social de ponta a ponta. Antes uma

⁹⁶ Como exemplo deste deslocamento de técnicas de controle desenvolvidas por outros grupos, no caso, religiosos, compostos por pequenos burgueses, como os quakers e os metodistas, que, com outras finalidades, numa tentativa de “escapar ao poder político” da aristocracia, se esmeravam em manter a ordem em suas comunidades. “Para escapar desse poder judiciário os indivíduos se organizavam em sociedades de reforma moral, proibiam a embriaguez, a prostituição, o roubo, etc. [...] Ora, no decorrer do século XVIII, esses grupos vão mudar de inserção social e cada vez mais abandonar seu recrutamento popular ou pequeno burguês. No fim do século XVIII são a aristocracia, os bispos, os duques, as pessoas mais ricas que vão suscitar esses grupos de auto-defesa moral, essas ligas para a supressão dos vícios. Tem-se, assim, um deslocamento social que indica perfeitamente como esse empreendimento de reforma moral deixa de ser uma auto-defesa penal para se tornar ao contrário, um reforço do poder da própria autoridade penal. Ao lado do temível instrumento penal que possui, o poder vai se atribuir esses instrumentos de pressão, de controle. Trata-se, de certo modo, de um mecanismo de estatização dos grupos de controle.” IDEM. *Op. Cit.* 1996, p.93.

⁹⁷ Cf.: IDEM. *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 17ª edição. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Primeira edição francesa de 1976, Capítulo I: “Nós Vitorianos.”

mútua composição formada por enfrentamentos e solidariedades que, tomados em seus extremos, há sujeitos a se afirmarem reciprocamente: “sou isto, e não sou, e nem quero ser aquilo.”

A constituição de si como sujeito nas sociedades disciplinares não é a manifestação de uma individualidade que se ostenta a partir de uma origem contraída por um nascimento ou por uma tradição. Para a nobreza a especificidade de seu próprio corpo “era na forma do *sangue*, isto é, da antiguidade das ascendências e do valor das alianças; a burguesia, para assumir um corpo, olhou, ao contrário, para o lado de sua descendência e da saúde de seu organismo.”⁹⁸ Com as sociedades disciplinares, a constituição de uma subjetividade se estabelece a partir da apreensão do indivíduo, inclusive, e principalmente, de si mesmo, como objeto de conhecimento. Não sem motivo, a auto-afirmação e a auto-preservação burguesas se mantiveram a partir de toda uma tecnologia do sexo a produzir verdades institucionalizadas, e “é, sem dúvida, preciso admitir que uma das formas primordiais da consciência de classe é a afirmação do corpo [...] [a burguesia] converteu o sangue azul dos nobres em um organismo são e uma sexualidade sadia.”⁹⁹

O surgimento e aprimoramento deste cálculo sobre as diversas atividades humanas, inclusive as mais ancestrais e naturais como a cópula e a obtenção do sustento, possibilitou a aquisição e o desenvolvimento de comportamentos gerenciáveis a distinguir os indivíduos segundo uma norma de conduta: em um extremo a normatização como norte, no outro os desvios. Desvios sobre os quais não se envidam esforços para extingui-los por completo; sendo administrados, já que não se pode mesmo completamente elimina-los, mantidos como referência negativa, como alardeada e constante ameaça a justificar o aparato em nome da segurança.

E a disciplina, requerida como ferramenta em prol da segurança, atua sobre o corpo individual, fazendo-o atingir novos padrões de maximização da eficiência mecânica dos comportamentos, o que, sem que a vise de fato a todo o momento, certamente contribui para o aumento da produtividade do trabalhador. As diversas tecnologias que atravessam os corpos resultam, tem como efeito, certamente, a produção de algo, mas há de se ter o cuidado para que esta produção não seja entendida de modo a restringi-la aos aspectos puramente mercantis da economia. Mais ainda: a disciplina não visa o aumento da produtividade capitalista, embora a tenha como

⁹⁸ IBID. P.136.

⁹⁹ IBID. p138

resultado. Os processos disciplinares apontados por Foucault são, em sua genealogia, historicamente anteriores às relações capitalistas e, embora tenham sido transformadas, realocadas, reaproveitadas pelo Capital, este não teria se desenvolvido de tal modo se antes não houvesse todo um desenvolvimento destes mecanismos disciplinares nos mosteiros, nos exércitos, nos manicômios, etc. A incidência sobre o corpo demarcada por Foucault, metamorfoseada e nutrida pelo capitalismo, também ultrapassa as relações estabelecidas nas esferas de produção e circulação das mercadorias, que tomadas pelo Capital alcança, como nunca antes, lugares que antes o corpo, se não se salvaguardava, ao menos encontrava-se menos exposto, como na família, ou em sua antes não tão devassada sexualidade.

4.2 – O INÍCIO DA MUNDIALIZAÇÃO DO MERCADO

Em 7 de janeiro de 1976, na aula inaugural do curso que viria a se tornar o livro *Em defesa da sociedade*, Michel Foucault lança a seguinte questão: “a análise do poder, ou a análise dos poderes, pode, de uma maneira ou de outra, ser deduzida da economia?”¹⁰⁰ Ao passo que, segundo um modelo jurídico de funcionamento, as relações de poder encontram nos procedimentos de troca contratual seu modelo formal de permuta entre bens, riquezas, direitos, liberdades, segundo uma razão econômica a privilegiar a circulação de bens e o acúmulo de capital, recorte notadamente marcado pelo marxismo, a economia seria o princípio a partir do qual o poder político encontraria sua razão de ser.

No entanto, a concepção destes sujeitos coletivos apontado pelo marxismo, sobre os quais incidem, por um lado, a responsabilidade sobre as mazelas do mundo capitalista, por outro a esperança do sepultamento deste mundo, é questionada por Foucault ao afirmar que

essa forma de análise, tradicional no marxismo universitário da França e da Europa, apresenta um defeito muito grave: o de supor, no fundo, que o sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévios e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais, e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se neste sujeito definitivamente dado.¹⁰¹

¹⁰⁰ IDEM *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p.19.

¹⁰¹ IDEM. *Op. Cit.* 1996, p.8.

Sobre o trabalho, então, e sobre as relações de produção postas tão em foco por Marx, é preciso ainda, sob um ângulo teórico/metodológico partindo de um leque conceitual foucaultiano, lançar um olhar sobre esse universo de análise tão revisitado pelo marxismo. Não com o objetivo de fundar, ou asseverar, o nascimento do sujeito, mas para marcar justamente a sua invenção; a invenção e atuação dos mecanismos criadores e mantenedores deste sujeito humano e, neste caso, de seus desdobramentos classistas expressos nas subjetivações a comporem a burguesia e o proletariado.

A constituição destes sujeitos alicerçada sobre apoios extra-econômicos, como a sexualidade, por exemplo, é um indício de que a produção de sujeitos não acontece no mesmo plano, ou, antes, em estrita correlação, com a produção material. A própria noção de constituição de um si mesmo já é anterior, e, em muitos aspectos, em muitos contextos, exterior à produção e circulação de mercadorias. Ao longo da história da humanidade, os indivíduos sempre se construíram como algo, sempre se entenderam, e aos demais, como pertencentes ou não a diversos e simultâneos grupos que não somente, que não na maioria dos casos, a se definirem segundo uma dinâmica econômica. Opera-se, pois, um contínuo fluxo de deslocamentos e realocações de subjetividades, com durações, intensidades e recortes variados, conforme o momento em que se encontram tanto a sociedade em seu curso histórico, quanto o indivíduo, inserido e componente desta sociedade, ao longo de seu ciclo de vida.

No processo de desenvolvimento do liberalismo foi tornada possível a edificação de um saber formatador de uma individualidade, de um sujeito a ser, enquadrando-se ou não em um perfil de normalidade, encarado e delimitado por regras enunciadas por este saber gestado a partir do controle e da vigilância praticados no interior das instituições de sequestro, tais como a escola, o quartel, o hospital; práticas estas, sem dúvida, intensificadas na fábrica, mas, de maneira alguma, surgidas sob a tutela das relações de produção. E “esse saber não se impôs a um sujeito de conhecimento, não se propôs a ele, nem se imprimiu nele, mas fez nascer um tipo absolutamente novo de sujeito de conhecimento.”¹⁰²

Se forem abstraídas as diferentes vivências, as diversas formas que são construídas as subjetividades, suas diferentes propriedades disciplinares, os diversos pontos de ancoragem dos múltiplos discursos que atravessam o indivíduo, resta apenas uma propriedade: o dispêndio de recursos e capacidades para dobrar os corpos aos

¹⁰² IBID. p.8.

ditames de uma utilização disciplinar do tempo, seja o tempo de trabalho, o do convívio social, ou o dos prazeres. Seja como for, as urgências do Capital colaboram para que o aproveitamento do tempo fosse explorado de maneira cada vez mais meticulosa e “lucrativa.” Mesmo quando se trata de um tempo não dedicado aos imperativos do mercado, a lógica do binômio investimento e lucro parece já fazer parte deste novo sujeito, mesmo quando se trata do tempo de férias, do tempo que se passa com os filhos, do tempo de descanso, do tempo dos prazeres. Para o *Homo oeconomicus*, tempo é dinheiro, qualquer tempo, mesmo na ausência de uma relação monetarizada ou produtora de bens.

A massificação das relações produtivas em seu momento de determinação das relações sociais, culturais, artísticas, no século XIX, fez surgir e disseminar-se este sujeito empresário *full time*,¹⁰³ tendo sido expandida e internalizada a dinâmica gananciosa do mercado a todos os campos das vivências humanas, requisitando-se, inclusive e principalmente do próprio corpo, sempre mais, seja do que for que se deseje, em relação a uma mesma e inelástica duração do tempo.

E com o surgimento e desenvolvimento do Capital, uma busca pela amplificação dos resultados foi posta em prática em uma infinidade de campos das práticas humanas como nunca antes ocorrera na história. Mais riqueza, mais prazeres, mais experiências, mais segurança, numa intensificação não derivada da centralidade soberana ou estatal, dos jogos macroeconômicos, mas tampouco alheia a eles. Entre a macroeconomia e os micropoderes, trata-se de uma dinâmica de mútuas interferências numa superposição, em seus extremos, ora coincidente, ora discrepante.

No século XVIII, a partir de um ponto de concentração no crescimento do volume e intensidade das trocas comerciais, permitindo de maneira extremamente dinâmica interligar a produção à necessidade, a oferta à procura, o preço ao valor, o mercado foi tornado lugar de verificação da prática governamental. A boa governança passou a ser autenticada não mais, ou não apenas, por um governo que seja justo. Diferentemente do que representava a noção de justiça, um ideal justo a orientar as

¹⁰³ “Em sua análise da governamentalidade biopolítica neoliberal, Foucault se interessa particularmente pela articulação entre a concepção do homem como *Homo oeconomicus* e a teoria econômica do ‘capital humano’. A fusão dessas duas figuras permite compreender que o *Homo oeconomicus* não é apenas um agente ou empreendedor econômico no mercado de trocas, mas, sim, em primeiro lugar, um *empreendedor de si mesmo*, pois ele é o seu próprio produtor de rendimentos e de capital.” DUARTE, André. *Vidas em risco. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, p.263.

ações, a partir do século XVIII é o mercado que vai dizer a verdade sobre um bom governo. Em toda esta transformação que chegou ao ponto do surgimento de uma nova arte de governar, a ascensão da economia política como bússola das medidas de governo não se deveu, conforme acontecera com o direito, à prescrição prévia segundo uma cartilha de valores de como conduzir um bom governo. “A economia política foi importante, inclusive em sua formulação teórica, na medida em que (somente na medida, mas é uma medida evidentemente considerável) indicou onde o governo devia ir buscar o princípio de verdade da sua própria prática governamental.”¹⁰⁴

Observando-se mais atentamente o mercado, este deve funcionar conforme sua naturalidade, de modo a promover que a liberdade de mercado atue em prol do enriquecimento de uma nação como atestado de sua boa governança. Pois bem, mas a Europa do século XVIII não é mais nos devidos termos em que atuava a predatória circulação da efetiva riqueza segundo um regime soberano de poder. Não resta muito mais em termos de relações políticas e econômicas da Europa que fora erigida sob os escombros do Império Romano, cuja noção de riqueza conquistada, usurpada mais do que produzida, expressa em alguns aspectos do mercantilismo, ainda vigorava. O século XVIII marca o surgimento de uma Europa tornada um sujeito coletivo, expressão de outro sujeito coletivo transnacional, transcontinental, a ganhar força neste período: a burguesia.

Sem que com isso se queira ascender os encaminhamentos econômicos à condição de propulsores universais do curso da história, a configuração concorrencial que se instaurou com a ascensão do *modus faciendi* dito burguês (não criado pela burguesia, mas ao menos enredado segundo a constituição de um corpo burguês) promoveu que por vias da concorrência a se formar entre os Estados seja obtido um quadro geral de desenvolvimento econômico. Progresso econômico manifesto e alavancado sob os mesmos moldes quando se trata da ampliação da circulação do volume de riqueza entre os sujeitos econômicos.

Máximo de lucro para o vendedor, mínimo de dispêndio para os compradores. Encontramos portanto a ideia, que estará agora no centro do jogo econômico tal como e definido pelos liberais, de que na verdade o enriquecimento de um país, assim como o enriquecimento de um indivíduo, só pode se estabelecer no longo prazo e se manter por um enriquecimento mútuo.”¹⁰⁵

¹⁰⁴ IDEM. *Op. Cit.* 2008, p.45.

¹⁰⁵ IBID. p.74.

Deste modo, tanto para os Estados quanto para os sujeitos econômicos individuais ou coletivos manifestados enquanto classes, a luta azeita a máquina enriquecedora de ambos os grupos. Não obstante a luta, o liberalismo parece ter irremediavelmente lançado as bases de um desenvolvimento, introjetado por toda sorte de sujeitos econômicos, a ser encarado como ilimitado.

A configuração de um jogo econômico de resultado não nulo, ou seja, um jogo em que o sucesso não dependa exclusivamente e sempre do fracasso do outro, de sua simples espoliação, foi um efusivo convite a que o mundo todo participasse a trocar seus produtos segundo esta lógica mercantil instaurada em torno da Europa no século XVIII. O que inicialmente se deu a partir de um mercado europeu, teve como saldo a implantação de um mercado mundializado, que, posteriormente, não será mais o mercado de lugar nenhum sendo, ao mesmo tempo, o mercado de todos os lugares.

Em suma, o cálculo de uma balança europeia, na época do mercantilismo, na época da razão de Estado, na época do Estado de polícia, etc., era o que possibilitava bloquear as consequências de um jogo econômico que era concebido como finito. Agora é a abertura de um mercado mundial que vai permitir que o jogo econômico não seja finito e, por conseguinte, os efeitos conflituosos de um mercado finito sejam evitados.¹⁰⁶

Pode-se dizer que, com o surgimento de uma arte de governar pautada no mercado como lugar de veridificação, há uma nova razão a orientar as práticas econômicas e de governo na Europa a partir do século XVIII. Mas, mais do que isto, esta forma de gestão do Estado, da economia e dos recursos humanos foi ampliada, aprofundada, fortalecida, conquanto tornada menos dispendiosa.

Assim, também, o bom chefe de família, o bom cidadão, será aquele que melhor se adequa às necessidades do mercado de trabalho, tornado, em grande medida, lugar privilegiado de veridificação dos valores a serem exercitados pelo gênero humano. E também bons pais devem prover as condições para o crescimento do capital humano de seus filhos. O mercado é que vai fazer com que bons pais tenham de ser não somente pais justos e resguardadores dos valores morais.

Com o mesmo privilégio veridicional conferido ao mercado a afirmar o que venha a ser um bom governo, o mercado de trabalho tem de promover e veridificação do sujeito trabalhador, este sujeito tipo ideal surgido com o aparecimento do capitalismo. Com o advento do capitalismo, o sujeito trabalhador seria a propensa corporificação do almejado modo de ser tanto nas sociedades capitalistas reais, ou mesmo nas sociedades

¹⁰⁶ IBID. p.76.

comunistas teorizadas por Marx. Este sujeito trabalhador seria uma eficiente via de acesso sobre o corpo para a condução dos comportamentos, mesmo dos não economicamente produtivos.

E é sobre esta concepção tradicional de sujeito assentado sobre uma base sempre a mesma, no caso, a atividade produtiva, as relações de produção, o trabalho, que se encontra ainda amarrado, em grande medida¹⁰⁷, o marxismo acadêmico e sua pré-determinada construção do sujeito com base no lugar socialmente ocupado pelo indivíduo na cadeia produtiva. Este delineamento de toda e qualquer subjetividade segundo uma determinação infraestrutural econômica torna-se um obstáculo à constituição de um sujeito, ou melhor, à percepção de sujeitos de conhecimento, de agentes econômicos, históricos, políticos, atravessados por um feixe de estratégias componentes de diversas práticas sociais outras que não exclusivamente econômicas.

Sobre estas práticas diversas Foucault afirma: “entre as práticas sociais em que a análise histórica permite localizar a emergência de novas formas de subjetividade, as práticas jurídicas, estão entre as mais importantes.”¹⁰⁸ É importante notar que para Foucault as práticas jurídicas encontram um papel fundamental na emergência de um novo tipo de subjetividade. O formato jurídico determinou uma nova maneira de se relacionar com a obtenção da verdade, tendo uma função decisiva não somente no direito penal, mas a própria investigação científica de um modo geral seguia o mesmo formato da prática penal entre os séculos XV e XVIII. As práticas judiciárias foram sem dúvida uma ferramenta muito utilizada pelas sociedades nos moldes ocidentais na demarcação da subjetividade, na construção de formas de saber e nas relações estabelecidas entre o gênero humano e a verdade. Mas apesar de amplamente presente nos processos que promoveram a mundialização do mercado, o direito passou a não mais atuar como mecanismo através do qual se obtém a verdade.

¹⁰⁷ Tem-se em Althusser uma forte relativização desta sobredeterminação econômica sobre a constituição do sujeito e dos encadeamentos sociais e históricos. Numa rápida explanação, para Althusser, trata-se de um todo sobredeterminado a partir de categorias dispostas segundo certo grau de autonomia, sem a gravitação em torno de um eixo econômico. Cf.: ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Trad. Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Também o historiador E.P. Thompson expõe como a consciência de classe se dá segundo um solo cultural sobre o qual as experiências seriam adulteradas, deslocadas, mostrando que esta classe constituída não se faz em termos unicamente econômicos, pois se baseia numa construção histórica da subjetividade fundada na experiência. Cf.: THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

¹⁰⁸ FOUCAULT. *Op. Cit.* 1996, p.11.

E é justamente sobre as sinuosidades presentes na relação entre a economia, a política e o direito, que Foucault se detém no curso proferido em 1979 no *Collège de France*, publicado sob o título *Nascimento da Biopolítica*. Segundo Foucault, apoiando-se em suas análises do surgimento do *Homo oeconomicus*, um sujeito de interesse, e suas distinções em face à noção de *Homo juridicus*, um sujeito de direito, o liberalismo desponta como algo a por em prática um afrontamento a uma dada racionalidade política. Partindo da concepção de Economia Política presente já em Adam Smith, que buscou evidenciar que a riqueza das nações era derivada da atuação de indivíduos que, movidos por seu próprio interesse, promoviam o desenvolvimento econômico e o avanço tecnológico, Foucault elenca o liberalismo como uma forma de oposição ao Estado soberano juridicamente sacramentado.

Voltando à pergunta de Foucault sobre se a análise do poder pode ser deduzida da economia, entre uma teoria jurídica clássica de uma proposição sobre o poder, e a concepção marxista, que, a primeira vista lhe faria frente, a resposta de Foucault indicaria pelo menos um ponto de intersecção: a marcante presença da economia em ambas as noções de funcionamento do poder. Segundo o ponto de vista jurídico-liberal, apresentado e defendido pelos teóricos do jusnaturalismo, o poder político obteria sua expressão formal nas formas a que se está subordinado ao cumprimento dos atos e trâmites de acordo com uma troca contratual, seja de bens, de direitos ou de liberdades. Já sob a ótica marxista a economia adquire um importância fundadora, encontrando o poder político nela o elemento essencial, a causa primária, na constituição de sua razão de ser histórica.¹⁰⁹

Entre estas duas percepções, a jurídico-liberal e a marxista, Foucault conduz a análise do poder por um terceiro caminho: a via estratégica do confronto entre forças dispersas por todo corpo social. Não um simples, não um a todo momento, antagonismo de bases econômicas, mas

se o poder é mesmo, em si, emprego e manifestação de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, em vez mesmo de analisá-lo em termos funcionais de recondução das relações de produção, não se deve analisá-lo antes e acima de tudo em termos de combate, de enfrentamento ou de guerra? [...] o poder é a guerra, é a guerra continuada por outros meios. E, neste momento inverteríamos a proposição de Clausewitz e diríamos que a política é a guerra continuada por outros meios.¹¹⁰

¹⁰⁹ Cf.: IDEM. *Op. Cit.* 1999, p.20.

¹¹⁰ IBID. p.22.

Não se tratando, contudo, de uma guerra binária de uma classe contra outra, sendo a luta de classes apenas um momento. Longo? Determinante? Certamente. Mas não em termos de uma determinação apriorística e ontologicamente a estabelecer-se.

O marxismo tradicional interpretaria o conjunto articulado de ideias, valores, opiniões, crenças, comportamentos, que expressam e reforçam as relações que conferem unidade a determinado grupo social, seja ele uma classe, um partido político, uma seita religiosa, uma torcida organizada, como componentes negativos por meio dos quais a relação do sujeito com a verdade seria adulterada, encoberta por condições de existência já determinadas, consolidadas por relações sociais impostas “de cima para baixo.” Para certo marxismo, a ideologia é o que assinala as condições de um estado de coisas a dar corporalidade a um dado sujeito, a um sujeito de conhecimento do qual, para que não cumpra seus desígnios, se esconde a verdade.

Mas, ora, para que existam determinados sujeitos de conhecimento, atrelados a certos regimes de verdade, as condições sociais, políticas, econômicas nas quais estão inseridos, das quais fazem parte, são justamente o substrato a servir de suporte à constituição destes sujeitos bem como das relações a serem estabelecidas com uma noção do que seja a verdade; não sendo, para Foucault, a conjuntura política ou econômica um obstáculo à formação do sujeito de conhecimento.

Quanto ao sujeito, por uma ótica foucaultiana, não se deve supô-lo previamente como um universal a cumprir-se em devir rumo a uma meta emancipacionista supra-histórica numa realização progressiva. Supressões, prejuízos, danos, derrotas que eventualmente possam ocorrer a determinados, e momentâneos, sujeitos históricos em benefício de outros, sejam escravos e senhores de engenho, servos e senhores feudais, plebeus e patrícios, não são a particularização histórica da marcha para a glória de um sujeito universal. O indivíduo real, portador de determinações e que é capaz de propor objetivos e praticar ações, não é uma construção pronta,; alicerçando-se, antes, os sujeitos sobre a movediça base das relações sociais, sejam relações entre governantes e governados, econômicas, ou afetivas. O liberalismo, deste modo, não deve ser encarado como uma forma de governamentalidade a ensejar o surgimento de um sujeito, pré-concebido em estado germinativo que seja, ou a dar continuidade sob novas roupagens a uma luta a conduzir a marcha de história.

Adotando a guerra como um prolongamento da ação política, o curso ministrado por Foucault em 1976 marcou a possibilidade de uma relativização da análise econômica do poder político, abrindo um leque investigativo sobre o poder sob a ótica

do enfrentamento e da guerra. Mas, sem que isso signifique qualquer indício de incompatibilidade analítica, três anos depois, Foucault aborda como ponto de investigação a relação entre o direito e a economia, recortando o nascimento de um novo sujeito: o *Homo oeconomicus*.

4.3 – UM SUJEITO DE INTERESSE

Em sua aula do dia 28 de março de 1979, ano em que ministrou o curso intitulado *Nascimento da Biopolítica*, Foucault declara ser necessário, para que seja possível apreender dadas relações entre a economia e a política, um olhar mais atento ao surgimento do *Homo oeconomicus*, noção já presente, ainda que de maneira um pouco vaga e carente de rigor, na teoria do sujeito formulada pelo empirismo inglês.

Aquilo que o empirismo inglês — digamos, aquilo que aparece grosso modo com Locke —, aquilo que o empirismo inglês coloca, e sem dúvida pela primeira vez, na filosofia ocidental, é o sujeito que não é totalmente definido nem por sua liberdade, nem pela oposição entre alma e corpo, nem pela presença de um foco ou núcleo de concupiscência mais ou menos marcado pela queda ou pelo pecado, mas um sujeito que aparece como sujeito de escolhas individuais ao mesmo tempo irreduzíveis e intransmissíveis.¹¹¹

Este quadro permite demarcar duas vias distintas de percepção analítica da subjetividade, uma primeira centrada no sujeito de direito, e outra a enfatizar o sujeito de interesse, estreitamente ligado ao mercado. Mas para funcionar como lugar de verificação, como medida de eficiência da nova razão governamental por oferecer ocasião para a geração de valor através das trocas, os mecanismos de mercado não prescindem do caráter útil contido na mercadoria. Do mesmo modo, as intervenções operadas segundo esta nova razão governamental se orientarão por um princípio de utilidade. A utilidade encaminhará a troca econômica e as atribuições de uma autoridade para fazer cumprir determinada categoria de leis. Tanto a utilidade contida na mercadoria a justificar o funcionamento do mercado, quando a utilidade a nortear as ações da administração pública, terão como denominador comum, como categoria geral a abarcar estas duas manifestações da utilidade, o interesse.

Depois do século XVIII, pode-se afirmar que as ações governativas, as medidas de gerência, passaram a ser mediadas pelos interesses envolvidos. As riquezas, os recursos, os discursos, os direitos, as liberdades passaram manifestar os movimentos de

¹¹¹ IDEM. *Op. Cit.* 2008, p.370-371.

um complexo jogo de interesses a envolver indivíduos e coletividades. “O governo em seu novo regime é, no fundo, uma coisa que já não tem de ser exercida sobre sujeitos e sobre coisas sujeitadas através desses sujeitos. O governo vai se exercer agora sobre o que poderíamos chamar de republica fenomenal dos interesses.”¹¹²

Mas ainda no que diz respeito às inter-relações entre economia e direito, resta para Foucault um questionamento sobre as aproximações que possam ser formuladas entre o *Homo oeconomicus*, um sujeito de interesse e a forma como se manifesta a busca pela satisfação de seus desejos, e o *Homo juridicus*, um sujeito de direito em busca da satisfação de suas vontades jurídicas, pressupostas e manifestas em forma de lei, social ou ontologicamente estabelecida. Enquanto o *Homo oeconomicus* ambiciona a, o *Homo juridicus* reclama seus direitos a.

Sob um olhar inadvertido, parece que o interesse e a vontade jurídica tenderiam a se encontrar com o Contrato Social, pois para os teóricos do contratualismo a fundação do estado de sociedade deve ser vista como uma transferência interessada de alguns direitos naturais, concernentes ao estado de natureza, objetivando a obtenção de algo em troca; no caso dos súditos, proteção vinda do soberano. Assim, para por a salvo certos interesses, ao firmar o contrato outros interesses seriam renunciados, estando com a adesão ao estado de sociedade conciliados, deste modo, o sujeito de interesse com o sujeito de direito. Mas o matiz captado por Foucault é que

O sujeito de direito é por definição um sujeito que aceita a negatividade, que aceita a renúncia a si mesmo, que aceita, de certo modo, cindir-se e ser, em certo nível, detentor de um certo número de direitos naturais e imediatos e, em outro nível aquele que aceita o princípio de renunciar a eles e vai com isso se constituir como um outro sujeito de direito superposto ao primeiro.¹¹³

Neste sentido, um tema essencial é apontado por Foucault quando estabelece uma diferença entre o sujeito jurídico e o sujeito de interesse. Mesmo que seja em nome da preservação de alguns direitos que o *Homo juridicus* renuncia a outros, o *Homo oeconomicus* nunca poderia proceder por tais princípios de abnegação, uma vez que não pode ir de encontro a quaisquer de seus interesses. Segundo os mecanismos a se firmarem sobre o cálculo dos interesses individuais, convém que cada um tome em consideração seu interesse próprio, procurando dar condições para que seja alcançado e intensificado, de modo que, como resultado, se tenha um desenvolvimento geral o melhor para todos. Pelo mecanismo próprio que é atrelado aos interesses individuais,

¹¹² IBID. p.63.

¹¹³ IBID. p.347.

importa que cada um siga sempre seu próprio interesse, que o cultive e o intensifique.

Noção de interesse esta já presente em Adam Smith, segundo o qual

O homem [...] tem necessidade quase constante da ajuda dos semelhantes, e é inútil esperar esta ajuda simplesmente da benevolência alheia. Ele terá maior probabilidade de obter o que quer se conseguir interessar a seu favor a auto-estima dos outros, mostrando-lhes que é vantajoso para eles fazer-lhe ou dar-lhe aquilo de que ele precisa. É isto o que faz toda pessoa que propõe um negócio a outra. Dê-me aquilo que eu quero e você terá isto aqui, que você quer – esse é o significado de qualquer oferta desse tipo; e é dessa forma que obtemos uns dos outros a grande maioria dos serviços de que necessitamos. Não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse. Dirigimo-nos não à sua humanidade, mas à sua auto-estima, e nunca lhes falamos das nossas próprias necessidades, mas das vantagens que advirão para eles.¹¹⁴

De acordo com o pensamento econômico clássico, a riqueza, pensada em termos absolutos, podia ser pensada como em marcha rumo a um acrescentamento, *a priori*, sem impedimentos. Seja pela abundância da terra, conforme Adam Smith, seja a partir do trabalho como único gerador de valor, conforme David Ricardo, a economia clássica não via barreiras para um indefinido enriquecimento. Mas com as formulações econômicas ricardianas baseadas na escassez do que pela natureza é ofertado, o trabalho ocupou no pensamento econômico a função de único intermediador a tornar possível sobreviver a esta elementar carência. O *Homo oeconomicus* seria, portanto, aquele que, entendido de uma forma elementar, dispenderia sua vida em busca daquilo que lhe é vital.

É necessário, contudo, que se amplie o entendimento que se tem por *vital*. Vital é sim aquilo que diz respeito à vida no sentido biológico do termo, aquilo que é próprio para a preservação da vida, fortificante; e é fincada sobre esta base, sob este modo de se colocar diante do mundo, que o *Homo oeconomicus* se erigiu. Mas, o que inicialmente se fundou a partir de moldes que impliquem na sobrevivência física do corpo biologicamente vivo *versus* a ameaça de supressão da vida, se estendeu à sobrevivência de um corpo expresso em termos de um dado modo de ser, uma constituição ou disposição interiorizada de caráter comportamental, uma conduta moral. Corpo que pode ser também entendido como o espírito a animar uma coletividade, como aquilo

¹¹⁴ SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 50.

que é característico e predominante nas atitudes e sentimentos dos indivíduos de um povo, de um grupo, e que marca suas realizações, manifestações e atitudes.¹¹⁵

E é no mercado, tal qual se lhe afigurasse como imprescindível à manutenção de sua existência, que, com o surgimento de uma nova mecânica a conduzir o conjunto de atitudes e reações observáveis em um indivíduo em face do meio social, estando ele em seu ambiente e em dadas circunstâncias, que os corpos se constituirão. As condições de existência destes corpos, destas subjetividades, são, a partir do liberalismo, sustentadas mediante uma série de trocas operadas segundo uma lógica mercantil, quando não por trocas mercantis de fato, a sustentar um dado estilo de vida.

Isto posto, pode-se dizer que o *Homo oeconomicus* não é um sujeito simplesmente em busca do atendimento de suas necessidades, ou da garantia de seus direitos; antes, é aquele que dispense parte considerável de sua força vital, de seu tempo, de suas capacidades, resistindo à ameaça de fenecer, tendo a morte sempre em seu encaixo. Por isso Foucault aponta que “a economia do século XVIII estava relacionada a uma *máthêsis* como ciência geral de todas as ordens possíveis; a do século XIX está referida a uma antropologia como discurso sobre a finitude natural do homem.”¹¹⁶ E este ancestral temor às ameaças a porem em perigo a continuidade das funções orgânicas do corpo físico e natural parece que foi posto como forma de manifestação, como forma de inteligibilidade das circunstâncias que prenunciam o fim, ou ao menos a transformação, de um dado estilo de vida.

Nesta mesma linha de pensamento em que a vida encontra-se sempre na iminência de sua extinção, é que David Ricardo expõe que a riqueza não é oriunda da prodigalidade da natureza, mas, pelo contrário, do trabalho como um impulso de escapar à morte frente à escassez de recursos naturais. Por isso mesmo a renda proveniente da atividade agrária, cujas teorias econômicas de até então, dentre as quais as de Adam Smith, preconizavam como resultante de uma proliferalidade da terra, passou a ser encarada como fruto exclusivamente do trabalho agrícola. A partir de

¹¹⁵ “sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. [...] O corpo: superfície de inscrição dos acontecimentos (enquanto que a linguagem os marca e as ideias dissolvem), lugar de dissociação do Eu (que supõe a quimera de uma unidade substancial), volume em perpétua pulverização.” FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 22.

¹¹⁶ IDEM. *As Palavras e as Coisas. Uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. 9ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p.354.

Ricardo, o pensamento econômico passa a pautar-se pelo trabalho como sendo uma urgente necessidade se se quer escapar às privações impostas pela natureza.

Marx, pelo contrário, ou nem tanto, realoca o trabalho não como recurso empregado na luta contra as adversidades infligidas pela escassez da natureza quando se trata de ofertar o necessário à manutenção da vida. Para Marx o trabalho, sob este recorte que o conduz à condição de instrumento utilizado na luta ante a privação do necessário, passa a ser uma decisiva peça nas lutas sociais. As privações a que estão sujeitos os detentores da força de produção não se deve à dureza da natureza, mas a relações socialmente construídas. Se com David Ricardo, então, tem-se no trabalho uma forma de driblar a morte numa luta do homem contra a natureza, para Marx, a vida encontra-se ameaçada pela forma como historicamente se verificou a distribuição do controle dos meios de produção, bem como no emprego e repartição dos recursos produtivos, forma segundo a qual as necessidades e carências jamais seriam satisfeitas.

Aprofundando a análise, seria neste sentido que mesmo que o marxismo vislumbre um esplendoroso ponto de inflexão no qual o desenrolar dos acontecimentos históricos, capitaneados pelo proletariado pleno de consciência, erradicariam qualquer desígnio do que até então fora, para Foucault

No nível profundo do saber ocidental, o marxismo não introduziu nenhum corte real; alojou-se sem dificuldade, como uma figura plena, tranquila, confortável e, reconheça-se, satisfatória por um tempo (o seu), no interior de uma disposição epistemológica que o acolheu favoravelmente (pois foi ela justamente que lhe deu lugar) e que ele não tinha, em troca, nem o propósito de perturbar nem, sobretudo, o poder de alterar, por pouco que fosse, pois que repousava inteiramente sobre ela. O marxismo está no pensamento do século XIX como peixe n'água: o que quer dizer que noutra parte qualquer deixa de respirar.¹¹⁷

Por isso, quando se trata dos prognósticos acerca de acontecimentos vindouros, o *Homo faber* presente na teoria marxista, expresso no sujeito coletivo *proletariado*, assemelha-se tanto ao *Homo juridicus* e sua busca pela garantia de seus direitos. Sendo a luta de classes a grande força motriz a impulsionar a história da humanidade,¹¹⁸ a teoria marxista clássica reserva para o futuro o tempo em que será, inevitavelmente, feita justiça.

E se em suas análises que se desdobram no plano teórico na vitória do proletariado frente às constantes ameaças à sua vida infringidas pelo modo de produção

¹¹⁷ IBID. p.360.

¹¹⁸ Em célebre frase a iniciar o primeiro capítulo do *Manifesto Comunista*, Marx já prognosticava que “A História de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes.” MARX, K. & ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998, p.40.

capitalista, uma vez que seja a luta de classes o motor da história, Marx se aproxima de David Ricardo, que também se vale do trabalho como escudo diante dos rigores da natureza. Quando se trata de um diagnóstico do presente, no caso do século XIX, o pensamento marxista encontra paralelos com o de Adam Smith. Não apenas Adam Smith, mas, de um modo geral, os economistas até o século XVIII não faziam objeção à “a intuição de que os indivíduos são movidos por seu interesse e de que eles efetuam suas arbitragens de acordo com este interesse.”¹¹⁹

Para Marx, era demasiadamente sintomático no proletariado a falta de sintonia com aqueles que deveriam ser seus verdadeiros interesses, seus mais convenientes interesses; não se tratando, de modo algum, de visar individualmente a manutenção e/ou a ascensão do padrão de vida, se chocando este limitado interesse individual com os interesses coletivos de classe. E foi a Economia Política, com suas considerações alicerçadas sobre o cálculo dos interesses individuais que contribuiu enormemente para este desenvolvimento geral do pensamento que particulariza a contemporaneidade e plano epistemológico em que Marx se encontra.

Pelas próprias investigações de Foucault, a partir da importância conferida ao interesse como elemento propulsor das intenções, projetos e ações humanas, é possível destacar a relevância do pensamento fisiocrático francês em voga no século XVIII, com sua ênfase dada à terra, tida como única e verdadeira fonte de riqueza. Do mesmo modo, foi de grande importância a contribuição dos economistas ingleses ao firmarem os alicerces do liberalismo econômico propriamente dito, salientando a iniciativa individual, a concorrência entre agentes econômicos, e a ausência de interferência governamental, como princípios de organização econômica. Cada uma dessas vertentes do pensamento econômico coloca, cada qual a seu modo, a necessidade de se permitir que o mecanismo dos interesses ditem as regras do jogo, no caso, o econômico. De todo modo, por volta dos séculos XVIII e XIX, para economistas tanto franceses quanto ingleses, quanto maior for a interposição de alguma autoridade legislativamente constituída a intervir nas transações comerciais, impondo-lhes barreiras e estorvos, menos vantajoso seria para o desenvolvimento econômico de um país.

Do ponto de vista do pensamento liberal, se aquilo que regula o funcionamento do mercado estiver fixado por leis conforme os princípios do direito, tal qual uma fórmula a indicar, a ordenar de maneira explícita e prévia, o modo correto de agir num

¹¹⁹ GÉNÉREUX, Jacques. *As verdadeiras leis da economia*. Volume II. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 14.

caso determinado, encontrar-se-ia ferido o *laissez-faire*, um dos fundamentos do liberalismo econômico a garantir a liberdade própria das relações econômicas liberais. Por outro lado, quanto maior for a inclinação do indivíduo a guiar-se por seus próprios interesses, maiores seriam as vantagens alcançadas; de modo que a condução, o balizamento, e, por que não?, a limitação das ações a partir de objetivos que se pautem nos interesses individuais, teriam efeitos benéficos tanto para o indivíduo quanto para a coletividade em que este se insere. Por isso, como afirma André Duarte

Contrariamente à tendência dos mecanismos disciplinares a reger tudo sem deixar que o menor detalhe lhes escape, os dispositivos de seguridade operavam segundo o princípio mais frouxo do *laissez-faire*, do deixar-fazer, dando livre curso à ordem de certos acontecimentos entendidos como necessidades naturais, o que, por certo, distinguia-se da plena permissividade. Antes, tratava-se de compreender a racionalidade de novas formas de intervenção e de controle da população a partir de novos mecanismos capilares de atuação do poder governamental.¹²⁰

Mais do que ter sido dada a cada indivíduo a oportunidade de seguir seus próprios interesses sem com isso sentir-se culpado, um egoísta, um pecador, tem-se, pois, que, em nome do bem-estar de todos, a busca pela realização dos próprios interesses, ou, mais do que isto, o sucessivo alcance e elevação dos próprios interesses é posta como o imperativo máximo a ser perseguido. Elevação dos resultados produtivos e comerciais, mas também aperfeiçoamento do corpo, aprimoramento das técnicas, edificação dos valores morais; a partir do neoliberalismo, tudo sob os moldes da volubilidade concorrencial do mercado.

E se é preciso enfatizar a importância do mecanismo dos interesses na fundamentação do pensamento neoliberal, as análises de Marx também não estariam assim tão afastadas deste jogo de interesses. Se para os fisiocratas ou os economistas clássicos as intervenções duramente estabelecidas por legislações a obstaculizar as transações comerciais configuram um estorvo ao alcance de seus interesses, do ponto de vista das análises de Marx, atendidos os interesses da classe burguesa e do Capital, estes interesses se chocariam com os que deveriam ser tanto os interesses do proletário enquanto sujeito individualizado, quanto com os do proletariado enquanto classe.

Com o nascimento da Economia Política, surge a noção de que a partir de uma afluência de interesses egoístas orientados para um mesmo ponto, seguindo cada qual interesse quase que isoladamente em meio a uma heterogeneidade de intenções, ou melhor, em meio a uma particularização de propósitos. E são estes interesses

¹²⁰ DUARTE. *Op. Cit.* 2010, p.242.

particulares a formar uma espécie de homogeneidade dispersa, que constituem a malha, justamente, sem que seja este o propósito individual de cada um dos participantes do jogo de interesses sob os moldes do mercado concorrencial. E é a esta homogeneidade dispersa, homogeneidade não manifesta, conquanto global, que Marx talvez se refira quando conclama a união dos trabalhadores do mundo.

Tem-se, pois, que nem a nascente Economia Política, nem o ideário proveniente de Marx estariam a prescrever aos indivíduos a renúncia de seus interesses. O que Marx propõe, o que Marx almeja, o que Marx vislumbra é o contrário de uma renúncia, é uma reivindicação, uma recuperação do que se tem por direito. A luta de classes trata-se, então, de um antagonismo situado em algum lugar entre o jogo de interesses e uma estrutura jurídica. Uma vez tomada a consciência de classe, descortinadas as falsas impressões de uma ideologia dominante, ao procurar alcançar a realização de seus interesses, o trabalhador desperto estaria, conseqüentemente, colaborando com o interesse público, com a emancipação do proletariado. Ao invés de desprender-se de seus interesses, o que Marx propõe é justamente um reconhecimento, uma comunhão entre o sujeito, mais especificamente o proletariado, e seus verdadeiros interesses.

A Economia Política decompõe os fenômenos em termos de necessidades de demandas à designação dos recursos de que se pode dispor, sendo, a partir do século XVIII, esta, e não mais o direito, o tipo de racionalidade a autolimitar as ações, incluindo-se as ações governamentais. Com a Economia Política, e com a corroboração de Marx, assegurou-se o trabalho como fonte de criação do valor, lançando os fundamentos da concorrência de mercado como princípio de autolimitação válido a uma imensidão de áreas, tendo sido o mercado o lugar privilegiado para a elaboração dos princípios veridicionais. Com isso, quem controla a economia controla também o país e sua população, fazendo com que se passe de uma sociedade com mercado para uma sociedade só de mercado, onde a mercantilidade é o imperativo a regular as relações. Mercantilidade esta insustentável sem as inter-relações de um jogo de interesses.

4.4 – ECONOMIA E CRÍTICA GOVERNAMENTAL

Célebre conceito smithiano, a mão invisível foi um termo cunhado para explicar como, apesar de não existir qualquer ser de existência distinta a coordenar os interesses, em uma economia de mercado, a influência mútua entre os indivíduos parece converter-se em determinado ordenamento que teria como uma de suas características

fundamentais o encaminhamento das pessoas empreendedoras, a um propósito por eles desconhecido, pois que em seus interesses particulares não estivessem interessados em nada muito além do que seus ganhos.

Acontece que, esmiuçando um pouco mais a análise acerca da mão invisível smithiana, Foucault corrobora a formulação segundo a qual as pessoas, sem grandes preocupações além disso, buscam atender aos seus interesses, sendo isso, de alguma forma, vantajoso para todos.

Eis-nos portanto no cerne dessa problemática da mão invisível que é, por assim dizer, o correlativo do *Homo oeconomicus*, ou antes, que essa espécie de mecânica bizarra que faz funcionar o *Homo oeconomicus* como sujeito de interesse individual no interior de uma totalidade que lhe escapa, mas funda a racionalidade das suas opções egoístas.¹²¹

E para que haja algum benefício coletivo, para que o alcance às vantagens e ofertas criadas por uma sociedade balizada pelas trocas mercantis atinja uma porcentagem satisfatória de pessoas, é vital que haja por parte de cada um dos agentes econômicos uma espécie de cegueira quanto à percepção da dinâmica das relações econômicas. “A obscuridade, a cegueira são absolutamente necessários a todos os agentes econômicos. O bem coletivo não deve ser visado. Não deve ser visado porque não pode ser calculado, pelo menos não no interior de uma estratégia econômica.”¹²²

De forma análoga ao pensamento smithiano, a consciência de classe tal como pensada por Marx, uma vez despertada, tem como um de seus resultados suscitar nos indivíduos explorados a disposição de se mobilizarem para lutar em prol de algo que não estava em suas intenções iniciais, limitadas à obtenção do sustento cotidiano, ou à isolada e egoísta ascensão social. Devidamente conscientizados, o proletariado se daria conta que a real melhoria de suas condições seria alcançada somente através de uma série de reivindicações e lutas coletivas. Por outro lado, no caso de Marx, este não abandono dos interesses individuais em se obter melhores condições de vida se processa de forma diversa do caso da referência de Adam Smith à mão invisível.

Enquanto para Smith esta falta de percepção da função que se exerce, do lugar que se ocupa nas relações econômicas, é fundamental ao bom funcionamento do mercado, e conseqüentemente, à objetivação das vantagens a serem desfrutadas por todos, não obstante uma busca egoísta à satisfação dos próprios interesses, para Marx, a tomada de consciência e a melhoria das condições advindas das relações sociais são

¹²¹ FOUCAULT. *Op. Cit.* 2008, p.379.

¹²² IBID. p.380.

coisas indissociáveis. Em conformidade com o pensamento do século XIX, Marx também reconhece uma necessária e vantajosa relação entre o conhecimento e a capacidade de ativa intervenção, estando a disposição para a transformação social a ser posta em marcha pelo proletariado pautada pela construção de um saber.

Do alto de sua altivez, o alcance da visão do soberano sobre os processos econômicos nunca poderá ser total, e ele sabe disso. Por isso, por exemplo, sua justiça se realiza mais pelo simulacro do que pela aplicação de fato a uma parcela significativa de seus súditos, que quando punidos o eram em grandes e faustosos espetáculos públicos.¹²³ De forma em parte análoga, o olhar do capitalista sobre a economia também nunca poderá ser total, escapulindo a economia de mercado a qualquer formato de construção do conhecimento que se pretenda totalizante.¹²⁴

Quem sabe seja até plausível uma explicação dos princípios abstratos a regerem as manobras no jogo da concorrência, os lineamentos gerais das regras desse jogo, mas as peculiaridades e conjunturas onde efetivamente acontecem as ações, isto é impossível de ser prévia e satisfatoriamente assimilado, seja pelo capitalista, seja pelo marxismo. E isto porque a economia de mercado é formada por uma gigantesca e complexa rede de ajustes localizados que não se pode apreendê-la por completo, nem mesmo um espírito esclarecido como o de Marx, que captou com maestria os diversos aspectos do funcionamento da economia no plano do liberalismo, mas os nuances do neoliberalismo por vezes lhe escapa.

O neoliberalismo seria a marca no plano econômico propriamente dito de uma transformação na forma como se estabelece o comando, não mais justificado por uma normatividade jurídica, calcada em uma lícita e concedida subordinação dos indivíduos a uma instância superior. O neoliberalismo apregoa um modelo concorrencial, tendo

¹²³ “... no castigo-espetáculo um horror confuso nascia do patíbulo: ele envolvia ao mesmo tempo o carrasco e o condenado: e se por um lado sempre estava a ponto de transformar em piedade ou em glória a vergonha infligida ao supliciado, por outro lado, ele fazia redundar geralmente em infâmia a violência legal do executor. [...] Existe na justiça moderna e entre aqueles que a distribuem uma vergonha de punir, que nem sempre exclui o zelo; ela aumenta constantemente: sobre esta chaga pululam os psicólogos e o pequeno funcionário da ortopedia moral. [...] O castigo passou de uma arte das sensações insuportáveis a uma economia dos direitos suspensos” IDEM. *Op. Cit.* 1987, p.13-14.

¹²⁴ E também “A economia, por conseguinte, a economia entendida como prática, mas entendida também como tipo de intervenção do governo, como forma de ação do Estado ou do soberano, pois bem, a economia não pode deixar de ter a vista curta, e, se houvesse um soberano que pretendesse ter vista longa, o olhar global e totalizante desse soberano nunca enxergaria mais que quimeras.” IDEM. *Op. Cit.* 2008, p.382.

este modelo a prerrogativa de permitir que o comando, que a gerência seja exercida minorando, ou dispersando, a concentração do comando sobre um ponto, dando a impressão de que os indivíduos não estejam sendo comandados por ninguém, mas, ao mesmo tempo, vigiados por todos.

Desprovida de uma noção de concessão, o neoliberalismo é capaz de nortear ações e comportamentos tanto de governantes quanto de governados, fabricando subjetividades conformes, subjetividades a serem controladas por este tipo de mecanismos. E esta lógica concorrencial, objetiva e eficientista, amparada por práticas institucionais das mais diversas e heterogêneas, conduz não apenas as relações entre Estados ou as relações macroeconômicas como analisou Adam Smith,¹²⁵ mas, através da composição de um poder formado por uma extensa rede microscópica de práticas, produzem específicas subjetivações a cumprirem o seu papel.

Mesmo antes de Foucault, o desenvolvimento da economia já abalava o ponto de vista da concepção jurídico-política da soberania, noção segundo a qual as posições de comando eram ocupadas segundo uma transferência de direitos dos súditos, em vistas à obtenção de vantagens a serem lhes asseguradas, para o soberano. Mesmo desde o século XVIII, ou até antes, a razão econômica funciona de uma maneira bastante diversa da lógica jurídico-política, e Marx parece conceber a luta do proletariado, deste sujeito coletivo constituído por volta do século XIX, em termos de uma luta por direitos. Direitos não contratualisticamente assegurados como apregoava o jusnaturalismo, mas um direito teleologicamente assegurado, um direito a melhores dias quando do inevitável fim da luta de classes.¹²⁶ Marx parece até perceber o *Homo oeconomicos* quando leva em consideração a não renúncia voluntária de direitos por parte do proletariado (sendo, antes, a privação de direitos consequência de espoliação), mas confere-lhe, por outro lado, um aspecto jurídico em seus anseios reivindicatórios.¹²⁷

¹²⁵ Cf.: IBID. Aula de 24 de janeiro.

¹²⁶ “Parece-me que o que se produz na obra de Marx é, de todo modo, um jogo entre a formação de uma profecia e a definição de um objetivo [...] Por um lado, uma consciência histórica, ou a consciência de uma necessidade histórica, em todo caso a ideia que o futuro, tal coisa deveria advir profeticamente. Por outro lado, um discurso de luta – um discurso, poderíamos dizer, que remete à teoria da vontade – ,que tem como objetivo a determinação de um objetivo a atingir.” IDEM. *Dits et écrits*. Paris: Gallimard, 2001, p.612.

¹²⁷ “Além da redução das estruturas de poder ao campo das relações econômicas, a concentração das análises liberais e marxistas do poder pela figura jurídica do Estado também seria responsável pela carência de análises que pudessem descortinar outras formas de exercício de poder, desprovidas de um centro único e primordial. Para suplantar esse déficit analítico, Foucault procurou investigar as relações de poder em seu próprio exercício, a fim de captura-las na materialidade de seu jogo.” DUARTE. *Op. Cit.* 2010, p.211.

Cabe à noção de *Homo juridicus* objetar a figura da soberania acerca dos direitos a ela cedida, vindo seu descontentamento sempre às pautas de discussão e reivindicação públicas caso sejam violados os demais direitos não postos por contrato à disposição. Já o *Homo oeconomicus*, na acepção que lhe é dada pelo neoliberalismo, é governável, mas não sob os moldes de uma concessão. Ele vai reagir a transformações que venham a ocorrer na esfera social onde está inserido, onde vive, transformações que podem ser tanto resultado de condicionamentos geofísicos naturais, quanto de agenciamentos estrategicamente inseridos ou aproveitados. Mas para o neoliberalismo, a não abdicação de qualquer de seus direitos não torna o *Homo oeconomicus* intangível a quaisquer mecanismos de poder, mas faz com que seus interesses tenham que ser astutamente manejados.

O *Homo oeconomicus* é aquele que aceita a realidade. A conduta racional é toda conduta sensível a modificações nas variáveis do meio e que responde a elas de forma não aleatória, de forma portanto sistemática, e a economia poderá portanto se definir como a ciência da sistematicidade das respostas às variáveis do ambiente.¹²⁸

Muito mais do que a um poder soberano e a uma lógica jurídica, o *Homo oeconomicus* vai responder de maneira muito mais eficaz, muito mais econômica, a uma gestão, que, afinal de contas, é aquela que examina e coordena as práticas empregadas na administração, fundamentando em forma de normas, padrões, princípios elaborados para disciplinar fatores de maximização da eficiência visando atingir determinado fim com o menor dispêndio possível.

Quanto aos questionamentos em torno do *Homo oeconomicus* e do lugar ocupado pela soberania e por um governo juridicamente fundamentado, ou mesmo juridicamente rebatido, em uma sociedade em que a economia tenha ocupado tanto espaço na política como na sociedade capitalista, adquirindo compleições de saber dominante, Foucault conclui que, a partir do desenvolvimento da Economia Política, em economia não existe soberano. No lugar do investimento sobre a figura cerceadora do soberano, que requer à sua composição a cessão de alguns direitos dos súditos para poder garantir-lhes alguma segurança, esta nova maneira de governar se pauta mais por uma determinação sobre as coisas, um controle sobre o ambiente a otimizar a eficiência dos corpos em sua relação com os demais, bem como com o conjunto de condições materiais e comportamentais que os envolve.

¹²⁸ FOUCAULT. *Op. Cit.* 2008, p.369.

As relações com a riqueza foram transformadas, assim como com a alocação de recursos, com a obtenção dos meios para a manutenção da vida, estabelecendo-se uma nova interação diante das variáveis da natureza como fertilidade, clima, relevo, etc. Do mesmo modo, transmutaram-se também com o desenvolvimento da Economia Política hábitos, costumes, tradições, o aproveitamento da capacidade de trabalho, a relação com a vida e a morte.¹²⁹

O que sustentava o poder soberano era uma lógica de interferência maior e ao mesmo tempo menor sobre a vida dos indivíduos. Maior em termos, por exemplo, de intensidade punitiva e expositiva da força do soberano, que em seus excessos parece fundamentar e restituir a robustez do soberano e da soberania¹³⁰, mas menor no que se refere à abrangência da presença e efetivo controle exercido pela soberania, um poder deveras lacunar. A partir da Economia Política, o que ocorre é precisamente o oposto.

O Estado de polícia, o Estado tal como vai fazê-lo funcionar a política ao mesmo tempo voluntarista e mercantilista dos soberanos [...] tudo isso repousa evidentemente no postulado de que deve haver um soberano econômico. A economia política não constitui simplesmente uma refutação das doutrinas ou das práticas mercantilistas. A economia política de Adam Smith não mostra simplesmente como o mercantilismo constitui um erro técnico ou um erro teórico. A economia política de Adam Smith, o liberalismo econômico, constitui uma desqualificação desse projeto político de conjunto e, mais radicalmente ainda, uma desqualificação de uma razão política que seria indexada ao Estado e à sua soberania.¹³¹

Questionamentos à soberania estes no que tange não somente seus aspectos políticos *stricto sensu*, mas também no que se refere a um domínio, a um controle do que acontece. Desde o surgimento das primeiras teorias liberais, das quais Adam Smith é baluarte, não se busca mais, não se tem mais a ilusão de que seja possível visualizar uma precisa tabela informativa com os dados necessários à ação política soberana. No capitalismo, percebeu-se que este tipo abordagem não garante a confiabilidade do

¹²⁹ Cf.: IDEM. *Op. Cit.* 1999. “Na teoria clássica da soberania, [...] o direito de vida e de morte era um dos atributos fundamentais. [...] [No entanto] O direito de vida e de morte só se exerce de uma forma desequilibrada e sempre do lado da morte.” (p.268) “A morte era o momento em que se passava de um poder, que era o do soberano aqui na terra, para aquele outro poder, que era o do soberano do além. [...] O que o poder tem domínio não é a morte, é a mortalidade.” (p.295-296) “... o imperativo da morte só é admissível, no sistema do biopoder, se tende não à vitória sobre os adversários políticos, mas à eliminação do perigo biológico e ao fortalecimento, diretamente ligado a essa eliminação, da própria espécie ou raça.” (p.306)

¹³⁰ “O suplício tem então uma função jurídico-política. É um cerimonial para reconstituir a soberania lesada por um instante. Ele a restaura manifestando-a em todo o seu brilho. A execução pública, por rápida e cotidiana que seja, se insere em toda a série dos grandes rituais do poder eclipsado e restaurado (coroação, entrada do rei numa cidade conquistada, submissão dos súditos revoltados): por cima do crime que desprezou o soberano, ela exhibe aos olhos de todos uma força invencível.” FOUCAULT. *Op. Cit.* 1987, p.42.

¹³¹ FOUCAULT. *Op. Cit.* 2008, p.386.

quadro informativo, desqualificando a existência de um sistema de governo que se funda no poder de dominação soberana. É a partir deste ponto que, pela impossibilidade da obtenção de todas as informações idealmente indispensáveis à exata ação governamental, que Foucault afirma que o cerne do planejamento daquilo a compor a racionalidade governamental não pode ser a ciência econômica.

A economia política é de fato uma ciência, e de fato um tipo de saber, e de fato um modo de conhecimento que os que governam terão de levar em conta. Mas a ciência econômica não pode ser a ciência do governo e o governo não pode ter por princípio, lei, regra de conduta ou racionalidade interna, a economia. A economia é uma ciência lateral em relação à arte de governar. Deve-se governar com a economia, deve-se governar ao lado dos economistas, deve-se governar ouvindo os economistas, mas não se pode permitir, está fora de cogitação, não é possível que a economia seja a própria racionalidade governamental.¹³²

E do mesmo modo que razoável a formulação de uma espécie de manual pronto e detalhado à correta ação governamental, não haveria como ser possível a elaboração de uma espécie de *vade-mécum* a orientar e prever corretamente os passos do movimento revolucionário a derrubar a ordem capitalista. Não que a imprevisibilidade, a impossibilidade de antecipação dos movimentos dos agentes, seja indício de que drásticas transformações sejam irrealizáveis; se uma coisa há de ser certa, esta é a mudança. Mas se, em suas análises de seu tempo presente, Marx com maestria leva em consideração, por exemplo, as flutuações do mercado na dinâmica da lei de oferta e procura e a instabilidade das relações de mercado, por outro lado, ele delega muita capacidade tanto à burguesia quanto ao proletariado emancipado, constituindo-os por excelência como os sujeitos históricos da transformação.

Ao invés de pressupor estes sujeitos da transformação, suas características enquanto dotados de uma natureza intrínseca, seus movimentos acontecendo em espaços, circunstâncias e segundo um desenrolar previsto dos acontecimentos, Foucault propõe que o caminho da constituição dos sujeitos seja percebido nos movimentos próprios da história. Não segundo um procedimento a revelar a verdade histórica, mas decifrar um sujeito criado em um fluxo de contingências históricas, respaldado e novamente respaldado estrategicamente ao sabor dos enfrentamentos, apoios e composições mútuas.

¹³² IBID. p 389.

4.5 – O INCONTORNÁVEL MARX

Ainda que provavelmente estivesse inteirado sobre as particularidades da situação política no Brasil, em sua conferência proferida na PUC/Rio naquele ano de 1973, publicada no ano seguinte sob o título de *A verdade e as formas jurídicas*, Foucault não poupou o marxismo, especificamente certo marxismo acadêmico de duras críticas¹³³, não obstante o papel desempenhado naquele momento por correntes marxistas na luta contra a ditadura militar. *A Verdade e as formas jurídicas* já trazia algum adiantamento da importância do estabelecimento de regimes de verdade¹³⁴, estudo que viria a público de forma mais consistente em 1975 com a publicação de *Vigiar e punir*. De todo modo, mesmo que provavelmente estando de sobreaviso, tomando os devidos cuidados para limitar seus exemplos acerca da vigilância, do controle e da violência falando da França ou da Europa de um modo geral, suas conferências naquele ano no Rio de Janeiro levantaram a desconfiança, a quase certeza, de que se tratava de um anti-marxista convicto.

É logo à primeira vista claro nos estudo de Foucault um afastamento em relação a Marx e principalmente ao marxismo, havendo, por outro lado, uma aproximação a Nietzsche, em quem se espelhou confessadamente e de quem, inclusive, tomará emprestado o método genealógico.¹³⁵ Tendo, pois, diante de si Marx e Nietzsche, ao término de sua primeira conferência, de uma série de cinco, apresentou entre o marxismo e o pensamento de Nietzsche uma série de divergências, que foram recebidas no Brasil de forma rápida e rasa: Foucault anti-Marx. Naquele momento, e em muitos casos até hoje, passou quase despercebido que Foucault não se referia naquelas conferências de 1973 predominante e exclusivamente a Marx, mas ao marxismo, talvez

¹³³ Cf.: FOUCAULT. *Op. Cit.* 1996. “Parece-me que essa forma de análise, tradicional no marxismo universitário da França e da Europa, apresenta um defeito muito grave: o de supor, no fundo, que o sujeito humano, o sujeito de conhecimento, as próprias formas do conhecimento são de certo modo dados prévia e definitivamente, e que as condições econômicas, sociais, e políticas da existência não fazem mais do que depositar-se ou imprimir-se neste sujeito definitivamente dado.” (p.8). “Para retomar meu ponto de partida, podemos ver como, em uma certa tradição universitária ou acadêmica do marxismo, esta concepção filosoficamente tradicional do sujeito não foi ainda sustada. Ora, a meu ver isso é que deve ser feito: a constituição histórica de um sujeito de conhecimento através de um discurso tomado como um conjunto de estratégias que fazem parte das práticas sociais.” (p.10-11)

¹³⁴ “Assim, gostaria particularmente de mostrar como se pôde formar, no século XIX, um certo saber do homem, da individualidade, do indivíduo normal ou anormal, dentro ou fora da regra, saber este que, na verdade, nasceu das práticas sociais, das práticas sociais de controle e da vigilância.” IBID. p.8.

¹³⁵ Conforme célebre artigo intitulado “Nietzsche, a Genealogia e a História”, publicado em FOUCAULT. *Op. Cit.* 1979.

se referindo um tanto a seus aspectos filosóficos,¹³⁶ outro tanto a seus desdobramentos políticos, ao esquerdismo marxista-leninista.

Sobre seu interesse em estudar as relações entre saber e poder na psiquiatria, por exemplo, Foucault afirmou ter ficado um tanto quanto contrariado com o desinteresse por suas pesquisas por parte dos intelectuais marxistas na França, que, segundo Foucault,

desempenhavam o papel que lhes era prescrito pelo P.C.F. [Partido Comunista Frances] – era de se fazer reconhecer pela instituição universitária pelo *establishment*; portanto, deviam colocar as mesmas questões que eles, tratar dos mesmos problemas e dos mesmos domínios. [...] O marxismo queria se fazer aceitar como renovação da tradição liberal, universitária. [...] Daí, no domínio que tratamos, o fato de terem querido retomar os problemas mais acadêmicos e mais “nobres” da história das ciências. A medicina, a psiquiatria, não eram nem muito nobres nem muito sérias, não estavam à altura das grandes formas de nacionalismo clássico.¹³⁷

Reforço a que Foucault tenha sido lido naquele momento no Brasil como sendo um nietzschiano numa cruzada contra Marx.

Consequentemente, quando da publicação de *Vigiar e punir* em 1975, parece que por conta deste anti-marxismo a que fora investido Foucault, foram inclusive ignoradas as citações diretas feitas ao texto de Marx.¹³⁸ Estas referências, escassas e dispersas, de fato, parece não terem chamado muita atenção ante a vigorosa análise da constituição do poder disciplinar e sua historicização expostas em *Vigiar e punir*. Mas, esta apressada e estanque classificação de Foucault como anti-Marx inviabilizou que se tomasse em consideração a disposição estratégica que a referência a Marx possui nos escritos e declarações de Foucault, dificilmente sendo notadas as diferenciações de suas referências a Marx e ao marxismo.

E com a publicação em 1979 de *Microfísica do poder*, com diversas passagens em que Foucault ataca o marxismo, e por vezes até mesmo Marx, fortalece-se esta

¹³⁶ Em outro momento, com a publicação de *Microfísica do poder* em 1979, Foucault expõe de forma mais clara alguns dos problemas manifestos em uma intelectualidade nos moldes marxistas: “Creio que aí se acha uma ideia transposta do marxismo e de um marxismo débil: assim como o proletariado, pela necessidade de sua posição histórica, é portador do universal (mas portador imediato, não refletido, pouco consciente de si), o intelectual, pela sua escolha moral, teórica e política, quer ser portador desta universalidade, mas em sua forma consciente e elaborada. O intelectual seria a figura clara e individual de uma universalidade da qual o proletariado seria a forma obscura e coletiva.” IBID. p.8-9.

¹³⁷ IBID. p.3.

¹³⁸ Como, por exemplo, ao afirmar que “a vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar”, Foucault se apoia em Marx fazendo-lhe referência em nota de rodapé que comprova seu ponto de vista. Eis a nota: “Essa função de vigilância, de direção e de mediação torna-se a função do capital, assim que o trabalho que lhe é subordinado se torna cooperativo, e como função capitalista ela adquire características especiais.” *O Capital*, livro I, quarta seção, cap. XIII. Citado em FOUCAULT. *Op. Cit.* 1987, p.147.

convicção de que Foucault personifica um embate de Nietzsche *versus* Marx, com flagrante preferência para o primeiro.

Em uma dessas passagens, Foucault afirma que os processos políticos que se desenvolveram após o maio de 68, bem como aquilo que os preparara, com o aparecimento cada vez mais frequente de uma série de questões em torno do corpo, problematizações que comportavam uma matriz não necessariamente econômica, traziam consigo um teor “profundamente anti-marxista”, perguntando-se Foucault, então

Como é que os movimentos revolucionários europeus vão poder se libertar do ‘efeito-marx’, das instituições próprias do marxismo dos séculos XIX e XX? Era esta a orientação deste movimento. Neste questionamento da identidade marxismo = processo revolucionário, identidade que constituía uma espécie de dogma, o corpo é uma das peças importantes, senão essenciais.¹³⁹

Mas também, em trecho bastante conhecido, apesar de pouco explorado, ou talvez pouco entendido, de uma entrevista que consta em *Microfísica do poder*, Foucault declara citar Marx sem aspas, não sendo a presença de Marx identificada em seus escritos, pois, segundo Foucault, os a se afirmarem marxistas não conhecerem Marx.¹⁴⁰

Quanto à suas aproximações e seus distanciamentos, podem ser demarcadas duas posturas diferentes no posicionamento de Foucault para com Marx. Por um lado, em se tratando de filosofia política e Economia Política, pós-Marx, Marx é inescapável, sendo impossível de não ser referenciado, mesmo que para efeitos de refutação. O marxismo, por outro lado, já não oferece os artifícios adequados para se pensar a contemporaneidade. Mesmo reconhecendo todos os méritos de Marx, tendo sido criadas a partir de seu pensamento primorosas ferramentas para a compreensão dos processos econômicos *stricto sensu* envolvendo a circulação das mercadorias, a produção da riqueza e a exploração do trabalho, ancorando-se em Foucault, pode-se dizer que o marxismo, enquanto teoria e prática, é um paradigma a ser superado.

¹³⁹ FOUCAULT. *Op. Cit.* 1979, p.147.

¹⁴⁰ “Cito Marx sem dizê-lo, sem colocar aspas, e como eles [das revistas ditas marxistas] não são capazes de reconhecer os textos de Marx, passo por ser aquele que não cita Marx. Será que um físico, quando faz física, experimenta a necessidade de citar Newton ou Einstein? Ele os utiliza, mas não tem a necessidade de aspas, de nota de pé de página ou de aprovação elogiosa que prove a que ponto ele é fiel ao pensamento do Mestre. E como os demais físicos sabem o que fez Einstein, o que ele inventou e demonstrou, o reconhecem imediatamente. É impossível fazer história atualmente sem utilizar uma sequência infundável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx e sem se colocar num horizonte descrito e definido por Marx. Em última análise poder-se-ia perguntar que diferença poderia haver entre ser historiador e ser marxista.” IBID. p.142.

Tendo o marxismo desde o século XIX proliferamente gerado modelos e arregimentado seguidores a guiar o andamento de uma série de correntes de pesquisa (mesmo as que lhes eram contrárias), e a comandar ações políticas que determinaram os rumos da política e dos comportamentos durante todo o século XX, depois de tanto tempo, a radicalidade inspirada em Marx talvez tenha se dissipado. Este dualismo do enfrentamento global não condiz, em seus desígnios e na forma como aprioristicamente espera-se que sejam conduzidos, aos arranjos de um mundo cuja polifonia ultrapassa em muito a lógica de uma oposição burguesia *versus* proletariado e seus desdobramentos, que tão bem performaticamente representados foram pela Guerra Fria em seu auge.

Mas se há no ideário de Marx algo que Foucault não renega, sendo “impossível fazer história atualmente sem utilizar uma sequência infundável de conceitos ligados direta ou indiretamente ao pensamento de Marx”¹⁴¹, há também na herança legada por Marx itens incongruentes com o pensamento foucaultiano. Foucault rejeita, por exemplo, esta concepção de sujeito a consagrá-lo como existindo de maneira concreta, como objeto de reflexão, como objeto de saber tal qual Marx opera em relação às classes.

Foucault indica, sim, aproximações inevitáveis e incontornáveis entre suas ideias e as de Marx e seus seguidores, mas há também pontos de recusa ao vultoso legado de Marx, como expresso em uma entrevista realizada em 25 de abril de 1978 que, publicada em *Dits et écrits*, ganhou intrigante título de “Metodologia para o conhecimento do mundo: como se desembaraçar do marxismo”. Desde esta época, Foucault já afirmava, por exemplo, que

por outro lado, para reduzir as modalidades do poder ligadas ao marxismo como expressão de um partido político, deve-se aproximar todos estes novos problemas que acabei de apontar, quer dizer a medicina, sexualidade, razão, agitações de diversos movimentos sociais – que se tratam de contestações ou revoltas. Os partidos políticos tendem a ignorar estes movimentos sociais e até enfraquecer sua força. Desse ponto de vista a importância de todos esses movimentos é clara pra mim. Todos esses movimentos se manifestam nos intelectuais, nos estudantes, nos prisioneiros, naqueles que **nós chamamos** de lumpemproletariado. [...] Em outros termos, se vê aí o elemento que permite ultrapassar o marxismo como filosofia de Estado.¹⁴²

Em um único trecho Foucault critica o papel a ser desempenhado pelo partido político segundo os preceitos do marxismo, ao mesmo tempo em ao fazer uso da noção

¹⁴¹ IBID. p.142.

¹⁴² IBID. *Op. Cit.* 2001, p.603) Grifo meu.

de *lumpemproletariado*, que fora criada por Marx e Engels para demarcar uma parcela do proletariado que não toma as rédeas do processo histórico assumindo seu papel de protagonista histórico enquanto classe, reconhece em Marx sua incontornabilidade conceitual quando se trata de Economia Política.

Em se tratando de Economia Política, a ascensão das classes é, de uma forma ou de outra, para a elitista economia clássica ou para o subversivo marxismo, posta como o motor do desenvolvimento da racionalidade universal. Ainda com Locke, muito empenho havia para justificar mecanismos a garantirem o direito à vida, à liberdade e à propriedade (tendo sido em seus escritos dada mais ênfase à propriedade, realce reforçado por seus entusiasmados e burgueses leitores).

E se para garantir esses direitos naturais elencados por Locke fez-se em sua teoria necessária a criação dos governos, ficando patente a tentativa de construir a burguesia como a classe a engendrar os rumos da história, presumida segundo um desenvolvimento racional a garantir a manutenção da propriedade privada. Tudo em sintonia com o discurso econômico como estalão da boa governança, e com a ascensão burguesa em acelerada marcha desde o século XVIII. A burguesia fez uso de uma racionalidade com pretensões a se sustentar na história.

Este lastro, contudo, amplamente utilizado como fundamentação histórica dos valores burgueses, não foi uma invenção da burguesia, muito menos sua inquestionável tábua de salvação, tendo sido esta racionalidade histórica de que a burguesia e também o proletariado apoderar-se-ão, antes, se não implantada, ao menos desenvolvida pela aristocracia. Mas se para a aristocracia era, segundo Foucault, a guerra “a condição de possibilidade da emergência de um discurso histórico”, a burguesia se valerá, ao invés da guerra, ou ao menos da guerra contra o outro, da guerra contra o inimigo externo, da economia para emitir e fazer circular sua racionalidade.

Racionalidade esta que em sua frieza, com sua premência de alocar recursos escassos diante de fins alternativos, contribuiu sobremaneira para o sufocamento da imaginação política nas gerações que vieram a partir de meados do século XIX. Para Foucault, “os homens do século XVIII e XIX tiveram ao menos a faculdade de sonhar com o futuro da sociedade humana,”¹⁴³ havendo, naqueles tempos, uma profusão daquilo que Foucault chamou de “imaginação política”, seguida por um empobrecimento no século XX.

¹⁴³ IDEM. 2001, p.599.

Quando se pergunta sobre as causas deste esgotamento, Foucault delega importante papel ao marxismo como fonte da ruína, no século XX, da imaginação quando se trata de suas relações com a ação sócio-política. Por isso, apesar do reconhecimento de Marx como um acontecimento histórico que não se pode facilmente apagar,¹⁴⁴ é preciso ainda desembaraçar-se do marxismo, que não deixa de ser mais uma modalidade de poder. Nas palavras de Foucault, “o marxismo é uma soma de relações de poder ou uma soma de mecanismos e dinâmicas de poder.”¹⁴⁵

E de que maneira o marxismo põe para funcionar em sua teia discursiva estas relações de poder de que Foucault fala? O marxismo, como um conjunto de compreensões filosóficas, políticas e econômicas, fundamentado sobre uma concepção materialista e dialética da história desenvolvida por Marx, explica os movimentos da dinâmica social com base no caráter materialmente produtivo da sociedade e nas lutas de classes daí resultantes. Para Marx é, portanto, o homem um ser social, cuja diferença dos outros animais está em sua capacidade de trabalhar, de intervir na natureza e não apenas obter o seu sustento, mas também aprimorar a eficiência de sua ação, progredindo diante da penúria imposta pela escassez da natureza.

Esta primordial batalha contra as privações ditadas pela natureza é promotora da expansão das potencialidades humanas, e a luta comunista apregoada pelo marxismo e, em certa medida, sancionada por Marx, pode ser, em linhas gerais, entendida como a emancipação do proletariado, rompendo, assim, com a fundamentação da propriedade privada dos meios de produção. Sem propriedade privada, com a socialização dos meios de produção, estariam automaticamente abolidas as classes sociais, estando a produção orientada conforme os interesses dos verdadeiros produtores.

É flagrante como o discurso marxista é repleto de um cientificismo profético a enunciar uma verdade não apenas sobre o como foi, mas com pretensões de, avantajado de certezas, dizer como será; funcionando o recurso à historicização e à escatologia como fundamentos para a construção de uma verdade. Discurso de verdade que Foucault distingue em três aspectos: marxismo como discurso científico, como profetização, e como filosofia de Estado ou como ideologia de classe; estando estes aspectos indissociavelmente atrelados a uma rede de relações de poder. E diante desta

¹⁴⁴ “Marx é um ser indubitável, um personagem que sem dúvida exprime certas coisas, isto é, um inegável ser como evento histórico: por definição, não se pode suprimir tal evento” IBID. p.600.

¹⁴⁵ IBID. p.600.

constatação, pergunta que quase instantaneamente vem à mente é a necessidade ou não de se por fim ao o marxismo.

Uma vez que alguns dos pressupostos de Marx não se aplicam satisfatoriamente ao entendimento de alguns fenômenos sociais que extrapolam a relação fabril, além de o marxismo ter sido constituído como um discurso de verdade a dar sustentação a uma série de relações de poder, relações de poder que se evidenciam, por exemplo, na dinâmica geopolítica polarizada que governou o posicionamento político que globalmente imperou no século XX, há de ser, claro, o marxismo questionado. Mas, como aponta Foucault, “o problema é menos de se dizer que é necessário se libertar desse tipo de marxismo, que se emancipar da dinâmica das relações de poder ligadas a um marxismo que exerce estas funções.”¹⁴⁶

Sobre o rompante de o marxismo se arvorar como verdade, no *Em defesa da sociedade*, Foucault, de um ponto de observação mais afastado, mais panorâmico, como é de seu costume, levanta um questionamento sobre o questionamento de o marxismo ser ou não uma ciência fazendo a seguinte colocação:

mas a esta pergunta: “é ou não é ciência?”, as genealogias, ou os genealogistas, responderiam: “Pois bem, precisamente, o que criticamos em vocês é fazer do marxismo, ou da psicanálise, ou desta ou daquela coisa, uma ciência. E, se temos uma objeção a fazer ao marxismo, é que ele poderia efetivamente ser uma ciência.”¹⁴⁷

Logo após, sugere Foucault que pergunta mais importante que saber se o marxismo, ou a psicanálise, ou o que quer que seja, é ou não uma ciência, se suas práticas são regidas em conformidade com uma metodologia científica a conferir-lhes confiabilidade, é “se interrogar sobre a ambição de poder que a pretensão de ser uma ciência traz consigo.”

Ao ser adotado um discurso como científico, junto com a desqualificação de uma série de outros saberes que lhes são exteriores, deslegitimam-se também as próprias circunstâncias onde estes saberes haveriam de ter razão de ser. E é através da desconsideração de certos acontecimentos, relegados à contingência de uma dada racionalização, que são relegados igualmente os sujeitos que por ventura venham a se constituir nesta série de episódios, atrelando-os, enviezadamente, a um dado discurso consagrado como científico.

O marxismo, por exemplo, quando orgulhosamente arvorado de cientificidade, com isso, deixa de captar uma série de movimentos situados fora do foco de sua

¹⁴⁶ IBID. p.601.

¹⁴⁷ FOUCAULT. *Op. Cit.* 1999, p.14.

estrutura metodológica. Por isso o desprezo por temáticas tais como a sexualidade e a loucura, e temáticas que não são facilmente manejadas segundo a lógica do binarismo da luta de classes. Lógica de luta esta muito menos por conta de uma sustentação atada segundo os rigores da imparcialidade, conforme o método científico com altivez exige, do que pela legitimação de efeitos de poder. Sobre o reconhecimento, ou não, do marxismo como uma ciência, Foucault percebe o caso da seguinte maneira:

Quando eu vejo vocês se esforçarem para estabelecer que o marxismo é uma ciência, não os vejo, para dizer a verdade, demonstrando de uma vez por todas que o marxismo tem uma estrutura racional e que suas proposições dependem, por conseguinte, de procedimentos de verificação. Eu os vejo, sobretudo e acima de tudo, fazendo outra coisa. Eu os vejo vinculando ao discurso marxista, e eu os vejo atribuindo aos que fazem esse discurso, efeitos de poder que o Ocidente, desde a Idade Média, atribuiu a ciência e reservou aos que fazem um discurso científico.¹⁴⁸

Ao lançar muitos dos fundamentos a partir dos quais é entendida a circulação de mercadorias, a expropriação do trabalho e a geração de valor, instituindo noções que ainda hoje, mesmo por parte de críticos de Marx, são fundamentais para se pensar a Economia Política, foi por Marx proferido um modelo de verdade. Sobre esta verdade, estrategicamente enunciada de modo a confrontar-se com outros modelos de verdade a sustentar um estado de coisas densamente analisado e lucidamente criticado por Marx, cabe perguntar em que medida a certificação requerida por suas sentenças tem uma validade universal. Por mais incontornável que sejam os escritos de Marx, trata-se ainda de alguém do século XIX escrevendo a partir das percepções possíveis de seu tempo. Além disso, não apenas a parcialidade temporal há de ser levada em conta quando se trata de entronizar o discurso de Marx, mas também é preciso levar em consideração o embate fortemente classista que naquele momento era travado, tendo sido seus escritos forjados para servirem como poderosa ferramenta de crítica e transformação social.

Esta verdade, contudo, dotada de notável capacidade de agitação política, cultural e comportamental, conforme o atestam as agitações históricas do século XX, tenha talvez sua aplicabilidade analítica já expirado seu prazo de validade. Centrada no embate entre proletariado e burguesia, esta verdade fundada por Marx se baseia sobre um antagonismo classista, tendo sido o legado de Marx capaz de captar de forma primorosa uma rivalidade que tem como palco o universo da produção e circulação das mercadorias. Mas escapa a Marx e aos seguidores de sua doutrina toda a gama de jogos estratégicos constituídos a partir das escolhas, dos interesses.

¹⁴⁸ IBID. p.15.

Em torno da escolha, há uma diversidade de vontades a interferirem umas sobre as outras em uma diversidade de sujeitos incorporados muitas vezes sobre apenas um indivíduo, que é atravessado por uma série de discursividades que o compõe e que são compostas por ele. Foucault chega a afirmar que “a questão da vontade pode ser colocada como uma luta, quer dizer de um ponto de vista estratégico para analisar um conflito quando diversos antagonismos se desenvolvem.”¹⁴⁹

E com “diversos antagonismos” não está implicada a desconsideração de um antagonismo baseado no eventual enfrentamento entre grupos que se constituam segundo uma ordem econômica. Estes sujeitos coletivos, burguesia e proletariado, não devem, contudo, ser encarados como aqueles a engendrar a história. História que, por sua vez, não tem o Estado como lugar privilegiado para seu desenrolar no tempo; não se podendo, por outro lado, negar a existência de uma rede de relações de poder a envolver uma dinâmica política a perpassar o Estado ou os interesses estratégicos de determinado grupo economicamente constituído. Como afirma André Duarte, “A tese foucaultiana era que a análise deveria sempre partir de determinadas técnicas relativamente autônomas de poder para, então, compreender como e por que elas puderam ser generalizadas, isto é, por que puderam despertar o interesse político e econômico de determinada classe social.”¹⁵⁰

Mesmo o proletariado não está livre de participar deste jogo de interesses. Necessita da figura de um adversário para que possa se constituir, e também, para orientar sua ação, precisa previamente de um sentido para onde aponte o encaminhamento da marcha da história. Por isso Foucault aponta falhas no ideário marxista a propor com tanta veemência para a luta um campo de batalha a se dar em torno da tomada do Estado pelas forças revolucionárias encarnadas no proletariado repleto de consciência. O predomínio deste viés de ação não abalaria a manutenção dos velhos mecanismos normativos e disciplinares utilizados pela ordem burguesa que se intenta objetar.

A partir de Foucault, fica clara a importância da criação de uma nova maneira de interpretação dos diversos acontecimentos sociais que seja capaz de explicá-los de modo a abarcar as escolhas, os posicionamentos, as ações dos sujeitos ali constituídos sob um recorte de uma dinâmica estratégica, não estanque. Ou melhor, uma maneira de

¹⁴⁹ IDEM. *Op. Cit.* 2001, p.605.

¹⁵⁰ DUARTE. *Op. Cit.* 2010, p.214.

se construir alguma inteligibilidade que ouse em não contar com o conforto de uma fórmula a conferir um sentido pré-definido às ações da espécie humana no tempo.¹⁵¹

¹⁵¹ “Consequentemente, a nova hipótese de deciframento intelectual que deve oferecer a filosofia de hoje, é o conjunto de conceitos e de métodos de ponto de vista estratégico. Eu disse ‘deve’, mas isto significa simplesmente que é preciso tentar ir neste sentido, mas acontece que a gente falha. De todo modo, é preciso tentar.” FOUCAULT. *Op. Cit.* 2001, p.605.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, Theodor W. & HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Trad. Dirceu Lindoso. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- ANTUNES, Jadir. “A dialética do valor em O Capital de Karl Marx”. In: Revista Intuitio. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012, p.184-198.
- BUTLER, Judith. “Foucault: Dialectique à la dérive”. In: *Sujets du désir: Réflexions hégeliennes en France au XX^e siècle*. Paris, 2011, p.259-282.
- BLANC, Guillaume. “Entre assujeti: Althusser, Foucault, Butler. In: Actuel Marx. V2. N^o36, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.
- DUARTE, A. M. *Vidas em Risco. Crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- FOUCAUT, Michel. *As Palavras e as Coisas: uma Arqueologia das Ciências Humanas*. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2007
- _____ *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2002.
- _____ *Dits et Écrits*. Volume 2. Paris, Gallimard, 2001.
- _____ *História da Loucura*. Trad. José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.
- _____ *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. 17^a edição. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988. Primeira edição francesa de 1976.
- _____ *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- _____ *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____ *Segurança, território e população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008, p.257.
- _____ *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. 33^a edição. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

- GÉNÉREUX, Jacques. *As verdadeiras leis da economia*. Volume II. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Série Os Pensadores. São Paulo: editora abril cultural, 1974.
- LEMKE, Thomas. “Marx sans guillemets: Foucault, la gouvernementalité et la critique du néolibéralisme.” In.: *Actuel Marx*. Nº36. V2, 2004.
- LOCKE, John. *Segundo Tratado Sobre o Governo*. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril, 1973.
- MARX, Karl. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política*. Trad. Mario Duayer. São Paulo: Boitempo editorial, 2011
- _____. *O Capital: Crítica da Economia Política*. “Volume I, Livro Primeiro: O processo de produção do capital.” 2ª edição. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto Comunista*. Trad. Álvaro Pina São Paulo: Editora Boitempo, 1998.
- NASCIMENTO, Rodnei. “Força de Trabalho e Biopolítica.” In.: GONÇALVES, Anderson. [et al] (org.). *Questões de Filosofia Contemporânea*. Curitiba, UFPR, 2006, p.312.
- NIGRO, Roberto “Foucault lecteur et critique de Marx.” In. : BIDEET, Jacques e KOUVELAKIS, Eustache (orgs.) *Dictionnaire Marx contemporain*. Paris: PUF, 2001.
- PREVIDELLO, Adhemar & DUTRA, Ivan. *Elementos de Economia*. Editora Jalovi. Bauru: São Paulo, 1971.
- RAGO, L. M. *Foucault, História e Anarquismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2004.
- RAGO, L. M. ; VEIGA NETO, A. *Foucault: Para uma vida não fascista*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009..
- RAGO, L. M. (Org.); VEIGA NETO, A. (Org.). *Figuras de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Volume I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- STIVAL, M. *Foucault entre a crítica e o nominalismo*. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- THOMSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.